

**Universidade de Lisboa**  
**Instituto de Ciências Sociais**



**Para uma antropologia da fronteira: muros,  
redes e passagens em Ceuta e Melilla**

**Patrick Philippe Hecq Liebermeister Figueiredo**

**Mestrado em Antropologia Social e Cultural**

**2010**

**Universidade de Lisboa**  
**Instituto de Ciências Sociais**



**Para uma antropologia da fronteira: muros,  
redes e passagens em Ceuta e Melilla**

**Patrick Philippe Hecq Liebermeister Figueiredo**

**Mestrado em Antropologia Social e Cultural**

**Tese orientada pela Prof. Dra. Cristiana Bastos**

**2010**

## **Resumo**

A proposta desta tese é a de expor uma análise, em termos antropológicos, de casos materiais que configuram as fronteiras entre a União Europeia e a África. Mais precisamente, apresentarei algumas considerações teóricas sobre os “muros” que estão sendo construídos nos limites territoriais dos enclaves de Ceuta e Melilla, separando a “fortaleza europeia” do território marroquino. Os muros que separam Estados-Nações estão a se multiplicar em todos os continentes. Apesar da crescente liberalização do comércio e do incremento de discursos políticos que incentivam a liberdade de circulação, os países desenvolvidos também participam neste movimento de proliferação de barreiras que filtram o movimento de agentes sociais. Para compreender melhor o caso europeu, pretendo comparar os “muros” de Ceuta e de Melilla com outros complexos de vigilância, como os muros que separam os Estados-Unidos do México. Perguntarei portanto, em que medida estes muros são sintomas de uma transformação política particular.

Palavras-chave: fronteiras, “muros”, imigração, Europa, estigma

## **Abstract**

The propose of this thesis is to analyse, in anthropological terms, some material cases that shape the frontiers between E.U and Africa. More precisely, I will consider some theoretical approaches to the walls that are being built in the territorial boundaries between Ceuta and Melilla's enclaves, distancing the “European fortress” from the Moroccan territory. This tendency to separate nation-states with walls can be observed in every continent. Despite commercial liberalization and an increasing flow of political speeches that appeals the freedom of circulation, developed countries are also engaged in this movement of barrier proliferation that checks and controls the circulation of social agents. To better understand the Ceuta and Melilla's walls, I seek to compare it with other vigilance centers, such as those that separate the USA from Mexico. I will then ask in what way are these walls the symptom of a particular political transformation.

Key-words: boundaries, “walls”, immigration, Europe, stigma

## **Agradecimentos**

À Prof. Dra. Cristiana Bastos, orientadora desta tese, pelas sugestões, leituras, críticas e pelo apoio incondicional em todos os momentos, sem o qual não estaria aqui;

Ao Jorge e ao João Frederico, que também foram ótimos companheiros de viagem;

À minha mãe;

À Vinciane, Adriana e Patricia, que mais que irmãs, foram mães, amigas e protectoras;

À Gabriela, Chantal, Gabriel e Carol, meus sobrinhos, com saudades;

À todos os professores do mestrado de Antropologia Social e Cultural do ICS, que me ensinaram muito, e me incentivaram a ultrapassar os obstáculos que encontrei;

Aos meus colegas do IIº e IIIº mestrado em Antropologia Social, com quem partilhei boas discussões;

À toda a equipe da biblioteca do ICS; à Dra. Goretti e à Ana Mafalda Graça, pelas ajudas atenciosas;

Ao Francesco Vacchiano, pelos conselhos de quem tem experiência nos estudos da fronteira;

Aos meus caros amigos, Rui, Carlos, Jorge, Julio, Juliana, Moura, Justine, Carmo, Pablo, Chico, Mauricio, Stéphane, Thomas, Helena, Mitia, Andrés, Vagner, Vincent e à toda comunidade da Figueira;

Ao meu pai, que sabia que um dia eu ia “chegar lá”;

À Raquel, por ter me ouvido, por me acompanhar, e por suportar todas as minhas angustias com o carinho de quem cuida.

## Índice

Índice de figuras .....	i
Introdução .....	1
CAPÍTULO I	
A presença dos passados e a construção das barreiras .....	8
A conquista dos enclaves e as fronteiras medievais .....	10
Da guerra do Rif ao <i>Levantamiento</i> .....	14
As Cercas .....	19
CAPÍTULO II	
Antropologias da fronteira .....	30
Estados-Unidos e México: um paradigma das fronteiras contemporâneas .....	31
Percursos de uma antropologia da Europa .....	38
A Fortaleza Europeia .....	45
CAPÍTULO III	
Fronteiras da soberania .....	50
Muros: um novo tipo de fronteira .....	54
A toxicidade do Outro .....	62
Conclusão .....	72
Referências bibliográficas .....	76

## **Índice de figuras**

Figura 1 – Zonas de Livre Comércio no norte de Marrocos .....	27
Figura 2 – Campos de Refugiados e Centros de Detenção de Imigrantes Ilegais espalhados na Europa e na zona do Mediterrâneo.....	38
Figura 3 – Tendências globais para a construção de muros nas fronteiras.....	59

“Que atire a primeira pedra aquele que nunca  
teve manchas de emigração na sua árvore  
genealógica...”

(José Saramago, Prólogo de *Moros en la  
Costa*<sup>1</sup>)

---

<sup>1</sup> Tellez, Juan José. 2001. *Moros en la Costa*. Madrid: Editorial Debate.

## Introdução

Em Outubro de 2005, uma equipe de técnicos da Comissão Europeia visitou Marrocos e os enclaves Espanhóis de Ceuta e Melilla, situados no norte do território marroquino, com o objectivo de redigir um relatório sobre o controle e a prevenção da imigração ilegal em direcção ao continente europeu<sup>2</sup>. Neste relatório, os redactores constam na primeira página que não tratariam dos “acontecimentos trágicos” de Ceuta e Melilla, nem interfeririam na gestão da fronteira por parte dos Estados marroquino e espanhol.

Entre Agosto e Outubro do mesmo ano, cerca de meio milhar de migrantes subsaarianos, que estavam acampados nas imediações dos dois enclaves, protagonizaram um intento massivo para escalar valas fronteiriças, e ultrapassar barreiras de alta segurança para entrar em solo europeu<sup>3</sup>. Mais de quinze pessoas morreram baleadas ou ao caírem de alturas até seis metros. As autoridades espanholas e marroquinas responsabilizaram umas as outras pelos assassinatos. As pessoas que caíram do lado espanhol foram encaminhadas para o Centro de Estancia Temporal de Imigrantes (C.E.T.I.) de Ceuta e Melilla, enquanto outras tiveram destinos variados de detenção e expulsão.

Ao lançar um olhar sobre estes acontecimentos, deparamo-nos com uma contradição social entre movimento e fixidez: pessoas que migram têm por obstáculo uma fronteira específica, que neste caso, é uma barreira material. Esta barreira compõe uma fronteira particular, cujas grades sobrepostas formam um conjunto de cercas que, se não são intransponíveis, dificultam o acesso de certos fluxos, em certos territórios. Apesar dos estudos sobre migração serem de importância relevante, há menos estudos, em antropologia social e cultural, sobre a construção destas fronteiras. A hipótese que deverá guiar minha reflexão é a de que, paralelamente aos fluxos migratórios, a construção de “muros” no mundo contemporâneo constitui um problema urgente para se debruçar enquanto cientista social. Eis que este estudo é um exercício teórico sobre as barreiras erguidas ao longo das fronteiras que separam os enclaves espanhóis de Ceuta e Melilla do território marroquino. Os dois fenómenos, os fluxos e seus obstáculos, deverão ser aqui tratados, dando uma ênfase na questão da construção de fronteiras

---

<sup>2</sup>European Commission. 2005. *Technical Mission to Morocco, Visit to Ceuta and Melilla, On Illegal Immigration, 7th October - 11th October 2005*. Bruxelas: Mission Report.

<sup>3</sup> BBC News Africa, 29 de Setembro de 2005. Em <http://nes.bbc.co.uk/2/hi/africa/4292840.stm>.



particulares. À complexidade social destas fronteiras, adicionam-se problemas históricos, pois como veremos ao longo desta dissertação, os dois enclaves situados em continente africano têm suas soberanias contestadas.

Desde a entrada de Espanha na Comunidade Económica Europeia em 1986, o estatuto das *Plazas de Soberanía*<sup>4</sup> vem passando por transformações. Ceuta e Melilla são dois enclaves espanhóis em território marroquino, adquiridos desde o fim da “Reconquista”. Ceuta fora anexada em 1497, e Melilla em 1668, na sequência de um primeiro Tratado de Lisboa. A história contemporânea destes dois territórios passou por uma reviravolta recente. Sob efeito da pressão migratória e por causa do aumento consequente da migração clandestina, o governo espanhol decidiu, em 1993, cercar as duas cidades com barreiras que, durante os anos noventa e dois mil, não pararam de ser reforçadas e renovadas por novas tecnologias de controlo de fluxos, graças ao financiamento da União Europeia (simultaneamente à formação da Frontex<sup>5</sup>). Em volta de Melilla, as barreiras, altas de três a seis metros, estendem-se por um perímetro de dez quilómetros e meio. Em torno de Ceuta, a cerca dupla atinge quase oito quilómetros, ao longo dos quais dispõem-se mais de trezentos agentes de polícia e seiscentos oficiais da Guarda Civil espanhola. Tanto em Ceuta como em Melilla, as barreiras são complementadas por lâminas e arames farpados, com vistas a dissuadir qualquer tentativa clandestina para passar por cima. Sem contar o aparato de segurança multinacional que se desdobra na costa mediterrânica, a vigilância local é garantida por cento e seis câmaras de vídeo, um sistema de escuta e de captação de movimentos por raios infra-vermelhos<sup>6</sup>. Questionarei em certa altura desta tese, qual é o sentido da “transparência” destas barreiras, ou seja, em que medida o facto de serem grades e não muros de betão, pode corresponder à especificidade particular desta fronteira em relação a outras, onde se constroem barreiras com outros tipos de materiais.

---

<sup>4</sup> Assim são chamados os numerosos territórios no norte africano que possuía a coroa espanhola desde a reconquista, em 1492. Muitos foram perdidos, como Ouran, e a própria cidade de Ceuta foi temporariamente portuguesa (1415-1480). Hoje, as outras plazas de soberania são as ilhas Chafarinas, a ilha de Perejil, o Peñon de Alhucemas, e o Peñon de Vélez de la Gomera. Todos esses territórios estão situados ora na costa do norte de Marrocos, ora no mar Mediterrâneo.

<sup>5</sup> Fundada em 26 de outubro de 2004 e sediada em Varsóvia, a FRONTEX (do francês “frontières extérieures”) é a agência da comunidade europeia para a segurança nas fronteiras externas, coordenando as guardas de fronteira nacionais. Em 2007 foi formada a própria patrulha da Frontex, que começou seus trabalhos nas ilhas Canárias e se ocupa fundamentalmente da vigilância nas fronteiras do sul europeu.

<sup>6</sup> Saddiki, Saïd. 26 de Outubro de 2009. Espagne, l'enjeu Caché des Clôtures de Ceuta et Melilla. Em *Le Devoir*: <http://www.passpack.biz/international/europe/273592/espagne-l-enjeu-cache-des-clotures-de-ceuta-et-melilla>.

Não são simples nem poucas as razões que me levaram a escolher este tema para a redacção de uma tese em antropologia social e cultural. Não há trabalho científico cuja motivação não contenha um mínimo de idiossincrasia. Cresci em São Paulo, cidade de muros<sup>7</sup>, onde a segregação por barreiras, grades e complexos de segurança é onnipresente, e vivida por todos os habitantes de maneira diferente consoante o estatuto social de cada um. Vim estudar na Europa, e encontrei pela primeira vez a realidade de uma migração internacional tratada como “problema político”. Pude testemunhar o quanto a cidadania europeia, da qual usufruo, é um privilégio, e logo me interessei pelos motivos que levam ao reforço das políticas contra a imigração ilegal no continente europeu, mas não somente. Mais do que isto, perguntei-me como se opera, no imaginário social, a construção de uma nova “invasão bárbara”, retratada em discursos sobre hordas de imigrantes ilegais, não obstante invisíveis.

Em Novembro de 2009 comemoraram-se os vinte anos da queda do muro de Berlim, que separou, durante mais de trinta anos, dois blocos ideológicos e políticos antagónicos. Celebrou-se a queda de um muro que separava pessoas, com consequências histórico-sociais profundas que se sentem até hoje, e cujos sintomas ainda hão de se manifestar na geografia social alemã, assim como nas mentalidades dos habitantes de Berlim. No entanto, nos últimos trinta anos ergueram-se outros muros, dos quais pouco se fala publicamente. Os mais famosos são os que separam os Estados Unidos de México, e Israel da Cisjordânia. Menos conhecidos, porém não menos problemáticos, são os seguintes: entre África do Sul e Zimbabué, Arábia-Saudita e Iémen, Iémen e Iraque, Índia e Paquistão, entre Uzbequistão, Quirguistão e Afeganistão, Turquemenistão e Uzbequistão, Botswana e Zimbabué, Tailândia e Malásia, Egipto e Gaza, Coreia do Norte e Coreia do Sul (cada um desses países tendo construído seus próprios muros contra o inimigo), Irão e Paquistão, Brunei e Limbang, China e Coreia do Norte e entre Espanha e Marrocos<sup>8</sup>. Além destes, há projectos de novas construções, como por exemplo na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, conhecida pela sua porosidade e grande circulação de mercadorias e de trabalhadores.

---

<sup>7</sup> Caldeira, Teresa Pires do Rio. 2000. *City of Walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press.

<sup>8</sup> BROWN, Wendy. 2009. *Murs: les murs de séparation et le déclin de la souveraineté étatique*. Paris: Les Prairies Ordinaires.

Os “muros” de Ceuta e Melilla, objectos de minha pesquisa, têm a especificidade de não serem apenas muros entre dois Estados-nação. São, simultaneamente, marcadores que separam a União Europeia de África, mas também a cristandade do Islão, e a região de nações do “norte”, desenvolvidas, das regiões do “sul”, ou “em desenvolvimento”. A fronteira deste estudo é portanto uma fronteira de várias dimensões. Ao estudar a *particularidade material* e coerciva das fronteiras de Ceuta e Melilla, pretendo trazer um contributo para a compreensão do mundo contemporâneo, que incita a livre circulação de capital, e controla a circulação do trabalho de maneira cada vez mais explícita. Levarei portanto isto em consideração: há uma constelação de fronteiras de um novo tipo histórico, da qual fazem parte estas que estudarei.

A elaboração de um estudo antropológico das barreiras fronteiriças de Ceuta e Melilla deverá, senão responder, pelo menos reflectir sobre três problemas essenciais: porque essas barreiras são construídas? Como são elas erguidas, ou seja, quais os processos sociais que são investidos na decisão de demarcação material e militar de um limite espacial entre Estados-nação? E quais são os seus impactos ou efeitos sociais e culturais para as populações locais, ou seja, quais são os efeitos simbólicos para os que vivem na proximidade das barreiras, do lado europeu ou africano?

A minha reflexão não poderá deixar de transitar entre dimensões locais e globais da construção de barreiras, com um olhar localizado nos próprios enclaves e suas contradições, e um olhar global para compreender algumas vertentes da construção da União Europeia no mundo. Neste apanhado global da questão dos muros, abordarei comparações com estudos sobre outras fronteiras materiais, especialmente os estudos de caso que tratam da fronteira entre os Estados Unidos e México, que representa um paradigma análogo de separação entre uma nação do “norte” e outra do “sul”. No entanto, a explicação recorrente, de que os novos muros “horizontais” seriam causa e efeito da dicotomia global entre um sul pobre e um norte rico, não me satisfaz. Esta obviedade não apela a qualquer aprofundamento teórico das multiplicidades factoriais que atravessam estas fronteiras actuais, que enquanto processo devem envolver trocas simbólicas que por mais violentas que sejam, não se resumem à contradição entre dois hemisférios homogéneos que se excluem: existe “norte” no “sul”, assim como existe o “sul” em cada cidade do “norte”.

Para estudar a problemática acima mencionada, recorro a um plano que me parece ser a melhor forma de apanhar as implicações suscitadas num estudo social da construção destas fronteiras específicas. Os três capítulos se co-produzem, abordando as dimensões “materiais” da construção das barreiras fronteiriças de Ceuta e Melilla, e suas dimensões “simbólicas”. O primeiro capítulo, sobre a história dos enclaves até a construção dos muros, tem por objectivo alcançar uma contextualização política e económica destes territórios. Numa perspectiva de longa duração, pretendo sublinhar os elementos decisivos para a historicização das fronteiras em questão. Abordarei o discurso histórico que se desdobra no espaço público que pude testemunhar em Ceuta. Sob esta luz, estudarei o processo político de construção das barreiras, e as suas funcionalidades económicas locais. O objectivo será compreender, do ponto de vista global, em que medida os muros de separação constituem um filtro económico particular, numa certa política da construção de fronteiras, que é a da União Europeia.

No segundo capítulo, sobre antropologias da fronteira, dialogarei com uma vasta literatura antropológica que muito lentamente considerou a fronteira como objecto de estudo. Numa perspectiva de comparação, proponho uma leitura destas antropologias dos dois lados do atlântico: na fronteira dos Estados-Unidos com o México, um caso paradigmático, e nas novas fronteiras da Europa. Em ambos os casos, antes de indagar objectivamente as fronteiras actuais, farei um percurso pela história da antropologia nos dois continentes para compreender quais foram os caminhos que levaram até os estudos de fronteiras. Do lado europeu, investigarei a pertinência da designação do continente enquanto “fortaleza”.

No terceiro e último capítulo, voltarei para a localidade dos enclaves para demonstrar em que medida as suas soberanias políticas são contestadas. A questão da soberania, como veremos, é crucial para compreender os fundamentos de um novo tipo de fronteira, onde se constroem novos muros no mundo contemporâneo. Apresentarei pistas de reflexão sobre a construção da “identidade” europeia, localizada nos enclaves de Ceuta e Melilla, e enquadrada na construção de uma comunidade continental. Neste sentido, questionarei finalmente a construção de uma alteridade difusa, que estaria do outro lado das barreiras, ou que as ultrapassaria de alguma forma. Estas considerações serão paralelas à dos estudos sobre o que nos Estados Unidos é conhecido como *Illegal Aliens*<sup>9</sup>, procurando compreender algumas implicações da construção de um Outro

---

<sup>9</sup> Bastos, Cristiana. 2009. O Medo dos Imigrantes. Em LECHNER, Elsa (org.) *Migração, Saúde e Diversidade Cultural*. Lisboa: imprensa de Ciências Sociais.

ilegal em contexto europeu, indissociável da construção de uma certa identidade. Este objectivo final é o de ver em que medida as barreiras fronteiriças de Ceuta e Melilla podem produzir efeitos performativos e simbólicos em excesso sobre seus efeitos materiais.

O plano de estudo brevemente apresentado deixa claro que o campo de abordagem é vasto, e pode apontar uma ambição que ultrapasse as capacidades de uma tese de mestrado. Eu poderia, com efeito, ter escolhido um subproduto destas fronteiras como objecto de estudo individual, como bem fizeram tantos especialistas no assunto<sup>10</sup>. No entanto, foram pelas próprias circunstâncias que enquadraram este estudo, de duração relativamente curta de tempo para que se pudesse estudar um objecto muito pontual, que preferi elaborar um exercício que elucidasse as bases teóricas essenciais para a compreensão de fronteiras multidimensionais. Eu poderia também, ao querer estudar as implicações da fronteira europeia, ter escolhido muitos outros lugares para fazer trabalho de campo, inclusive em Portugal. Mas se escolhi os enclaves de Ceuta e Melilla, é por ser onde foram erguidas fortificações *materiais* da fronteira europeia, e é sobretudo isto que me interessa aqui. Esta é uma tese de enquadramento e definição de um fenómeno social complexo, onde pretendo seguir este sentido apresentado por Chris Rumford: “teorizar fronteiras envolve uma tentativa para compreender a natureza do social”<sup>11</sup>. Em outras palavras, estudar as fronteiras não é estudar as margens, mas um meio para compreender os centros.

No que consiste uma antropologia da fronteira? Mais especificamente, como fazer uma etnografia de “muros” que não falam? Isto remete à primeira pergunta da pesquisa, do “por onde começar”, e é preciso traçar uma metodologia. Dialogarei com vários estudos num âmbito multidisciplinar. Os temas que pesquisei vão dos conceitos de *fronteira* em geral, aos estudos sobre as fronteiras externas da Europa em particular, com enfoque sobre a história dos enclaves de Ceuta e Melilla. Considerei as relações económicas e políticas entre Espanha, União Europeia, Marrocos e outros países africanos, dando preferência aos estudos sobre o antigo protectorado espanhol, e sobre a actual construção de uma zona de livre comércio no Mediterrâneo. Não quis deixar de lado as

---

<sup>10</sup> Ver, por exemplo: Vacchiano, Francesco. 2007. “Bruciare di desiderio”: realtà sociale e soggettività dei giovani ‘harrâga’ marochini. Tesi presentata nel Dottorato di ricerca in Scienze Antropologiche. Turim: Università Degli Studi di Torino.

<sup>11</sup> Rumford, Chris. 2006. Theorizing Borders. In *European Journal of Social Theory*, 9 (2): 155-169.

visões construídas sobre estas fronteiras a partir do “outro lado”, nomeadamente através da leitura de algumas fontes marroquinas. Recenseei igualmente os trabalhos sobre imigração nas zonas de fronteiras “fortificadas”, e sobre a construção do Outro ilegal, e não somente na Europa. Os campos de estudos são variados, a maioria fazendo parte das ciências sociais. Mantendo-me sobretudo numa perspectiva antropológica, não excluo um diálogo com trabalhos provenientes de outras disciplinas.

Circunstâncias particulares fizeram com que este trabalho não seja uma etnografia, mas sim um apontamento *para* uma etnografia da fronteira. Tive no entanto a oportunidade de visitar a cidade de Ceuta. Nesta prospecção de terreno, testemunhei as divisões espaciais deste enclave, território efectivo de uma Europa em África. Observei as barreiras na fronteira com Marrocos, e cruzei a fronteira em um de seus *check-points*, para depois conhecer a cidade marroquina mais próxima, Tetuán. As memórias visuais e sensitivas desta viagem são materiais presentes na construção desta tese. Apesar de não ter passado por Melilla, não vi motivos para excluir a fronteira desta cidade na minha tese, visto que a qualidade teórica da abordagem que apresento é válida tanto para o caso de Ceuta como de Melilla.

Cabe esclarecer, para melhor delimitar meu campo de pesquisa, sobre o que não é esta tese. Apesar das fortificações de fronteiras serem uma das peças problemáticas do mundo contemporâneo, esta pesquisa não contém condenações morais da minha parte. Esta tese propõe um desdobramento de questões que permitem compreender um certo fenómeno social, mas não tem a função ou a pretensão de dizer quais seriam as soluções para estes problemas. O direito de opinião pode ser exercido num outro espaço, que não se encontra nesta dissertação. Mantenho no entanto minha motivação, que parte da constatação de uma nova contradição global. As novas formas de exclusão, estratificação geográfica e espacial, e a proliferação de muros, nomeadamente nas fronteiras entre Estados, são um dos grandes problemas que enfrentamos neste começo do século XXI, e creio portanto que vale a pena estudá-las.

## CAPÍTULO I

### A presença dos passados e a construção das barreiras

“Os sábios mecanismos que protegiam então os habitantes de Augsbourg têm valor de símbolo. Pois não somente os indivíduos tomados isoladamente, mas também as colectividades e as civilizações são elas próprias envolvidas num diálogo permanente com o medo.” (Delumeau, 1973: 12)<sup>12</sup>

Em sua “história do medo no Ocidente”, Jean Delumeau traz-nos, logo nas primeiras linhas de sua introdução, um relato de Montaigne que, em 1580, visitara Augsburg, a cidade mais rica da Alemanha. Montaigne descreveu, entre espanto e fascinação, uma série de “portas falsas” que filtravam os viajantes, assim como muros, correntes, fossas e guardas que controlavam as identidades dos passantes. Pontes levadiças, sinos comunicantes, grades, lâminas, tarifas e cerca de 500 “gens d’armes” com seus cavalos à postos para reagirem contra qualquer agressão eventual. A cidade não estava em guerra. Foi por isso que Montaigne ficara intrigado não só com a sofisticação do complexo de vigilância para a entrada à noite numa aldeia de 60 000 habitantes, mas sobretudo com o clima de insegurança reinante. O medo, e a administração do medo (do inimigo militar, do “Turco”, do estrangeiro em geral), moldaram durante a Idade Média e o início do Renascimento, um padrão arquitectónico de ordem militar<sup>13</sup>. A patrimonialização recente de certos muros que restaram mostra, das antigas “cidades-fortaleza”, alguns dispositivos simbólicos que ultrapassam a função bélica. Em termos de “controlo fronteiriço”, o caso de Augsburg parece ter sido o exemplo mais radical de um modelo de segurança que em muitas outras cidades ou aldeias virou padrão. A referência a um passado comum pode ser evocativa de uma memória colectiva efectiva, ou faria parte, com a *patrimonialização* (por parte do Estado nacional ou organizações supranacionais), de um esforço para forjar uma identidade que não é pré-adquirida? Uma possibilidade não contradiz necessariamente a outra. Mais adiante, poderíamos

---

<sup>12</sup> Daqui em diante, a tradução de todos os textos para a língua portuguesa são de minha inteira responsabilidade.

<sup>13</sup> Os termos “Idade Média” ou Renascimento, como outros, correspondem a uma localização epistemológica eurocêntrica, visto que esta periodização historiográfica é discutível, e mal poderia ser aplicada a outras culturas que não às do continente europeu. É por esses mesmos motivos que tratarei desses “períodos” históricos apenas ao analisar o que se passou na Europa durante estas épocas. Sobre história e eurocentrismo, ver Mignolo, Walter D. e Madina V. Tlostanova. 2006. Theorizing from the Borders, Shifting to Geo- and Body-Politics of Knowledge. In *European Journal of Social Theory*, 9 (2): 205-221; Sanches, Manuela Ribeiro (Org.). 2005. *Deslocalizar a Europa, Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia.

igualmente perguntar-nos se seria consistente encontrar alguns traços do paradigma medieval e pré-moderno que reaparecem nos muros contemporâneos. É por isso que neste capítulo proponho um estudo do passado e presente dos enclaves em questão: como podemos guiar-nos pela memória social para estudar a história de uma cidade, e como sucederam as construções de muros sucessivos nas fronteiras de Ceuta e Melilla?

Na visita a Ceuta deparámo-nos com a antiga fortaleza restaurada da cidade, que abriga um museu de história da cidade. Uma ideia enfatizada no discurso museológico, é a de que a cidade Ceuta, desde os antigos Fenícios, sempre fora alvo de disputa de soberania. Há um empenho simbólico por parte da administração local, para a construção e preservação de uma certa tradição. Encontramo-nos em uma cidade relativamente pequena (sua superfície geográfica é de 18,5 km<sup>2</sup>), cercada de um lado pelas águas do mediterrâneo, e de outro por barreiras que às vezes estendem-se no mar. Os antigos muros e o museu dão um “tom identitário” de uma cidade que sempre precisou se proteger. A bandeira do município tem a mesma composição que a bandeira lisboeta, e o seu brasão é o mesmo que o da bandeira portuguesa. Enquanto de um lado da cidade, Hércules recebe os viajantes com sua força eterna a abrir as “portas” do Mediterrâneo, do outro lado temos o Infante D. Henrique que observa a circulação automóvel no meio de uma rotunda. Não sendo nacionais, estes significantes esforçam-se por produzir a identidade de uma cidade-fronteira, bastião avançado de um certo Ocidente. Deixarei guiar-me neste capítulo de perspectiva histórica, por esta simbologia espalhada nesta cidade autónoma. É por isso que, da Idade Média saltarei para o século XX: nas casernas e praças públicas de Ceuta, vi estátuas comemorativas do *levantamento* de 1936. Ora a representar o General Franco, ora a representar algum soldado anónimo que cristaliza o espírito nacionalista de uma tropa que partiu para a vitória, justamente desta “Espanha africana” ou “África espanhola”.

As performatividades dos símbolos nacionais ou colectivamente identitários foram amplamente discutidas numa literatura antropológica sobre a construção dos nacionalismos (Anderson, 1991; Barth, 1966; Mauss, 1924). Com a ajuda desta literatura, considerarei esses significantes como dados sociais, seguindo uma premissa apresentada por Jean-Marie Brohm:

“A antropologia não pode tratar estes dados que encontramos em diversas culturas como simples ressurgências folclóricas ou supersticiosas. Ela deve, ao contrário, interrogar-se sobre suas



densidades ontológicas que não são simplesmente do registo do irracional ou da ficção, mas sim do registo da construção intersubjectiva dos mundos vividos ordinários.”<sup>14</sup>

## **A conquista dos enclaves e as fronteiras medievais**

A Reconquista no ocidente da península Ibérica passou de um movimento em terra para um movimento marítimo. Este movimento não se resumia à “expulsão” das elites sarracenas do território continental, mas entrava na própria dinâmica económica de um reino que se formou pela expansão: uma parte importante dos rendimentos do reino e dos feudos eram os fossados<sup>15</sup>. Com a reconquista do Algarve, os fossados passaram cada vez mais a serem fossados marítimos, competindo com incursões piratas. Foi desta maneira que a “reconquista” transferira-se para o mar. Numa proporção muito maior do que as expedições “oficiais” ou meramente legais, havia grandes contingentes de corsários confundidos com piratas, a trabalharem para a coroa portuguesa. Este trabalhado não se resumia á pilhagem, mas envolvia a defesa da própria península:

“As operações de corso não se limitavam às costas atlânticas, quer europeias quer africanas. Os corsários portugueses passavam frequentemente o estreito de Gibraltar, dando caça aos navios muçulmanos (e outros) que bordejassem a costa do reino de Granada e atravessassem o Mediterrâneo ocidental entre a Europa e a África.” (Oliveira Marques, 1998: 19)

Paralelamente, continua o movimento das *cruzadas* contra o Islão. Nas versões da *reconquista*, todos os reis hispânicos se consideravam herdeiros legítimos dos reis Visigodos, a quem a terra teria sido “roubada” pelos Árabes. Este antigo reino Visigodo se expandira até o norte do actual Marrocos, mas apenas administrativamente. Este “ocidente magrebino” deveria, nesta visão de mundo, ser conquistado da mesma maneira que fora o Algarve em 1250 d.C. O apoio irrestrito da Igreja, com cedência dos dízimos por parte da Santa Sé, permitiu à Coroa portuguesa reestruturar uma marinha imponente em finais do século XIV. Durante este século, todos os monarcas portugueses, assim como grandes senhores, contariam com o objectivo de conquistar Marrocos. Do outro lado do Mediterrâneo, a dinastia Berbere dos Marínidas tinha sucedido à dos Almóadas. O reino era, por volta de 1400 d.C., conhecido pelos portugueses como sendo o de Benamarim.

---

<sup>14</sup> Brohm, Jean-Marie. 2010. *Anthropologie de l'Étrange: Énigmes, Mystères, Réalités Insolites*. Paris: Sulliver.

<sup>15</sup> incursões militares em território estrangeiro com o objectivo de pilhar o máximo de bens e materiais de alguma riqueza (Oliveira Marques, 1998: 12).

Para além de um enquadramento político e religioso, as motivações comerciais foram decisivas para o investimento na expansão. O comércio com muçulmanos em tempo de guerra era proibido para qualquer cristão, mas o tráfico realizava-se com ou sem autorização régia. Em Portugal a troca comercial e a convivência eram mais importantes do que tendem a descrever as historiografias hegemónicas que, assim como a arqueologia, ignoram largamente quatro séculos de presença muçulmana no território (Macias, 2005: 807).

As mercadorias mais valorizadas, vindas do norte de África, eram então os grandes contingentes de escravos, que eram mais fonte de renda por serem prisioneiros de guerra e sujeitos a resgate, do que mão-de-obra propriamente dita. Depois de seres humanos, os haveres mais cobiçados eram peles, peixe, têxteis, artigos manufacturados, e ouro. Os preços dos escravos aumentavam vertiginosamente por causa dos períodos de paz, e o ouro só se encontrava-se abundantemente abaixo do Saara.

Foi neste contexto que, em Portugal, a coroa decidiu sobre a invasão e conquista de Ceuta, que desde o século XIII já era uma cidade cobiçada por Castela. Cidade chave para controlar o estreito de Gibraltar, sua conquista significaria ao mesmo tempo um avanço competitivo em relação ao reino vizinho, e um passo adiantado na luta contra o Islão. Para conseguir o financiamento e a reunião de forças militares “multinacionais”, o conselho do rei enviou embaixadas para repúblicas italianas e outras cidades europeias. Foram fretados navios em Castela, Biscaia, Galiza, Flandres, Bretanha, Inglaterra e Alemanha. Para financiar a expedição, a coroa comprou mercadorias locais para a exportação (vinhos, peixes, figos) pelo preço de custo, para depois vendê-las em Flandres em troca de ouro e prata. Cunharam-se moedas destes metais, exigindo-se por ordem do rei que os câmbios de Lisboa e do Porto fossem mantidos. Esta primeira expansão fora do continente foi portanto acompanhada, assim como na época dos descobrimentos, de um movimento importante de progresso da soberania do monarca, ou seja, da figura do Estado sobre a economia.

Com o sucesso do ataque à cidade de Ceuta em Agosto de 1415, D. João I acrescentou aos seus títulos de rei de Portugal e do Algarve, o de Senhor de Ceuta. Seguiram-se tentativas de recuperação da cidade por parte do rei de Fez, e nesta altura os muros da cidade de Ceuta eram importantes nesta lógica militar: “Mais fustas

chegaram, entretanto, de Granada, no quinto dia, mas uma vez mais não ousaram desembarcar. Meneses, mais tranquilizado, mandou reparar os muros de Ceuta.”<sup>16</sup>

Lugar militarmente estratégico no estreito de Gibraltar, o domínio de Ceuta permitia um combate mais eficiente à pirataria muçulmana. Neste sentido, a conquista de Ceuta parece classificar-se melhor como continuação do movimento de Reconquista do que o da expansão ultramarina que viria a constituir ulteriormente um império português:

“ [...] a empresa portuguesa de 1415 teria muito mais a ver com os ataques castelhanos a Tripoli, em 1434 ou a Melilla, em 1497, do que com o reconhecimento do arquipélago da Madeira ou com a dobragem do Cabo Bojador” (Drumond Braga, 1998: 255).

Ceuta nunca foi um entreposto comercial, e durante séculos a cidade foi alimentada com cereais vindos da Andaluzia, de Flandres, dos Açores e do sul de Marrocos. Com um Tratado de Lisboa de 1668, Ceuta passou desde então a fazer parte do domínio da Coroa espanhola, assim como Melilla, que fora conquistada por Castela em 1497<sup>17</sup>. Apesar do estatuto de colónia destes enclaves ser matéria de discussão tanto em Espanha como em Marrocos, há um consenso e torno da qualidade política dessas conquistas, que não se inserem directamente no grande projecto de expansão ultramarina ibérica que começaria em 1492.

Quanto a Melilla, a conquista um pouco mais tardia foi levada a cabo pela coroa castelhana, em 1497, e obedeceu aos mesmos princípios de combate, criação de fronteira e de uma composição social de maioria cristã. Desde a ocupação da fortaleza em Melilla, até o começo do protectorado, instituiu-se a noção épica de uma fronteira de vanguarda militar frente ao “infiel”:

“Desde o estabelecimento da fortificação espanhola em Melilla, antigo porto fenício, cartaginense, romano e árabe, constitui-se uma larga relação de fronteira entre os habitantes do enclave e as populações rifenhas que o rodeiam. Esta população é conhecida desde fontes antigas como a confederação tribal de Qal’aya (de fala rifenha, uma variante da língua *tamazight*), concretamente, o pequeno enclave se situa no núcleo da tribo de Imazzujan; apesar disto, o mito

---

<sup>16</sup> Drumond Braga, Paulo. 1998. A Expansão no Norte de África. Em MARQUES, A. H. de Oliveira e Joel Serrão, *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa: 247.

<sup>17</sup> Sobreponho um foco maior no enclave de Ceuta pois foi onde fiz as observações que guiaram minha reflexão. Para uma etnografia concisa sobre o enclave de Melilla, ver Driessen, Henk. 1992. On the Spanish-Moroccan Frontier: A Study in Ritual, Power and Ethnicity. In Barbara Bender, John Glendhill e Bruce Kapferer (eds), *Explorations in Anthropology Series*. Oxford: Berg.

fundador espanhol refere-se à instalação em 1497 das tropas do duque de Medina Sidonia, dirigidas por Pedro Estopiñan, num espaço abandonado [...]”<sup>18</sup>

Se estas conquistas não determinaram o início da expansão transatlântica, elas vieram pelo menos acrescentar aos paradigmas políticos da era medieval, uma nova componente: a fronteira<sup>19</sup>. Os primeiros aparecimentos da palavra “fronteira” situam-se no século XII em Espanha, e só depois apareceria nos demais países do continente europeu. Ao longo do século XIII, com o desenvolvimento da cartografia, fronteiras lineares começaram a se desenvolver, de pontos fortificados para a defesa até os limites contínuos. Porém, a manutenção permanente de fronteiras fixas e lineares de Estados inteiros é um fenómeno exclusivamente moderno (Berend, 1999: 65). Alguns académicos argumentam que um limite linear desenvolveu-se nestes contextos Ibéricos e Mediterrânicos, por uma combinação de três factores: contacto constante entre culturas diferentes em áreas de grande densidade populacional, uma fronteira material (fortificada), e a ideologia de expansão das fronteiras para o sul por parte de poderes expansionistas. Abriu-se portanto uma nova era onde as noções de fronteira diferiam das antigas noções de fronteira Romanas, “que eram imprecisas, mais zonais do que lineares [não impediam circulação], apesar da presença de muros e fortificações” (Idem: 67).

Subsequentemente à estas conquistas, a *sociedade de fronteira* também seria uma noção usada com o mesmo significado que o de *sociedade de conquista*, onde uma elite conquistadora governa uma população nativa. O que emerge de uma leitura dos estudos de fronteira é a multiplicidade de meios e funções implícitos ou explícitos do termo, pois *sociedade de fronteira* tem sido um conceito usado para designar sociedades cuja periferia (zonas de fronteira) desenvolveu-se enquanto resultado de um confronto ou interacção com outra sociedade e cultura, como na fronteira entre os mundos Árabe e Bizantino, ou na fronteira entre Muçulmanos e Cristãos na península ibérica (Idem: 70).

---

<sup>18</sup> Dieste, Josep Lluís Mateo. 2010. Melilla. Paradojas de la identidad en un espacio de frontera. In Ventura, Montserrat (org.) *Fronteras y Mestizajes, sistemas de clasificación social en Europa, América y África*. Barcelona: Publicacions d'Antropologia Social: 71-84.

<sup>19</sup> O paradigma do conceito de fronteira na historiografia ocidental foi lançado por Frederick Jackson Turner que em *The significance of the Frontier* (1893), escreveu sobre a expansão do Oeste nos Estados Unidos da América. Turner definiu a fronteira como uma “natureza selvagem” a ser conquistada. Logo em 1897, Frederick Ratzel inauguraria a recuperação desta ideia numa perspectiva de darwinismo social para justificar a expansão colonial. Foi sob seu paradigma que o norte de África apareceu no debate nacional espanhol com sendo uma alternativa “lebensraum” (espaço habitável). Ver Ferrer-Gallardo, Xavier. 2008. The Spanish-Moroccan border complex: Processes of geopolitical, functional and symbolic rebordering. In *Political Geography*, 27: 301-321.

Não se pode confundir totalmente dois conceitos distintos, que na literatura anglo-saxónica se designam por *border* e *frontier*, palavras que para a tradução não encontro correspondentes satisfatórios em português. Note-se que a “linha” política de demarcação, que separa dois territórios de soberanias distintas, corresponderia à noção de *border*, enquanto a “fronteira”, conceito desenvolvido por Turner e alguns seguidores, designa um movimento de conquista análogo ao das “missões civilizadoras” que já era empreendida por europeus em África. O mais importante para a nossa questão é que no caso de Ceuta e Melilla, as sociedades de fronteira e os limites (*borders*) territoriais propriamente ditos se confundem num mesmo espaço.

O carácter conflictuoso de uma sociedade de fronteira acentuaria-se pelo espírito militar de conquista, que ficaria presente nas performances identitárias que justificam a “espanholidade” destes enclaves até a contemporaneidade. Entre finais do século XIX e a primeira metade do século XX, o mito de uma pureza nacionalista fora formulado por intelectuais como Menéndez Pelayo:

“A verdadeira Espanha deve ligar-se ao espírito marcial da reconquista, a descoberta da América, a Contra-Reforma e o levantamento contra as invasões napoleónicas em 1808.” (Balfour, 2000: 312)

A Castela ancestral, ou discursos que se transmitiram sobre ela virou um modelo para uma renovação nacional, o que seria a ponta de lança ideológica para uma nova cultura militar forjada durante o início do protectorado espanhol em Marrocos (1909-1956): o *africanismo*.

### **Da guerra do Rif ao *Levantamiento***

A região do actual Marrocos foi conquistada no século VII d. C. pelos Árabes que submeteram a população berbere nativa e se misturaram a ela. O país faz portanto parte do mundo árabe, onde ocupou um lugar de honra. No norte de África, foi o único país que escapou da dominação do império Otomano que estendeu-se no norte de África desde o século XVI. O sultão de Marrocos é ao mesmo tempo chefe secular e espiritual, ou seja, descendente do profeta, o que lhe garante um carisma excepcional (Tozy, 1999: 1975). No entanto, na primeira década do século XX, o sultanato entrou em crise devido a dívidas externas e pressões estrangeiras. Muitos países europeus foram associados à partilha diplomática da tragédia marroquina, mas foram os Estados de França e Espanha

que receberam partes de Marrocos sob formas de protectorados (Wesseling, 2003: 266)<sup>20</sup>. Neste período, os territórios de Ceuta e Melilla separavam os territórios norte-africanos sob soberania espanhola, do norte marroquino sob *proteção* espanhola. Esta distinção explica em parte porque estes enclaves permaneceram sob domínio espanhol depois do fim do protectorado franco-espanhol de Marrocos, em 1956. Porém, uma ambiguidade deriva do facto das fronteiras terem sido “atenuadas” durante todo o período do protectorado, quando de facto as duas cidades não se distinguiam do resto do território da “África espanhola”. Desde então, Ceuta e Melilla são vistos pelo Estado marroquino como sendo parte integral do território marroquino, e que estão por ser descolonizados<sup>21</sup>.

A nova empreitada colonial em Marrocos por parte do Estado espanhol não era o resultado de uma pressão da classe de oficiais para um novo papel social, nem de um corpo neo-colonial à procura de um novo ambiente para seus investimentos. Seria mais uma consequência da insegurança das novas elites numa nova era de expansão imperialista. A Grã-bretanha pressionou para que tal acontecesse, pois precisava em sua estratégia de um “Estado tampão” entre Gibraltar e o expansionismo francês no noroeste africano. O resultado foi que o Estado espanhol tomou para si um papel no norte de África para o qual não tinha a experiência, nem a riqueza ou suporte necessário da população local.

Ao longo de guerras intermitentes com tribos do norte marroquino entre 1909 e 1927, uma nova cultura militar chamada de *africanismo* nasceu entre uma oficialidade colonial que desprezava tanto civis como outras tropas peninsulares, tidas como preguiçosas e traidoras (Balfour, 2000: 309). O crescimento desta cultura *africanista* foi também o crescimento de uma cultura nacionalista, insurreccional, cuja identidade ambígua virava-se contra o Estado peninsular vigente. Por cultura militar, entende-se as ideologias, aspirações, práticas e estratégias partilhadas por um grupo significativo de

---

<sup>20</sup> A Espanha era o país que por razões históricas e morais estimava ter as maiores pretensões sobre Marrocos. Atesta o facto de que as duas grandes conferências internacionais sobre Marrocos foram em Madrid (1880) e em Algeciras (1906). A partilha foi finalizada com o tratado de protectorado que a Espanha concluiu com o sultão Moulay Youssef em Novembro de 1912. Com este tratado, a Espanha obteve duas zonas, uma na costa, e outra no sul do país. O resto do território ficava sob administração francesa.

<sup>21</sup> Abordarei com maior atenção este aspecto da disputa pela soberania no terceiro capítulo desta tese.

oficiais que distinguem-se explicitamente do restante de seus colegas<sup>22</sup>. A ideologia militar *africanista* foi sempre orientada, referida e influenciada pelo peso moral da derrota para os Estados-Unidos na guerra de 1898<sup>23</sup>. Desde essa data, tal fissura na sociedade espanhola foi-se abrindo de maneira cada vez mais problemática para a manutenção de um consenso político.

Mas o impulso e formação deste militarismo foi forjado menos por ideias do que pelas experiências práticas da tropa colonial espanhola durante a guerra do Rif (1921-1927). Antes desta guerra, prevaleceu na administração do protectorado um esforço para uma incursão cultural pacífica na região, nomeadamente com estratégias educativas. A inauguração de escolas primárias em Melilla para crianças muçulmanas em 1912 revela traços deste programa do imperialismo espanhol. O programa oferecia aulas de árabe para crianças espanholas, e aulas de língua e cultura castelhana para crianças marroquinas. Em 1905, um professor espanhol em Melilla, Francisco Sempere, redigiria a proposta para a implementação de uma nova escola colonial na cidade, perguntando retoricamente “qual seria meio mais poderoso para a penetração pacífica, do que instruir o povo da fronteira [*estos fronterizos*] e esclarecê-los sobre as vantagens da vida europeia?” (Jensen, 2001: 209). Curiosamente, a Igreja Católica e suas Ordens (tradicionalmente os agentes mais fortes do imperialismo cultural espanhol) não participaram neste projecto cultural, contrariamente ao que se passava no protectorado francês de Marrocos. Ironicamente, um dos jovens marroquinos educados nestas novas escolas de Melilla foi Mohamed ben Abd-el-Krim, que anos mais tarde fundaria a República do Rif, que ameaçou o equilíbrio do protectorado (Ducoulomier, 2009). Socialmente, esta república não constituiu uma nação, mas uma constelação de tribos de origem berbere, com a primazia política da tribo de Abd-el-Krim, os Beni Uriaghel. Abd-el-Krim “reislamizou” a região, impondo uma ordem religiosa onde o direito corânico substituiu o direito civil. Ao carisma deste líder educado numa escola espanhola e à história de liderança da sua tribo, viera-se adicionar a legitimidade religiosa e militar de um novo emir dissidente, para unir contra o inimigo espanhol, um povo que até então não existia. Prometia-se a independência do Rif, e depois de todo o Marrocos. Porém, após ter feito as tropas espanholas sofrerem perdas significativas, a

---

<sup>22</sup> O veículo de comunicação era a *Revista de Tropas Coloniales*, fundada em Ceuta.

<sup>23</sup> A guerra hispano-americana de 1898 foi catastrófica para a Espanha: foi a perda de suas últimas possessões coloniais, aquilo que restava de seu antigo império mundial. Seguiu-se uma crise social, que nos anos 1930 se traduziria num movimento literário chamado de “geração de 1898” (Wesseling, 2003: 268).

República do Rif não viu-se mais tendo de lutar somente contra a Espanha, mas de levantar uma *djihad* contra o sultão marroquino Mulay Youssef, aliado dos franceses que protegiam seu estatuto de comandante religioso. Isto condenava a uma guerra contra a França, que interveio em Abril de 1925. Do lado das tropas espanholas, os *africanistas*, influenciados pelo modelo germânico, usaram gaz tóxico, tanques e aviões. Em Maio de 1926, a guerra terminava.

Foi portanto neste contexto que se formou o espírito do *levantamento* comemorado com estátuas que se encontram espalhadas na cidade de Ceuta. O protectorado teve um papel central no sucesso da rebelião de Julho de 1936 e na vitória franquista durante a Guerra Civil espanhola (1936-1939). Foi por causa dos requerimentos económicos de Ceuta e Melilla que as intenções originais de penetrações pacíficas foram substituídas por métodos militares. Não havia espaço de vazão para os produtos espanhóis fora dessas duas cidades costeiras, e o maior estímulo para a economia do protectorado era a manutenção das tropas espanholas no terreno. Estas mesmas tropas reivindicaram uma identidade africana. Os *africanistas* partilhavam uma curiosidade e até uma fascinação pela cultura árabe, e em particular pela cultura berbere das montanhas do Rif. Esta atracção baseava-se no espírito de sacrifício, no machismo guerreiro e na religiosidade, tudo isto sendo qualidades comuns às do mito de uma “pureza” espanhol, como testemunha esta frase do General Francisco Franco:

“ [...] meus anos em África vivem dentro de mim com uma força indescritível... sem África, eu mal poderia explicar-me a mim mesmo, nem poderia explicar-me para meus camaradas em armas”<sup>24</sup>

Seria um erro deduzir da presença de estátuas e símbolos na cidade de Ceuta como sendo inferências colectivas de acções identitárias. Isto seria o mesmo que dizer que qualquer pessoa que mora em Lisboa se revê em Camões, Pombal ou no Viriato. No entanto é preciso considerar a presença desses significantes como um esforço por parte do Estado para a construção de uma certa tradição e para a manutenção de uma colectividade cultural, que no caso de Ceuta associariam ora à nação espanhola, ora à ocidentalidade e à sua expansão. A função simbólica destes dispositivos é a de emanar um discurso: este território é, antes de tudo, europeu e espanhol.

---

<sup>24</sup> Franco, Francisco. 1939. *Palabras del Caudillo 19 abril 1937 – 31 diciembre 1938*. Barcelona. Citado em Balfour, Sebastian e Pablo La Porte. 2000. Spanish Military Cultures and the Moroccan Wars (1909-1936). In *European History Quarterly*, 30 (3): 315.



A ostentação de um *africanismo* militar por estes dispositivos pode ser contraditória com o actual regime peninsular, que surgiu em 1975 como ruptura pacífica com o regime ditatorial, na direcção de uma constitucionalidade de modelo civil e parlamentar. Pode-se perguntar se na cidade de Ceuta não existiria, com esta demonstração pública da memória histórica, uma performance administrativa de um “enclave dentro do enclave”: um resquício de ideologia franquista dentro de uma Espanha e uma Europa que actualmente não compartilham os ideais deste antigo regime, pelo menos nos seus discursos. Ligados à patrimonialização das antigas fortificações, assim como ao museu de Ceuta, as estatuas e simbologias das casernas formam um todo coerente, no sentido daquilo que Benedict Anderson chamou de *musealização política* (Anderson, 1991: 240). Assim como toda logoização pelos selos, hinos e livros escolares, estes são alguns instrumentos de interesse para qualquer antropólogo que queira investigar os discursos nacionais além das identidades subjectivas, pois elas correspondem a um aspecto do controle da estrutura de poder formalizado que, segundo Eric Wolf, é uma das características da formação da nação em sociedades estratificadas:

“As culturas primitivas estruturam-se com base na polaridade por consanguinidade real ou fictícia, por sexo e por idade, enquanto as sociedades estratificadas se polarizam com base na divisão técnica do trabalho, no controle da estrutura de poder formalizado, no regime de propriedade, etc.” (Wolf, 2003: 201)

Pode-se notar como, neste enclave, o segmento sociocultural performativo do poder é essencialmente militar, enquanto na maioria das cidades do continente europeu é a simbologia de uma elite comercial ou industrial que predomina pelas suas galerias e grandes avenidas, reivindicando a identidade do espaço urbano<sup>25</sup>.

Em que medida essas reflexões sobre história e simbologia dos poderes locais podem nos ajudar a compreender os muros das fronteiras dos enclaves de Ceuta e Melilla com Marrocos, assim como as suas implicações? Se elas não nos dizem nada em directo sobre os muros que analisarei nas páginas seguintes, elas nos permitem pelo menos contextualizar um aspecto da paisagem social do local onde eles se erguem. Antes de embarcar na construção daquilo que é o meu objecto de estudo, foi importante a consideração de dois traços importantes: aquilo que foi a construção de sociedades de

---

<sup>25</sup> Sobre urbanismo e estratificação social, ver Benjamin, Walter. 2000 [1935]. Paris, Capitale du XIX<sup>e</sup> siècle. Em Oeuvres III. Paris: Gllimard: 44. E mais recentemente, Harvey, David. 2008. The Right to the City. Em [http://abahlali.org/files/Harvery\\_right\\_to\\_the\\_city.pdf](http://abahlali.org/files/Harvery_right_to_the_city.pdf).

fronteira desde a Idade Média, inclusive na historiografia que versa sobre este período, e a persistência de um militarismo que está presente enquanto performance de vigilância e segurança numa fronteira materializada nos últimos anos. Estudar uma parte da história de qualquer sociedade visa praticar uma antropologia que não considera formações sociais ou culturais como sendo ilhas atemporais. Vejamos a seguir como, nestas fronteiras múltiplas, entre cristianismo e Islão, países e continentes, os muros que foram construídos desde o começo dos anos 1990 operam funcionalidades específicas na articulação de dinâmicas políticas e económicas.

### As Cercas

Segundo Hank Driessen<sup>26</sup>, o Mediterrâneo não é apenas uma divisão política, demográfica e económica, mas também uma fronteira moral e ideológica que pode ser percebida como sendo a barreira entre, de um lado, democracia e secularismo, e de outro, fanatismo religioso e regimes totalitários. Esta percepção é culturalmente parcial, visto que a distinção ou separação entre “nós” liberais e “eles” fanáticos opera-se apenas de um dos lados de uma fronteira ideológica popularizada pela teorias do choque de civilizações (Roeder, 2003). Os muros de Ceuta e Melilla simbolizam esta separação. É preciso entretanto fazer uma correcção, e explicar o motivo pelo qual uso a palavra “muros”, para denominar o que realmente são *grades* de até seis metros de altura, com arames farpados. Se compararmos com muros de betão, este tipo de dispositivo tem algumas particularidades que diferem em termos consideráveis. Os muros que separam Israel dos territórios ocupados da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, por exemplo, são de betão armado para evitar não somente a circulação de pessoas, mas também para defender um território soberano contra eventuais ataques terroristas. Da mesma forma, na fronteira entre os Estados-Unidos e o México, há uma grande variação de dispositivos, que vão de grades a muros de betão, dependendo do grau de permeabilidade e controle migratório num dado espaço. Curiosamente, é uma mesma empresa já especializada no ramo que construiu os muros em Israel e nos Estados-Unidos. Os dispositivos fronteiriços em Ceuta e Melilla não respondem a uma necessidade de conter ataques terroristas vindos do continente africano, e tão pouco para conter uma invasão militar por parte de tropas marroquinas. Por mais que não se limite

---

<sup>26</sup> Driessen, H. 1998. The New Immigration and the Transformation of the European-African Frontier. In T. Wilson and D. Donnan (eds.) *Border Identities: Nation State at International Frontiers*. Cambridge: Cambridge University Press, 96-116.

a esta única função, as grades de Ceuta e Melilla visam controlar fluxos de *agentes não estatais*, nomeadamente o contrabando de mercadorias, e a imigração ilegal de pessoas que querem chegar em território europeu. Esta é a característica essencialmente *nova* de todos os muros que ultimamente se têm erguido em muitas outras fronteiras pelo mundo: a ameaça, o movimento a ser contido, já não é o de instituições de Estados estrangeiros, mas sobretudo o de pessoas que se movimentam por conta própria. Abordarei este tema mais adiante. Mas é para enfatizar a ideia suscitada na introdução que chamo de “muros” às fronteiras materiais de Ceuta e Melilla: elas fazem parte de um conjunto de fronteiras de um novo tipo histórico. Neste sentido, a palavra “Muro” é um conceito que traduz a partilha de características comuns com outras fronteiras fortificadas. Enquanto conceito, deve também remeter a uma realidade intrinsecamente material: é uma barreira física que permite um certo tipo de circulação em detrimento de outro.

Na prospecção de terreno em Ceuta, notamos a sobreposição de duas culturas, árabe e espanhola, que não se dilui. As diferenças se acentuam em aspectos visíveis de classe, que determinam a disposição espacial dos bairros. O bairro do Príncipe, essencialmente marroquino, é tido como o mais violento da cidade, onde ao lado de contentores transformados em casas para famílias, há um grande complexo sanitário, o Hospital Universitário, que está a ser construído graças à ajuda financeira da União Europeia e da Junta regional da Andaluzia. Entre as novas prestações que a construtora incorporou ao novo Hospital, se encontra um sistema sofisticado de fibras ópticas e videovigilância com 142 câmaras que utilizam protocolo IP para enviar imagens em directo para servidores de segurança. Não obstante, as equipas médicas têm sentido falta dos “botões anti-pânico” com os quais sentiam-se mais seguros no antigo hospital da Cruz Vermelha<sup>27</sup>. Não foi possível aproximar-nos de toda a linha de cercas que compõem os “muros” de Ceuta. No entanto, testemunhamo-las em dois pontos sensíveis da cidade, justamente em pequenas baías onde as cercas alongavam-se até certa distância no mar. No primeiro ponto, próximo ao bairro do Príncipe, as cercas envolviam um dos *check-points* da cidade, onde um vai e vem de pessoas, a pé ou de carro, é constante durante todo o dia. Os serviços alfandegários controlam os passantes para certificarem-se principalmente que não haja entrada em Ceuta de pessoas ou mercadorias que não

---

<sup>27</sup> Garcia, José. Las enfermeras no se sienten seguras a pesar del sofisticado sistema de videovigilancia. Em *El Pueblo de Ceuta*, 14 de Febrero de 2010, p.14.

estejam administrativamente regularizadas. No segundo ponto, do outro lado da cidade, não há nenhuma porta de passagem, mas as grades atravessam aldeia de Belyouchdec, numa das regiões marroquinas onde se encontram campos de refugiados subsaarianos<sup>28</sup>. Apesar da grande ostentação securitária e das rondas da Guarda Civil espanhola, a passagem de migrantes a nado por estas baías nunca foi totalmente interrompida<sup>29</sup>.

Em Outubro de 2008 decorreu em Florença um seminário intitulado “*Anthropological perspectives in a changing Europe*”<sup>30</sup>. Um dos objectivos era o de reflectir sobre a seguinte questão: em que medida a antropologia pode nos ajudar a compreender como noções abstractas, do tipo “Europa”, “Europeu”, e “Cidadania europeia”, são decretados e representados por indivíduos no quotidiano? Esta pergunta fundamental não pode ser abordada sem antes verificar quais foram os processos políticos e sociais que enquadraram aquilo que podemos entender actualmente por Europa. Seguindo a análise desta tese, como se construiu uma fronteira entre o que é a Europa, e o que não é?

A soberania moderna, tal qual é praticada na geopolítica contemporânea, tem uma origem no continente europeu, e sempre teve uma relação directa com a natureza das fronteiras. A crise do imperialismo europeu na metade do século XX foi decisiva para os primeiros acordos que formaram a Comunidade Européia do Carvão e do Aço, formada em 1951 pelo Tratado de Paris<sup>31</sup> (Balibar, 2004: 15). Mais tarde, a dissolução dos “blocos” de guerra fria determinaria o alargamento da união política no continente. O significado político do nome de Europa apareceu de forma mais coerente durante o “balanço de poderes” no séculos XVII e XVIII, entre Estados-nação organizados, na maior parte, em monarquias. Não foi exactamente no Tratado de Westphalia (1648) que ocorreu este balanço de poderes. Foi logo depois, com o continente pacificado após o fim da Guerra dos Trinta Anos entre católicos e protestantes, quando duas concepções de uma ordem europeia se confrontaram: de um lado, a concepção *hegemónica*, liderada pela monarquia francesa, e de outro, a concepção *republicana* (por um regime de igualdade entre Estados), encabeçada por ingleses e alemães. Foi nesta altura, que nos

---

<sup>28</sup> Sobre o cerco a migrantes que acampavam perto desta aldeia em 2005, ver no jornal da Association des Travailleurs Maghrébins de France: <http://www.atmf.org/spip.php?article504>.

<sup>29</sup> Uma abordagem visual ao caso das passagens clandestinas de migrantes para Ceuta é documentada no filme *Bab Septa*, realizado por Frederico Lobo e Pedro Pinho.

<sup>30</sup> Disponível em

[ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/fp7/ssh/docs/ssh\\_seminar\\_anthropological\\_perspective\\_en.pdf](ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/fp7/ssh/docs/ssh_seminar_anthropological_perspective_en.pdf)

<sup>31</sup> Os países da CECA eram Itália, Bélgica, Luxemburgo, França, República Federal Alemã e Holanda.

escritos de William d'Orange o nome de Europa substitui o de Cristandade, na linguagem diplomática para designar a relação entre Estados soberanos do continente. A necessidade de um balanço de poderes no continente esteve intimamente ligada às divisões imperialistas de poderes coloniais. Dividir a Europa em fronteiras implicava portanto dividir as colónias, e o mundo em fronteiras. A forma da fronteira estatal, moldada na Europa, fora desta maneira exportada para outros continentes.

Nunca existiu uma linha política europeia única quanto ao regime de fronteiras, que é melhor descrito enquanto negociação compósita entre instâncias políticas que operam em diferentes paradigmas, dando uma multiplicidade de percepções (Berg e Ehin, 2006: 54). Entre as características das fronteiras exteriores da União Europeia, podemos identificar modos de governo e graus de abertura. No *modo de governo*, temos as seguintes instituições correspondentes: a *Schengen provisions in Justice and Home Affairs* (JHA), a *Cross-Border Cooperation Under Regional Policy*, e a *European Neighbourhood Policy* (ENP)<sup>32</sup>. Estas três instituições se sobrepõem, revelando contradições internas na gestão das fronteiras. A Política Regional Europeia representa o paradigma político mais antigo, com implicações directas para o regime de fronteiras. Ela tem origem no Tratado de Roma de 1957<sup>33</sup>, porém só seria posta em prática à partir de 1975 para controlar disparidades económicas e regular os mercados dos países periféricos. A política regional tem implicações nas fronteiras pois incentiva a promoção de desenvolvimento socioeconómico em regiões periféricas, através de iniciativas de contactos transfronteiriços. Nesta perspectiva da política regional, o regime de fronteiras emergente estaria alinhado com o objectivo estratégico de cooperação transnacional para reduzir desigualdades e exclusões. A política de *corte de fronteiras* seria assim substituída pela política de *costura de fronteiras*, vendo a zona de fronteira como factor de integração. Um primeiro problema é o facto de que a política regional europeia para as fronteiras dá mais poder a actores regionais, fazendo com que aumente os conflitos entre autoridades nacionais - com suas prioridades securitárias - e demandas locais para um regime de fronteira mais aberto.

---

<sup>32</sup> Traduzirei aqui por espaço Schengen, Política Regional Europeia e Política Europeia de Vizinhança.

<sup>33</sup> Este tratado implementou o mercado comum da Comunidade Económica Europeia, e a Comunidade Europeia de Energia Atómica.

O acordo de Schengen, assinado em 1985, trouxe um segundo paradigma político com maiores implicações para as fronteiras. Assim como a Política Regional, o acordo de Schengen tem o objectivo de fortalecer o mercado único europeu. Porém, a ênfase não é a coesão, mas a segurança. Para reduzir os riscos associados à livre circulação de pessoas, a União Europeia aumentou o controlo nas fronteiras externas, harmonizou os vistos, as políticas de asilo e migração, criou o Sistema de Informação de Schengen (SIS), e implementou uma cooperação entre as polícias e autoridades jurídicas nacionais (Berg e Ehin: 59). O incentivo para uma governancia europeia para a política de migração pressupõe fechar firmemente as portas dos fundos, enquanto as da frente ficam parcialmente abertas para a migração legal que possa ser de interesse para a Europa, levando em consideração o grau de desenvolvimento do país de origem do imigrante, assim como o seu grau de especialização laboral. Há portanto um movimento em direcção à uma regulação supranacional das fronteiras externas: a europeização da legislação sobre fronteiras ficou evidente com a incorporação do tratado de Schengen enquanto *acquis communautaire* indispensável para os países membros, com a proposta fundamental de estabelecer um “corpo comum de fronteira europeia”, que não seria mais controlado pelas autoridades nacionais. No entanto, as origens intergovernamentais do tratado deixam claros os compromissos nacionais para a implementação desta rede securitária, e cada país é responsável pela protecção de suas fronteiras. Assim, a vigilância nas fronteiras tem uma sobreposição de políticas nacionais e supranacionais. Para garantir este factor comunitário, é pela FRONTEX que a União Europeia financia o treino e as operações de controlo migratório nas fronteiras de cada novo Estado membro.

O terceiro paradigma é a Política de vizinhança implantado desde 2003 pela Comissão Europeia. Em contraste com Schengen, que pressupõe o reforço de fronteiras espacialmente delineadas, esta nova política que se vem adicionar às duas anteriores vê as fronteiras como sendo móveis e fluidas. Ela oferece aos Estados vizinhos financiamentos em infra-estruturas, pedindo em troca reformas tangíveis nas suas políticas internas. Os *condicionalismos* são noções centrais desta política de vizinhança, onde a abertura e a suavização das fronteiras seriam recompensas aos vizinhos que se mostrem tendencialmente cooperantes com a União Europeia: vizinhos bem comportados e politicamente docilizados ganham a recompensa de melhores oportunidades de mercado num ambiente político de estabilidade. Há portanto um

alargamento dos limites legais da União, sem que isto implique numa abertura institucional significativa (Berg e Ehin: 60). A política de vizinhança fornece uma margem de manobra maior para o alcance dos objectivos geopolíticos da União Europeia, com esquemas de governabilidade externa. De um lado, isto mostra um maior reconhecimento de uma interdependência política entre vizinhos. Por outro, esta iniciativa parece ser conduzida por um sentimento de insegurança: com o alargamento, há novas zonas vizinhas que são consideradas como potencialmente perigosas, e a política de vizinhança é um esforço para controlar esta insegurança directamente nos países que não são membros da União Europeia.

Cada paradigma político atribui sua própria função na fronteira, enquanto o desígnio final depende largamente da implementação de práticas sob cada modo de governança nacional. O que vemos emergir é uma política compósita que nasce de decisões políticas distintas, baseadas nos incentivos económicos, nos pré-requisitos de segurança e na condicionalidade através de um leque de áreas políticas diferentes. O grau de abertura de cada fronteira pontual depende das condições históricas e sociais de cada local. Assim, as contingências históricas de Ceuta e Melilla enquanto enclaves em África reforçam os argumentos para a construção de um muro que quer impedir fisicamente a passagem de imigrantes e fluxos de objectos indesejados. O maior ou menos controle dos fluxos é portanto praticado consoante processos económicos locais.

Para ilustrar aquilo que pode ser compreendido como uma *permeabilidade controlada* na fronteira, olhemos para um caso paralelo aos dos enclaves de Ceuta e Melilla, mas que representa, pelo contrário, uma extensão do império britânico no Mediterrâneo: Gibraltar. Tivemos a oportunidade de passar por Gibraltar, que como Ceuta pode causar algum impacto ao viajante devido à ostensividade da presença militar. A soberania contraditória de Gibraltar deriva do mesmo facto de se tratar de um enclave no meio de um país estrangeiro. Nos discursos de mito nacional britânico, Gibraltar “tornou-se metáfora de solidez e permanência” (Stanton, 1994: 174). Em algum sentido, Gibraltar representou para os Britânicos o começo de suas missões imperiais, assim como teria sido a conquista de Ceuta para os países ibéricos, e por extensão, para a Europa. A identidade de Gibraltar ainda se debate com este aspecto *British* de ser, pela formação de uma população de origem migratória complexa, que não se declara ferozmente atraída pela coroa inglesa. Entre muitas comunidades de trabalhadores, a marroquina é

actualmente a das mais activas. Mas se dermos uma olhada para o passado de Gibraltar, notamos as mesmas qualificações atribuídas aos espanhóis, que vindos das cidades andaluzas vizinhas, ofereciam grande parte da força de trabalho vendida em Gibraltar dos finais do século XIX:

“O trabalho convicto [de britânicos] que tem sido usado em Gibraltar chegava ao seu fim em 1875 por razões económicas. Trabalhadores livres espanhóis eram duas vezes mais productivos que os convictos e os salários que eles recebiam somavam menos do que os custos para manter os convictos. Esta força de trabalho adicional espanhola, assim como os transportadores de carvão, vinham da cidade de La Linea, do outro lado da fronteira [...] La Linea era a classe trabalhadora do districto rico de Gibraltar [...] os salários que esses homens recebiam eram cerca de um quinto dos níveis correspondentes na Bretanha, mas eram no entanto bons para o padrão da região, sendo três vezes maior do que a renda usual para o trabalho agrícola na Andaluzia” (Stanton, 1994: 180).

É importante prestar atenção neste paralelo que é mais significativo do que uma ironia da história: esta função do trabalho de La Linea para Gibraltar nos finais do século XIX, é a mesma do que a das cidades marroquinas vizinhas dos enclaves de Ceuta e Melilla actuais. Mais além, podemos identificar um paralelo idêntico que não envolve a venda da força de trabalho, mas de mercadorias contrabandeadas:

“No final do século até o governo britânico começou a se preocupar com a escala do problema [do contrabando]. Em 1876, soube-se que vinha de Gibraltar quatro vezes mais tabaco ilegalmente para Espanha do que aquele distribuído pelo próprio governo espanhol. Dizia-se na altura que a introdução de uma taxa no tabaco de Gibraltar seria um meio efectivo para combater o contrabando. Mas a indústria de tabaco gerava cerca de 1450 empregos em Gibraltar naquela altura, e qualquer medida directa contra os contrabandistas de tabaco arruinaria a própria indústria local.” (Stanton, 1994: 183)

O caso do contrabando foi definitivamente resolvido pelas câmaras de comércio de Manchester e Liverpool, os mercadores de Glasgow e os proprietários navais britânicos:

“o comércio de tabaco era apenas parte de um todo; se fosse inibido pela taxação, argumentaram, a posição de Gibraltar enquanto centro do comércio britânico no mediterrâneo seria arruinada; tal taxação seria em qualquer caso contrária aos princípios do Livre Comércio...”<sup>34</sup>

Consideremos portanto estes pontos comuns como recuos esclarecedores que nos possam ajudar a compreender as funções estruturais desempenhadas pelos muros de Ceuta e Melilla no quotidiano dos trabalhadores locais, comerciantes, e para os aparelhos de Estado nacionais ou supranacionais.

---

<sup>34</sup> Hills, G. 1991. *Rock of Contention*. London: Hale. Citado em Stanton, Gareth. 1994. The Play of Identity: Gibraltar and Its Migrants. In Goddard, Joseph R. Llobera and Cris Shore, *The Anthropology of Europe: Identities and Boundaries in Conflict*. Oxford: Berg Publishers: 173-190.



Enquanto a política nacional espanhola reforça as barreiras europeias, ela não pode ignorar os apelos para uma abertura minimamente controlada para a interação das populações locais que circulam nos dois lados nacionais. Existe uma *permeabilidade regulada* nestas fronteiras. A Espanha negociou a implementação de um visto excepcional para o fluxo fronteiriço nestes dois enclaves, dando a oportunidade aos habitantes das cidades marroquinas de Tetuan e Nador de obterem uma permissão de residência de um ano nos enclaves espanhóis, sem lhes conceder visto automático para entrar no continente europeu. Isto facilita o movimento diário de passagem na fronteira de vários trabalhadores que transportam mercadorias de um lado para o outro, e trazem suas forças de trabalho para estas cidades espanholas. Esta abertura não declarada não é produto de um acordo bilateral entre Espanha e Marrocos, mas sim de uma negociação entre o Estado espanhol e as autoridades europeias que controlam as fronteiras continentais. Como uma consequência deste “guarda-chuva jurídico” que é a circulação entre Tetuán e Ceuta e entre Nador e Melilla (Ferrer-Gallardo, 2008: 307), há uma grande migração interna em Marrocos, de pessoas que pretendem se instalar em Tetuán para poderem ter a oportunidade deste “passe-livre”. Os preços de passaportes marroquinos com morada em Tetuán ou Nador, no mercado negro, também aumentaram vertiginosamente.

A partir de 1863, quando os dois enclaves ganharam estatuto de portos-livres, houve uma revalorização comercial destes territórios. Mas a fase decisiva para a materialização da fronteira foi a entrada de Espanha, e consequentemente de Ceuta e Melilla, na União Européia em 1986. Num contexto de cooperação económica crescente entre Marrocos e União Europeia desde os anos 1990<sup>35</sup>, começou-se a construção dos muros de Ceuta e Melilla (Ferrer-Gallardo, 2008: 305). Enquanto os muros devem servir para a contenção regulada da circulação de migrantes, os pactos de cooperações económicas abrem espaços para possíveis implantações industriais e comerciais espanholas e europeias, como mostra este projecto de zona de comércio livre:

---

<sup>35</sup> Em 1995, foi assinada a Declaração de Barcelona, onde parceiros Euro-Mediterrâneos concordaram em estabelecer uma Área de Livre Mercado Euro-Mediterrânico, que seria estabelecido por volta do ano e 2010.

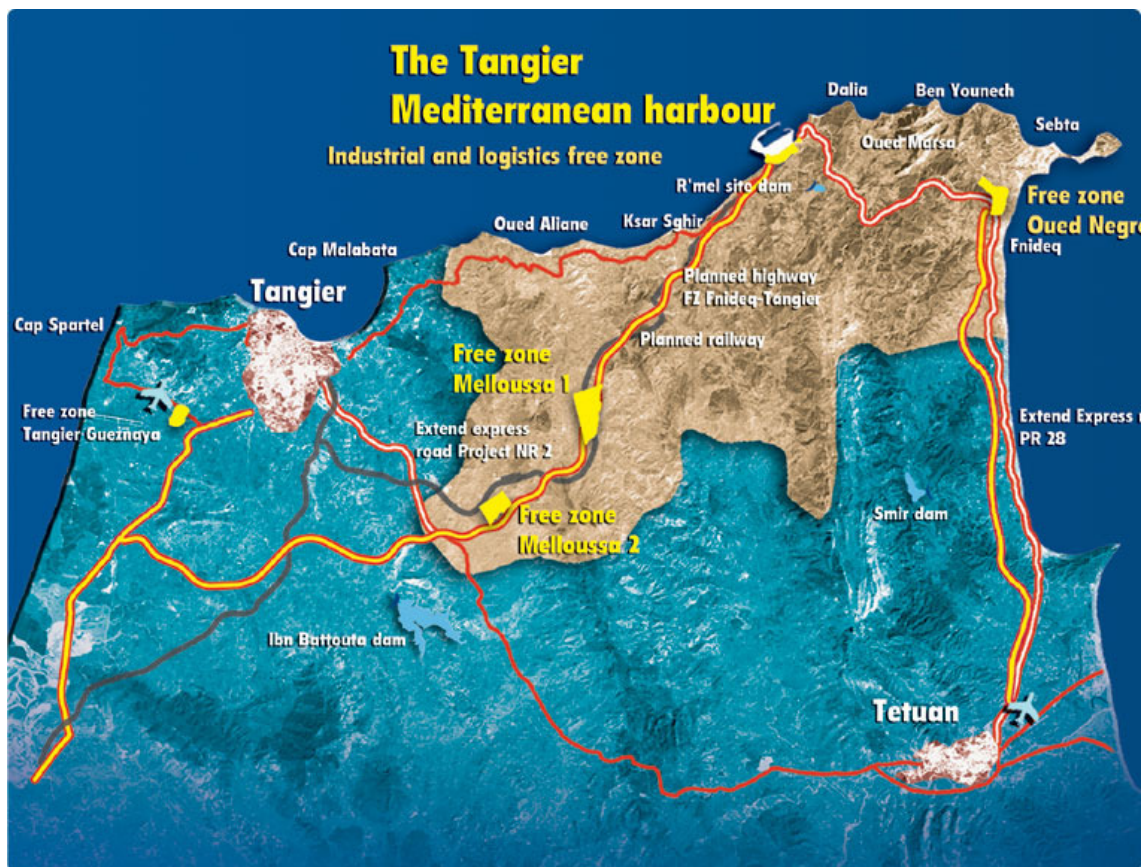


Fig. 1 – Zonas de Livre Comércio no norte de Marrocos. Em [http://mcs.hackitectura.net/show\\_image.php?id=519&scalesize=0&nocount=y](http://mcs.hackitectura.net/show_image.php?id=519&scalesize=0&nocount=y) (Ferrer-Gallardo 2009, 10)

A reconfiguração funcional das fronteiras terrestres entre Espanha e Marrocos caracteriza-se deste modo por uma “permeabilidade selectiva” (Anderson, 2001). De um lado, a maior permeabilidade de fluxos de capitais, e de outro, um maior controlo de certo tipo de migração laboral, no contexto da implementação do *System of Integrated External Surveillance* (SIVE), que vigia toda a costa do sul de Espanha, desde 2002, e as Ilhas Canárias desde 2005. Estes equipamentos são capazes de denunciar qualquer movimento por sensores que detectam batimentos cardíacos à distância. A implementação do sistema SIVE nas costas mediterrânicas não implicou uma diminuição da circulação de *pateras*, mas pelo contrário, icentivou mudanças contínuas de trajectórias. Houve um aumento de rotas pelo Oceano Atlântico, principalmente em direcção às Ilhas Canárias<sup>36</sup>.

Assim como na fronteira EUA-México, as fronteiras de Ceuta e Melilla têm o duplo objectivo de *garantir os benefícios da globalização, e ao mesmo tempo de controlar os*

<sup>36</sup> MIGREUROP. 2004. *SIVE: blindage électronique des frontières espagnoles*. Em <http://www.migreurop.org/article626.html>.

*efeitos nefastos desta mesma globalização*, que seriam os fluxos transnacionais indesejáveis. Não há, na governabilidade<sup>37</sup>, nenhuma incoerência ou contradição teórica neste duplo objectivo: a garantia de uma estrutura capitalista e o controle espacial de agentes não estatais fazem parte de uma mesma lógica, onde as relações de poder se encontram, de maneira inerente e em escala internacional, no espaço da contradição entre trabalho e capital.

Enquanto territórios únicos que providenciam fronteiras terrestres entre a União Europeia e a África, os enclaves de Ceuta e Melilla também são ímanes para candidatos à migração ilegal vindos de todo o continente africano. Apesar da crescente militarização, as tentativas de passagem persistem e de inúmeras maneiras. Além do assalto colectivo, há estratégias como esconder-se dentro de veículos que passam pelos postos fronteiriços, abrir buracos nas grades, e principalmente entrar ao nado numa das baías, partindo de uma praia marroquina<sup>38</sup>.

Mas a noção de permeabilidade evidencia-se também pela circulação de bens. O status de porto-livre de Ceuta e Melilla, e uma localização estratégica, dão vazão a uma “hipertrofia” do sector comercial. A economia informal garante uma circulação mais abrangente de bens entre os enclaves e as cidades marroquinas mais próximas. Em Ceuta, não há regulamento estrito que regule a circulação de bens entre os dois países. O facto do Estado marroquino perceber a fronteira deste enclave como sendo ilegítima não permitiu o estabelecimento de interações comerciais inteiramente “normalizadas”.

Três tipos de práticas de contrabandos existem nestas fronteiras: um contrabando de tabaco, álcool, e electrodomésticos passados esporadicamente por trabalhadores estrangeiros, estudantes, e principalmente espanhóis ou marroquinos que têm facilidades para entrar e sair dos enclaves; um *contrabando de subsistência*, que consiste num atravessar ilícito de bens de consumo como chocolate, leite, perfumes ou baterias, por parte de marroquinos que habitam as cidades mais próximas dos enclaves, e atravessam a fronteira várias vezes por dia; e por último, há um contrabando de larga

---

<sup>37</sup> O termo é usado em Foucault, Michel. 2008 [1977]. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes. A governamentalidade designa uma espécie de biopolítica neoliberal, em que os cálculos de custo e benefício são incorporados nas relações intersubjectivas, onde cada sujeito agiria como se fosse uma micro-empresa reduzida a um corpo. A governabilidade é garantida pelas redes de segurança da era moderna.

<sup>38</sup> Migreurop. 2009. *El Libro Negro de Ceuta y Melilla*.  
[http://www.migreurop.org/article1068.html?var\\_recherche=livre%20noir](http://www.migreurop.org/article1068.html?var_recherche=livre%20noir).

escala de equipamentos electrónicos, feito por redes de profissionais. Grosso modo, há pequenos e grandes contrabandistas. Mas desde a “europeização” da fronteira, há uma parte crescente do contrabando de subsídio, ou seja, de pessoas que fazem da passagem ilegal de mercadorias seu meio de subsistência (Hajjaji, 1986).

A construção das barreiras nas fronteiras de Ceuta e Melilla participam na dinâmica global de circulação de fluxos, cada vez mais constante. Enquanto se constroem muros, por outro lado são estabelecidos os passos para uma zona de livre comércio entre Marrocos e o continente europeu, com consequências para a região e para países terceiros. Nesta longa duração de fronteiras que tiveram ao longo do tempo várias funções diferentes, criou-se, por políticas económicas sucessivas, a distinção entre dois mundos, que no entanto estão cada vez mais interdependentes no nível da troca e dos contactos culturais.

No seio desta interdependência, porém, persistem conflitos na ordem do discurso histórico que impõem uma certa visão patrimonial mais agressiva nestas zonas de fronteira, para legitimar a presença espanhola (e europeia) em cidades que têm suas soberanias contestadas. É por isso que a tensão comercial e as trocas subsequentes se desdobram numa paisagem de conflito cultural entre “dois mundos” vizinhos. Este aspecto da glorificação nacionalista mais radical pode ser encontrado em muitos outros casos de fronteira, e não somente nestes em que se constroem barreiras contra fluxos indesejáveis. No entanto, vale considerar a particularidade do caso espanhol, cujos valores do franquismo e de bastião ocidental não se operam sem conflitos dentro de um espaço onde existem várias culturas políticas e nacionais. Do lado marroquino, estas performances patrimoniais podem causar um maior desconforto, não somente porque a soberania das duas cidades são contestadas, mas sobretudo porque são vistas como resquícios de um passado colonial.

Para abrir a perspectiva de uma leitura antropológica destas construções, é bem-vindo um olhar sobre como a antropologia tem abordado as questões de fronteira. Numa viagem teórica, poderemos visualizar os estudos sociais de fronteiras paradigmáticas em outros lugares, para então voltar, com mais solidez, a abordar as implicações do que poderíamos chamar de fortaleza europeia.

## CAPÍTULO II

### Antropologias da fronteira

“Quiero recordarle al gringo yo no  
Cruze la frontera la frontera me cruzo  
America nascio libre el hombre la dividio  
Ellos pintaran la raya para que yo la  
Brincara y me llaman invasor”  
(Los Tigres del Norte, *Somos Más Americanos*)

Por mais que uma antropologia da fronteira, enquanto especialização temática, seja menos explorada do que a própria antropologia das migrações, ela se insere neste e em outros campos de estudo, como no das formações de estados-nação, transnacionalismo, contrabando, e pós-colonialismo. Os parâmetros conceptuais de fronteiras, zonas de fronteira e seus cruzamentos ilustram as contradições, paradoxos, diferenças e conflitos de poder no capitalismo global contemporâneo. A variedade dos temas que atravessam uma antropologia da fronteira não deve no entanto ser maior do que para a análise de outros processos de sociedades ditas “complexas”. Ela difere do que pode ser considerado como uma antropologia das migrações, na medida em que o objecto de estudo, a fronteira, faz parte da estrutura material de Estados modernos, cujos agentes envolvidos são actores sociais que se co-produzem neste cenário. Além de traçar uma história das construções de fronteiras, a problemática que deve guiar tais estudos é a seguinte: como poderia dialogar com uma literatura antropológica que põs as fronteiras nacionais no centro de suas preocupações? Como procedeu a antropologia, dos dois lados do atlântico, para chegar até a “fronteira” enquanto objecto de estudo? Se actualmente existem paradigmas nos estudos sociais das fronteiras, em que medida alguns de seus conceitos podem ser esclarecedores para compreender as contradições sociais nas fronteiras de Ceuta e Melilla?

Para explorar estas questões, investigarei os vários níveis conceptuais que podem me ajudar neste estudo, principalmente quando quero tratar de fronteiras que são simultaneamente locais, regionais, nacionais e supranacionais. Não devo perder de vista o facto já mencionado de que as fronteiras de Ceuta e Melilla fazem parte de um novo tipo de fronteira, pela existência de seus muros. É por isso que abordarei primeiramente os estudos antropológicos de uma fronteira paradigmática, com a qual as de Ceuta e Melilla partilham uma série de características comuns: a fronteira entre Estados-Unidos

e México. Relacionarei então esta breve recensão com uma história social de suas fundações contemporâneas, antes de estudar antropologia da “Europa-fortaleza”, termo que pretendo pôr em discussão sobre sua validade para as ciências sociais.

### **Estados-Unidos e México: um paradigma das fronteiras contemporâneas**

Para Alvarez Jr, que escreveu a recensão mais extensiva sobre todo o recente material antropológico sobre a fronteira entre Estados-Unidos e México, o desafio de construir uma antropologia da fronteira propõe novas perspectivas para a própria disciplina. As fronteiras são também epistemológicas (Mignolo et al. 2006), e o antropólogo deve fazer um esforço para reconceptualizar e ir além de suas próprias construções tradicionais como “índios mesoamericanos”, “sociedade agrícola” e até objectos teóricos do tipo “parentesco indígena” e organizações sociais autóctones que possam trazer preconceitos de uma certa visão de mundo (Alvarez Jr, 1995: 450). Outros conceitos, caros à disciplina, são no entanto fulcrais para a compreensão dos processos de conflitos e mudança nas fronteiras: comunidade, cultura, género, identidade e poder. Segundo Bustamante, as tentativas passadas e presentes para definir fronteiras em antropologia têm sido actividades exaustivas e sem conclusões<sup>39</sup>. A maior dificuldade é a de definir uma *cultura de fronteira*, enquanto processo mais ou menos homogéneo baseado na demarcação política do território. A tarefa de procurar padrões choca-se com a realidade. Se transpusermos a tentativa de encontrar padrões de uma cultura de fronteira entre Ceuta, Melilla e Marrocos, nos confrontaríamos com outras clivagens, entre alfabetos árabes e latinos, religiões cristãs e muçulmanas e culturas espanholas, árabes, berberes e marroquinas, e isto de forma resumida. É por esse motivo que uma antropologia da fronteira pode ser devidamente enriquecida por uma prática etnográfica que exerça trabalhos de campo nos dois lados de uma mesma fronteira entre Estados.

O paradigma que representa a fronteira norte-americana enquanto objecto de estudo também deriva de um paradoxo comum que é o lugar de encontros e separações entre o “primeiro” e o “terceiro mundo”. Ressaltei na introdução o quanto a dicotomia entre dois “mundos” parecia-me insuficiente para a compreensão da construção de muros.

---

<sup>39</sup> Bustamante, J. 1992. Preface: a conceptual and operative vision of the political problems on the border. In JR Weeks, R. Hamchande, Demographic Dynamics of the US-Mexico Border. El Paso: Texas Western. Citado em ALVAREZ JR, Robert R. 1995. The Mexican-US Border: The Making of na anthropology of Borderlands. In *Annual Review of Anthropology*, 24: 450.

Mas há processos específicos que se passam nas fronteiras que funcionam como veredas entre nações abastadas e países mais pobres: trocas e circulações massivas de bens de consumo e serviços variados, humanos e materiais, que afectam dramaticamente os comportamentos locais, da mesma maneira que ocorre uma reconfiguração constante e acentuada das etnicidades, parentalidades, orientações e identidades sexuais e subordinações económicas. Índios, fronterizos, chicanos, chicanas, ‘mexican-americans’, mexicanos, ‘WASPs’, Navajos, Mormons, portadores do ‘green card’, pachucos, cholos, texanos, e outros representantes de comportamentos culturais distintos são productos e co-produtores da fronteira material que separa os Estados-Unidos de México.

O interesse antropológico por esta fronteira começou com a intenção de compreender os processos de imigração do México para os Estados-Unidos<sup>40</sup>. Um de seus primeiros centros foi a escola de sociologia de Chicago, onde um dos maiores interesses teóricos e empíricos era a imigração massiva em direcção ao país que começou em torno da década de 1880 e duraria até 1924, quando a *National Origins Act* travou o movimento por pelo menos quatro décadas (Kivisto e Faist, 2010: 3). Mas antes da IIª Guerra Mundial os académicos estadunidenses ou mexicanos interessaram-se pouco pela questão da fronteira. Enquanto isso, o norte do México pré-colombiano era estudado como uma região separada onde povos diferentes eram relacionados por padrões similares de cultura e economia. Mesmo quando houve um crescimento do interesse pela região nos anos 1950 e 1960, os estudos sobre parentesco, ritual e conexões culturais ignoravam a linha política que atravessava as comunidades situadas na fronteira. O curandeirismo mexicano era por exemplo estudado com parâmetros que isolavam a comunidade estudada como se estivesse parada no tempo ou isolada no espaço. A influência da fronteira política nos processos culturais locais, durante muito tempo, não foi uma questão levantada, e os mexicanos ou nativos locais eram tidos como componentes naturais da região (Kivisto e Faist, 2010: 5).

Progressivamente, algum interesse sobre a fronteira enquanto processo social apareceu com o crescimento da densidade de cidades fronteiriças, que até então eram de populações relativamente escassas. A zona de fronteira tornou-se um laboratório

---

<sup>40</sup> Um dos trabalhos pioneiros foi de Manuel Gaimo, em Gaimo, M. 1930. *Mexican Immigration to United States*. Chicago: Univ. of Chicago Press.

perfeito para estudar os encontros ou choques culturais, a partir dos anos 1980<sup>41</sup>. Desde então, os estudos antropológicos sobre fronteiras têm se concentrado cada vez mais na questão das formações de vigilância policiais e militares. Com esta mudança, a preocupação deixa de se restringir a grupos sociais supostamente fechados para compreender processos de fluxos e as suas contenções estruturais. Por outro lado, a circulação de capital é exemplificada nos estudos sobre as *maquiladoras*, fabricas estadunidenses que se instalam no México à procura de uma força de trabalho mais barata<sup>42</sup>. Segue-se até os dias de hoje uma mobilização crescente de esforços interdisciplinares que se convergem em centros de pesquisa e divulgação científica, como o *Journal of Borderland Studies*, *Frontera Norte* ou *Estudios Fronterizos*<sup>43</sup>. Actualmente, a antropologia da fronteira tem como especialidade a descrição de comportamentos sociais e culturais em situações locais (Alvarez, Jr 1995: 456). Esta nova focalização deixa de isolar a componente geopolítica de uma paisagem cultural, e pelo contrário, traz a fronteira nacional para o centro das variáveis no estudo de modos de vida fronteiriços. Apareceram então noções como *comunidades extendidas* e binacionais, questionando a definição de fronteira como sendo impermeável. O trabalho do antropólogo é neste caso o de compreender como os actores sociais negociam seus lugares no espaço e se re-territorializam constantemente, reivindicando novas multiplicidades identitárias. Saindo dos espaços locais, a antropologia da fronteira envolve-se intrinsecamente nos estudos sobre migrações, não só locais, mas também em longas escalas, onde é possível discernir traços que ora são compatíveis com a noção de diásporas<sup>44</sup>, ora com a noção de deslocamentos<sup>45</sup>.

Num período de trinta ou quarenta anos de estudos sociais da fronteira, ligados aos da migração e do transnacionalismo<sup>46</sup>, os resultados têm sido extensivos. Se no passado, a

---

<sup>41</sup> Ver Buenrostro Ceballos, A. F., ed. 1990. *Fronteras em Iberoamerica*, Tomo I. Memorias del 1er Congreso Internacional Sobre Fronteras em Iberoamerica. Mexicali: UABC.

<sup>42</sup> Ver Fernandez-Kelly, M. P. *For We Are Sold, I and My People: Women nad Industry in Mexico's Frontier*. Albany: S. Univ. N. Y. Podemos traçar um paralelo com o caso de empresas espanholas em Tânger, que empregam uma mão-de-obra essencialmente feminina para descascar camarões que, uma vez congelados, partem embalados para serem consumidos na Europa.

<sup>43</sup> Ver, respectivamente, <http://www.absborderlands.org/2JBS.html>; <http://www.colef.mx/>; <http://www.uabc.mx/iis/ref/>.

<sup>44</sup> Clifford, James. 1994. *Diasporas* In *Cultural Anthropology*, 9 (3): 302-338.

<sup>45</sup> Bastos, Cristiana. 2008. *Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies*. In *International Migration*, 46 (5): 27-54. Aqui temos um estudo comparado entre os grandes deslocamentos clandestinos contemporâneos e os casos da migração madeirense no século XIX para lugares longínquos, como na África do Sul, onde as fronteiras estavam a ser desenhadas e apropriadas assim como os corpos.

<sup>46</sup> A obra paradigmática para este campo de estudos continua a ser Basch, Linda, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton Blanc. 1994. *Nations Unbound, Transnational Projects, Postcolonial Predicaments and Deterritorialized Nation-States*. Sydney, etc: Gordon and Breach Publishers.



antropologia tem ficado na sombra destes estudos, ela aparece hoje como uma disciplina que pode trazer contributos essenciais, não somente para análise das complexidades culturais, como também dos processos económicos locais e transfronteiriços. Esses dois aspectos, cultura e economia, espelham-se na divisão teórica entre dois ramos da antropologia da fronteira. Um primeiro, mais simbólico e conceptual, elabora uma reflexão em torno da marginalidade social em espaços urbanos, constantemente criadas por práticas quotidianas<sup>47</sup>. Uma outra vertente, mais “pragmática” ou materialista focaliza-se numa economia política envolvida nos espaços transfronteiriços, dando ênfase na análise de circulação de trabalho, capital ou material de contrabando<sup>48</sup>. Não é preciso, no entanto, para uma antropologia da fronteira, concentrar-se em apenas uma destas vertentes, se for possível sintetizá-las num trabalho etnográfico<sup>49</sup>. A fronteira entre Estados-Unidos e México é objecto de maior produção sobre estudos da fronteira, não só por ser uma divisão, como vimos, entre uma nação de “primeiro” e outra de “terceiro mundo”, mas principalmente pela construção material dos muros que vêm tentar controlar a porosidade dos fluxos. Actualmente, a verticalidade material na fronteira norte-americana, que varia de cercas a muros de alvenaria construídos por consórcios especializados em “anti-terrorismo”, tudo atravessando desertos e vilarejos, estende-se de Leste a Oeste numa faixa de mais de 3700 quilómetros. Ao aparato estatal de vigilância, adicionam-se milícias privadas que fazem rondas nas fronteiras com portes de armas e redes de comunicação de acesso público<sup>50</sup>. Qualquer pessoa no mundo com acesso à internet, por estes dispositivos de nuance entre espaço público e privado da defesa, pode vigiar a fronteira norte-americana e denunciar em directo qualquer movimento supostamente ilegal, por um acesso livre à câmaras conectadas em rede<sup>51</sup>. Se este nível de complexidade securitária é muito superior ao que encontramos nas fronteiras de Ceuta e Melilla, é porque a história dos muros fronteiriços no continente norte-americano também é mais antiga, deixando-nos uma vasta literatura sobre o tema: a história da emergência de um poder imperial.

---

<sup>47</sup> Ver, por exemplo, Pina Cabral, J. 2000. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições. In *Análise social*, 153: 865-892.

<sup>48</sup> Um estudo recentemente publicado em Portugal é elucidativo desta vertente: Freire, Dulce, Eduarda Rovisco e Inês Fonseca (org.). *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola: Práticas, Memórias e Patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.

<sup>49</sup> Ver Driessen, Henk. 1992. On the Spanish-Moroccan Frontier: A Study in Ritual, Power and Ethnicity. In Barbara Bender, John Gledhill and Bruce Kapferer (ed.), *Explorations in Anthropology Series*. U.S and Canada: St. Martin Press.

<sup>50</sup> Ver os sites de organizações patrióticas: [www.usborderpatrol.com](http://www.usborderpatrol.com); <http://www.minutemanproject.com/>.

<sup>51</sup> <http://www.blueservo.net/>

Nos anos 1910, na fronteira entre os EUA e o México, começava a ser construído o que viria a ser o maior muro de separação entre seres humanos da actualidade<sup>52</sup>. As bases do muro, ainda restrito na época, começaram a ser erguidas na região de El Paso, cidade na qual, em 1916 chegava Claude C. Pierce, agente da *National Health Institute* que tinha sido enviado àquela zona para averiguar e tomar as medidas necessárias contra uma suposta epidemia de tifo vinda do México. Este vizinho pobre estava então em plena convulsão revolucionária, com as tropas guerrilheiras do temido Pancho Villa a combater pela reforma agrária, contra o exército mexicano, e na zona fronteira contra brigadas norte-americanas que se mobilizavam para proteger seus territórios. Frente ao fluxo migratório naquela fronteira e a ameaça de tifo, Claude C. Pierce ordenou a construção de uma zona de quarentena pela qual todo mexicano que quisesse entrar em território estadunidense, teria de passar.

O México foi palco da primeira revolução social do século XX. Em oposição à ditadura de Porfirio Dias, houve um levantamento camponês generalizado, que resultaria na subida de Francisco Madera ao poder. O general Victoriano Huerta derrubaria logo a seguir este governo constitucional com um golpe de estado, mas as massas camponêses continuaram em rebelião por reforma agrária e reivindicações indigenistas: ao sul, liderados por Emiliano Zapata, e ao Norte por Francisco Villa. O jornalista norte-americano John Reed acompanhou de perto as tropas villistas, deixando um excelente relato de seu testemunho<sup>53</sup> antes de partir para os balcãs, onde eclodiria a primeira guerra mundial. As tropas de Villa retiravam-se na zona fronteira com os EUA, em Ciudad Juarez, onde houve incursões e batalhas com tropas norte-americanas<sup>54</sup>. A maior delas foi em Março de 1916, em El Paso, onde vinte prisioneiros mexicanos tinham se rebelado. Eles tinham duas suspeitas: de serem apoiantes de Villa, e de portarem a epidemia de tifo. Estas duas suspeitas mostram a relação íntima entre medicalização e militarização. Nesta mesma perspectiva, houve uma manobra sanitária

---

<sup>52</sup> Minna Stern, Alexandra. 1999. Buildings, Boundaries, and Blood: Medicalization and Nation-Building on the U.S.-Mexico Border, 1910-1930. In *The Hispanic American Historical Review*, 79 (1): 41-81. A história social é um campo de estudo que compõe parte do vasto terreno da antropologia médica e, neste caso, da fronteira.

<sup>53</sup> Reed, John. 2004 [1914] *Mexico Insurgente*. Mexico DF: editorial Oceano.

<sup>54</sup> No começo da revolução mexicana, o presidente dos EUA expandiu o corpo paramilitar chamado Texas Rangers, mobilizando estas tropas de vigilância. O general Pershing, que combateu os Apaches nos anos 1880 e os Sioux nos anos 1890 também voltou ao Oeste para liderar esta que era a maior tropa reunida desde a guerra civil norte-americana. Ele ajudou a estabelecer o Bureau of Insular Affairs, onde seriam elaborados os projectos para o Caribe e o Pacífico. EM 1898 ele serviu na 10ª cavalaria dos EUA em Cuba, e governou a província de Moro nas Filipinas. Sua chegada no Texas em 1914 era a continuação de sua carreira colonial.

do exército em Chihuahuita, onde um tal Dr. Kluttz dirigiu a inspecção da cidade. Com suspeita de tifo, o próprio Dr. Kluttz morreu, e o consequente alarme teve como resposta o envio do agente de saúde pública Claude C. Pierce, em 1916. Naquela época, junto com o *Bureau of Immigration*, o *National Health Institute* comandava o alargamento da construção do muro na fronteira, enquanto o general Pershing não conseguia capturar Villa. É neste contexto que Pierce dirige a construção e o funcionamento de um espaço de quarentena em El Paso. Todas as pessoas que queriam chegar em El Paso vindas do México tinham de ser desinfectadas. O controlo era massivo: separação das pessoas por sexo, lavagem das roupas com químicos e exame do corpo. Raspavam as cabeças dos homens, e nas das mulheres aplicavam vinagre e kerosene nos cabelos, antes do banho colectivo. Após passar por estas etapas de controlo do corpo, e receber uma injeção de vacina contra a varíola, o indivíduo podia finalmente assinar o “*Mexican Border Quarantine*”, documento sem o qual não poderia permanecer nos EUA em legalidade. Além destes procedimentos, o imigrante ainda corria o risco de ser excluído por defeito físico ou mental. O procedimento da quarentena em El Paso continuou nos anos 1920, apesar de não ter havido mais alarmes de tifo: a consolidação e a monitorização da fronteira foram assim consolidadas. A região foi se tornando o centro do sudoeste, com centros de mineração, imigração e saúde pública. Os discursos médicos *precederam* o reforço da fronteira. Já nos finais do século XIX, vários artigos médicos dizem dos maus costumes higiénicos dos mexicanos, ainda maioria em El Paso. Houve portanto o uso de noções médicas e científicas para delimitar espaços raciais, construindo a ligação prioritária do estrangeiro-contaminado.

Estas discussões, também durante as acções de Pierce, não eram unânimes. Havia basicamente duas correntes ideológicas na política médica: os eugenistas de um lado, e os agentes de saúde pública de outro. Os agentes de saúde pública propunham como método para prevenir e combater as epidemias, uma *intervenção* nos lugares de infecção. Este caso é um exemplo de intervenção de saúde pública norte-americana nos corpos supostamente doentes dos migrantes mexicanos. Os eugenistas, que eram a corrente de maior influencia nos EUA até a metade do século XX, queriam o *isolamento* da nação, pois segundo eles era o contacto com outras raças que gerava a corrupção dos genes que antes estavam limpos. Temos os médicos como Pierce que se preocupavam com os *germes* (como a recente bacteriologia) na identificação de micro organismos de infecção, e os eugenistas como Starr Jordan que se preocupam menos com doenças do

que com as “unidades de carácter hereditário”, ou genes. Estas posições têm suas consequências geopolíticas: David Starr Jordan, eugenista responsável pela região, opôs-se com sucesso ao plano de invasão militar do México<sup>55</sup>. Preocupado com a conservação do “sangue americano”, Starr Jordan posou como anti-imperialista, e nos anos 1920 colaborou para a elaboração de uma quota fixa de imigração mexicana<sup>56</sup>. Na construção da fronteira entre os Estados-Unidos e o México, não se trata apenas de um aparato material. A construção da quarentena em El Paso está sobredeterminada pela constituição do Estado-nação e do imperialismo estadunidense, na perspectiva do biopoder. Ao mesmo tempo que ocorreram revoltas e linchamentos em El Paso<sup>57</sup>, multiplicavam-se os artigos no boletim da sociedade médica da cidade, ligando Villatifo-revolta da prisão como uma mesma praga. Na implementação da quarentena, o biopoder exerce-se na invasão do corpo, representada pela desinfecção, vacina e exame médico. Os discursos sobre o *sangue* (biomédico e eugenista) convergem nos debates sobre cidadania e naturalização: a racialização e a medicalização são outros tipos de fronteira que vêm adicionar-se ao do muro propriamente dito. Neste debate da “sanguinidade”, encaixam-se as antinomias cidadão e indivíduo alienado, nacional e estrangeiro, pureza e doença, inteligência e imbecilidade, etc. Paralelamente, cresce a demanda no congresso de censos maiores e mais eficazes, como por exemplo a quantificação de “cruzamento de raças” entre mexicanos e estadunidenses. Alguns quiseram também juntar testes de QI aos testes clínicos. Adicionado à teoria eugenista dominante, a convergência entre militarização e medicalização construiu um imaginário de identidade nacional, e a definição do México como terra estrangeira, de uma população não-branca e não-negra. O problema da territorialidade é portanto fundamental para compreendermos como a saúde pública está ligada à segurança nacional, e por este viés, ao comércio internacional.

Podemos relacionar esta ligação entre saúde e segurança pública com a disposição actual dos *Centros de Estancia Temporal de Imigrantes* de Ceuta e Melilla,

---

<sup>55</sup> Ver Second National Conference on Race Betterment, na exposição internacional Panama-Pacífico (Minna Stern, 1999: 20).

<sup>56</sup> Em 1924, a *National Origins Act* estipula uma quota de 2% por nacionalidade. Uma declaração que segue esta lei diz que os mexicanos são racialmente retrogrados e despreparados para a democracia, não podendo contar para a entrada no sufrágio universal. Só em 1940 é que a categoria racial “mexicano” desapareceria dos censos norte-americanos.

<sup>57</sup> Após uma incursão de tropas villistas em Chihuahuita, onde 17 engenheiros de minas e empregados da American Smelting and Refining Company foram assassinados, começaram lutas entre mexicanos e norte-americanos. Um grupo grande destes corre na direcção de Chihuahuita, perpetrando o “massacre de Santa Isabel”.

onde desdobram-se diversas actividades de intervenções militares e terapêuticas, sempre no exercício de confinamento de migrantes que, uma vez interceptados pelas autoridades Espanholas, ficam à espera da obtenção de um estatuto de refugiado para não serem repatriados, vivendo que num limbo jurídico: eles estão suspensos numa fase transitória de identidade<sup>58</sup>. Este não é um caso que se restringe aos enclaves de Ceuta e Melilla ou às Ilhas Canárias, mas que se encontra em diversos pontos de abrangência da chamada fortaleza europeia:

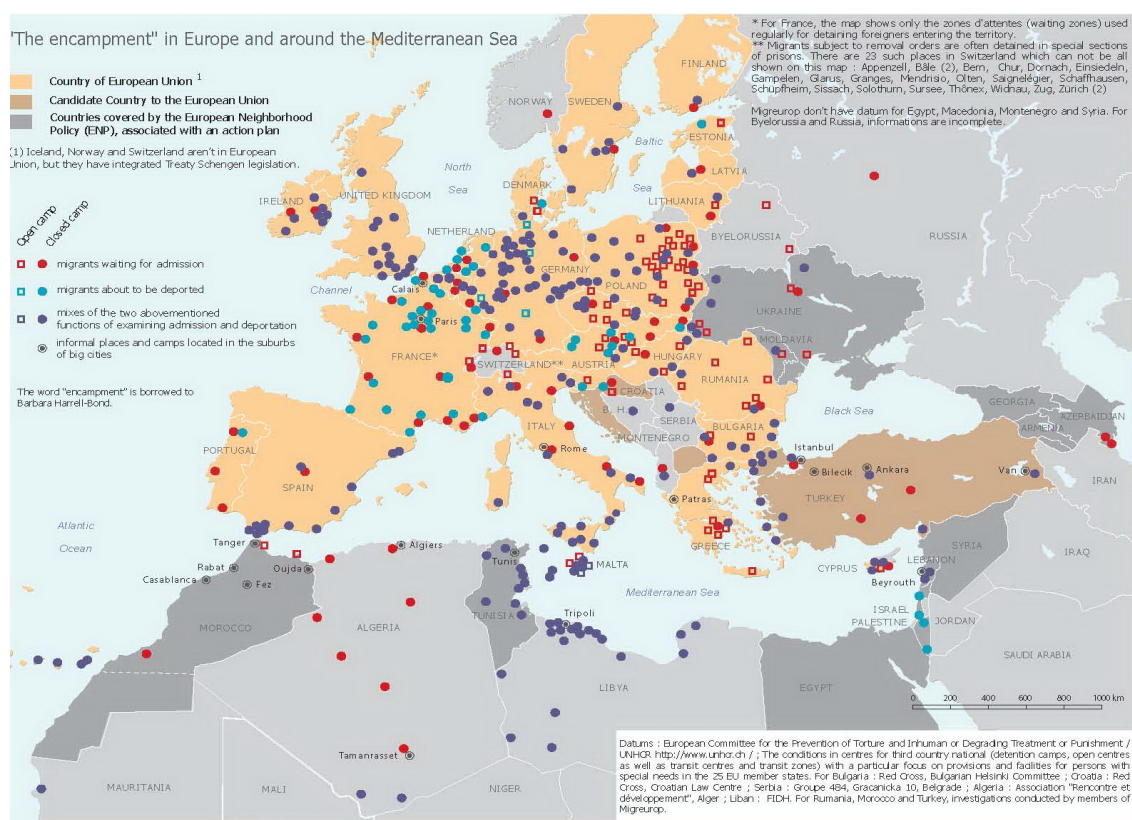


Fig. 2 – Campos de Refugiados e Centros de Detenção de Imigrantes Ilegais espalhados na Europa e na zona do Mediterrâneo. Em [www.migreurop.org/IMG/pdf/L\\_Europe\\_des\\_camps\\_2009.pdf](http://www.migreurop.org/IMG/pdf/L_Europe_des_camps_2009.pdf)

## Percursos de uma antropologia da Europa

Por mais que seja classificado como Velho Mundo, um continente europeu e uma cultura euopéia foram durante muito tempo objectos ignorados da antropologia. Os cânones da disciplina formaram conceitos, muitos deles incontornáveis, através dos estudos formas sociais estrangeiras à Europa, e rapidamente também aos Estados- Unidos (com a diferença, neste caso, da antropologia norte-americana, desde o século

<sup>58</sup> Actualmente os CETI estão superlotados, e algumas tendas da Cruz Vermelha operam no local para garantir uma infraestrutura mínima para os migrantes acolhidos.

XIX, ter se especializado no estudo de seus próprios povos nativos). Até hoje, em alguns departamentos e centros de pesquisa pode-se notar uma área de separação entre os que fariam uma verdadeira etnologia, e os que estudam sociedades complexas como fazendo parte de uma sociologia comparada. Deixando qualquer desentendimento classificatório de lado, não se pode negar que estas discussões sobre o terreno antropológico fazem parte de debates mais aprofundados sobre o espaço de novas correntes pós-estruturalistas para o estudo de dinâmicas culturais ou sociais em meios urbanos ou ditos modernos. Por outro lado, as condições pós-coloniais de um mundo globalizado em crescente movimento - deslocamentos migratórios, turismo, capital financeiro e material, e bens culturais - obriga todo cientista social a repensar a dialética entre sujeito e objecto, agentes passivos e activos nas observações. Qualquer familiarizado com estas reflexões sabe o quanto isto não envolve qualquer novidade, e pelo contrário, está na base epistemológica de uma ciência que propõe *desetnocentralizar* suas posições. Foi no âmbito desse percurso que se inaugurou timidamente aquilo que poderíamos chamar de antropologia da Europa, e não simplesmente antropologia européia, ou feita na Europa.

Por essas razões fundamentais procurarei compreender, antes de abordar a discussão sobre o recente conceito de Europa-fortaleza, como foi o longo caminho para uma antropologia da Europa, que esteve em larga defasagem em relação às constituições políticas e materiais de uma comunidade europeia, que como vimos, iniciaram no amanhecer do pós-guerra. Se este atraso é ou não inevitável, a antropologia pode pelo menos ter conhecimento da fase extremamente construtiva pela qual passa, com o alargamento de seus terrenos ao alcance, e com o diálogo frequente com outras ciências sociais.

Os princípios de uma antropologia sobre a Europa não são os mesmos do que os de uma antropologia sobre a formação nacional, ou os nacionalismos europeus, mas não poderiam vir sem eles. No começo do século XX, Van Gennep esboçou a elaboração do conceito de *nacionalitarismo* para designar as formas culturais europeias que se distinguem dos Estados enquanto formações políticas<sup>59</sup>. Nestes estudos de Van Gennep,

---

<sup>59</sup> Van Gennep, A. 1921. L'action du sol sur la formation des nationalités. In *Le Nouveau Monde*, 3<sup>o</sup> année, III: 1659-72; Van Gennep. 1922. *Traité Comparatif des Nationalités. Les éléments Extérieurs de la Nationalité*. Paris: Payot. (Llobera 1994: 111).

pouco conhecidos, o “horizonte geográfico era essencialmente europeu” (Llobera, 1994: 94). Marcel Mauss também se aventurou na questão nacional, porém seus escritos sobre o tema só apareceriam mais tarde, quando surgia na antropologia uma perspectiva para o estudo do Mediterrâneo europeu<sup>60</sup>. Mas em nenhum dos casos havia no horizonte a análise de nações européias como conjunto.

A primeira dimensão de estudo antropológico em solo europeu não foi sobre o continente e muito menos sobre uma eventual comunidade europeia, mas sobre a cultura mediterrânica de alguns países do sul europeu, deixando muitas vezes de lado o Próximo Oriente ou o norte africano. À partir do pós-guerra a antropologia chocou-se com o problema de seus próprios modelos serem limitados na análise de comunidades em pequena escala, e sobretudo rurais<sup>61</sup>. Nos anos 1960, houve um investimento significativo em investigações sobre a “continuidade e persistência do Mediterrâneo enquanto modo de vida” (Goddard, Llobera e Shore, 1994: 4). Esta nova vaga fora pragmaticamente impulsionada por uma conferência organizada pela Wenner-Green Foundation em 1959, onde um grupo de antropólogos discutiu longamente sobre a persistência de “valores mediterrânicos” como a *honra* e a *vergonha*<sup>62</sup>. Qualquer reflexão sobre *identidade* europeia era então ignorada, dando ênfase nas estruturas de parentesco e nos valores acima mencionados<sup>63</sup>. Toda a região andaluza era um dos campos de predilecção desta antropologia do Mediterrâneo. Este discurso antropológico vinha sobretudo do norte da Europa, para quem o sul europeu se aproximava mais de um certo “primitivismo” cultural, e assim como o norte de Africa, constituía objecto de análise preferencial. A definição de um “Mediterrâneo”, onde o Algarve estaria mais próxima da cultura marroquina do que do Minho, responderia à necessidades dos departamentos de antropologia anglo-saxões (Pina Cabral, 1989: 400). Tal relação de poder revela uma fronteira epistemológica inscrita num sentimento de superioridade classista, que lentamente seria delocado para o sul.

---

<sup>60</sup> Mauss, Marcel. *La Nation*. 1969 [1920]. In *Oeuvres*. Paris: Minuit, III: 573-625. (Llobera 1994: 104).

<sup>61</sup> Redfield, R. 1956. *Peasant Society and Culture*. Chicago: Chicago Univ. Press. Citado em Goddard, Victoria A, Joseph R. Llobera and Cris Shore. 1994. Introduction: The Anthropology of Europe. In *The Anthropology of Europe: Identities and Boundaries in Conflict*. Oxford: Berg Publishers: 1- 40. Ver também Pina-Cabral, J. 1989. The Mediterranean as a Category of Cultural Comparison. In *Current Anthropology*, 30: 399-406.

<sup>62</sup> Pitt-Rivers, J. 1963. *Mediterranean Countrymen: Essays in the Social Anthropology of the Mediterranean*. Paris: Mouton. In *op. cit*: 5.

<sup>63</sup> Peristinyan, J. G. 1974 [1966]. *Honour and Shame. The Values of Mediterranean Society*. Chicago: Chicago Univ. Press. In *op. cit*: 5.

A limitação no campo do Mediterrâneo originou-se também na estratégia de se focalizar primeiramente nas comunidades rurais e nestes mesmos valores de honra, vergonha, e masculinidade inscritos não somente nos quotidianos camponeses mas também numa literatura peninsular e em mitos fundadores conhecidos como as gestas celebradas em cantos populares, como em *El Cid*, e recuperadas pelo discurso de Estado (Goddard, Llobera e Shore, 1994: 9). Apesar destas relações de poder que nos leva para uma questão de fronteira epistemológica no interior do próprio continente europeu, muitos trabalhos de grande alcance foram elaborados à partir deste período, como os de Eric Wolf na Suíça, Jane Schneider no sul de Itália, Silverstein em França e Riegelhaupt em Portugal<sup>64</sup>, entre outros. A primeira aproximação mais rigorosa na direcção de um estudo sobre a “Europa” apareceu em 1963, num número especial da *Anthropology Quarterly*, propondo animar uma antropologia não só na Europa, mas sobre a Europa<sup>65</sup>. Para ultrapassar os problemas metodológicos, era preciso deixar o modelo de estudo formado na observação de sociedades simples para uma nova aplicação em terrenos complexos. Para tal, viu-se a necessidade de dialogar com outras ciências sociais. Foi neste sentido que Erika Friedl contrariou Evans-Pritchard quanto à ameaça de especialidades rivais, vendo outros estudiosos das culturas nacionais como colaboradores vantajosos para a antropologia<sup>66</sup>.

Segundo John Davis, a atitude persuasiva de colegas africanistas e asianistas dissimulava o discurso segundo o qual o trabalho de campo na Europa seria de alguma maneira inferior, e que a verdadeira antropologia “envolveria estudos de povos remotos do terceiro mundo”<sup>67</sup>. Apesar disso, nos anos 1970 houve um grande incremento nos estudos sobre antropologia da Europa. Para Freeman, independentemente destas discussões sobre o estatuto de certas especialidades, persistia o principal problema da falta de conexão entre comunidades locais e Estados nacionais, devido ao enfoque

---

<sup>64</sup> Respectivamente, ver Feldman-Bianco, Bela, e Gustavo Lins Ribeiro (org.). 2003. *Antropologia e Poder, Contribuições de Erick Wolf*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Schneider, Jane. 1998. *Italy's 'Southern Question': orientalism in one country*. Oxford: Berg; Silverstein, Paul A. 2004. *Algeria in France : transpolitics, race, and nation*. Bloomington : Indiana University Press; Riegelhaupt, Joyce Firstenberg. 1979. Os camponeses e a política no Portugal de Salazar : o Estado corporativo e o apoliticismo nas aldeias. In *Análise Social*, 15 (59): 505-523.

<sup>65</sup> Arenseberg, C. M. 1963. The Old World Peoples: The Place of European Cultures in World Ethnography. In *Anthropological Quarterly*, 36 (3): 75-99.

<sup>66</sup> Friedl, E. 1962. *Vasilika*. Ew York: Holt, Rinehart and Wilson.

<sup>67</sup> Davis, J. 1977. *People of the Mediterranean: Na Essay in Comparative Social Anthropology*. London: RKP.



tradicional da disciplina em temas que raramente ultrapassava o campo das comunidades rurais ou de pequena escala<sup>68</sup>.

Uma primeira pista de conexão entre o local e o nacional, apareceu enquanto análise de redes sociais de poder, como o *caciquismo*, que entretanto tinha-se tornado um dos terrenos de predilecção da antropologia do Mediterrâneo. Um passo mais adiante para uma antropologia da Europa foi a publicação da obra de Boissevian no final dos anos 1970<sup>69</sup>, que atacou a falha de adaptabilidade para o objecto social europeu, dos paradigmas do funcionalismo e do estruturalismo, assim como a insistência em estudos de populações de pequena escala. Os conceitos destes paradigmas foram criados com sucesso para a análise de sociedades sem Estado ou sem escrita, mas pouco ajudavam para compreender a complexidade de culturas diferentes no continente europeu. A técnica de observação participante, para uma antropologia da Europa, é importante mas não é suficiente. Ela deve focalizar-se nas relações entre eventos locais e processos macro-sociais de “formação de Estado nacional, integração, industrialização, urbanização, burocratização, conflitos de classe e comercialização” (Boissevain 1977: 11).

Vários factores influenciaram o aumento do interesse antropológico pela Europa. O primeiro era que suas fronteiras foram até então relativamente pouco exploradas. Falamos não somente de fronteiras administrativas, mas também, e sobretudo, fronteiras simbólicas criadas por processos sociais e culturais, como o estigma ou a marginalização comunitária nos espaços urbanos. Outro factor foi o problema epistemológico na era pós-colonial, pois em muitos países recém-descolonizados os antropólogos começaram a serem mal vistos como vestígios do Império. Estas críticas espelharam-se no interior da própria disciplina que procurou desde então os meios para ultrapassar o dualismo sujeito-objecto herdado da história colonial<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> Freeman, S. 1973. Introduction to European Social Organization. In *American Anthropologist*, 75: 743-50.

<sup>69</sup> Boissevain, J. 1977. Towards a Social Anthropology of Europe. In BOISSEVIAN, J. e J. Friedl (org.), *Beyond the Community: Social Processes in Europe*. The Hague: Departement of Education and Science: 9-17.

<sup>70</sup> Este movimento de autocritica epistemológica próprio da antropologia permitiria, num diálogo com a literatura comparada e outros estudos culturais, a elaboração subsequente de movimentos de descentralização científica, como os “Subaltern Studies” ou o “Pós-colonialismo”.

Como alternativa aos modelos funcionalistas e estruturalistas, alguns antropólogos inspiraram-se nos trabalhos de Barth, Goffman e Barnes<sup>71</sup> para propor uma teoria da *acção social*. Sem se limitar à antropologia da Europa, esta noção de acção social tornou-se chave para o transnacionalismo e espalhou-se nos estudos de processos sociais. Um antropólogo contemporâneo, por exemplo, crítico dos essencialismos, e particularmente da imagem arbitrária do refugiado, é Stephen Lubckeman<sup>72</sup>. Ele estudou a vida social das pessoas que estavam em território moçambicano durante a última guerra civil. O refugiado é num certo sentido *desumanizado* pelo discurso dominante, que é também composto pelos trabalhos académicos. Esta desumanização passa por um processo que quer ser objectivo, mas que ao desconsiderar a subjectividade do refugiado, acaba por transformá-lo em sujeito passivo, cuja definição (e a consequente limitação) é feita em relação a uma série de faltas, de vazios, de deficiências em geral: o refugiado visto sempre enquanto *vítima* torna-se passivo, pois é alguém *sem casa, sem identidade, sem família, sem pátria*, etc. Ao fim deste processo essencializador do refugiado, este encontra-se de certa maneira como se não tivesse uma história de vida própria, interesses e motivações activas e pessoais, por mais determinadas que possam ser. O próprio status do refugiado, que deve se limitar a uma causa política, é ambíguo. Uma mesma pessoa pode ter, e geralmente tem, múltiplas motivações para migrar: ele pode estar a fugir de uma guerra, mas pode ser também, ao mesmo tempo, um migrante “económico”, motivado por uma rede de parentesco que o liga de certa forma ao destino desejado, ou até partilhar uma cultura do deslocamento que não é a mesma das que encontramos em território Europeu. Com este tipo de análise, devolve-se ao actor social, no caso o refugiado ou migrante, a sua actividade, cujas relações intersubjectivas que a formam merecem ser consideradas enquanto processos sociais.

A erosão do “exótico” na antropologia é uma condição necessária para a emergência de uma antropologia da Europa. Recentemente, o processo de integração de países do sul da Europa como Portugal, Espanha e Grécia teve um papel decisivo para a impulsão de uma conceptualização da Europa como um todo. À partir de então, Cuisinier e Segalen<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> Respectivamente, Barth, F. 1966. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Cultural Difference*. London: Allen and Unwin; Goffman, E. 1959. *The Presentation of Self in Everyday Life*. New York: Doubleday; Barnes, J. A. 1972. *Networks in Social Anthropology*, Reading. (Goddard, Llobera e Shore, 1994: 16)

<sup>72</sup> Lubkemann, Stephen. 2008. *Culture in Chaos: an anthropology of the social condition in war*. Chicago: Univ. of Chicago Press.

<sup>73</sup> Cuisinier, J. e M. Segalen. 1989. *Ethnologie de la France*. Paris: PUF.

puderam propor uma etnologia da Europa, enquanto estudo de etnias europeias, com seus patrimónios culturais, projectos políticos, e os conflitos no encontro destas esferas (Goddard, Llobera e Shore, 1994: 21).

Já longe dos apelos primitivistas em torno da honra e da vergonha, o italiano R. D. Grillo argumenta que a Europa constitui um objecto significativo para a investigação antropológica<sup>74</sup>. Antes disso, Grillo já tinha publicado uma etnografia em contexto europeu, num esforço de desconstrução, descodificação ou desnaturalização dos complexos institucionais da França urbana, a partir do caso do assimilacionismo falhado dos imigrantes em Lyon<sup>75</sup>.

A colaboração com outras disciplinas tais como a história, a sociologia ou a ciência política não afectou a preservação da antropologia enquanto disciplina distinta, no sentido de sua focalização nos *factos sociais totais* (Mauss 2003 [1924]: 317), e ênfase nos seus interesses pelas conexões entre escalas micro e macro, local e nacional. Esta metodologia de circulação em diversas medidas de espaços sociais também é abordada por Cristiana Bastos no estudo antropológico das reacções e diferentes respostas à SIDA como fenómeno global:

“Não se trata de uma monografia, com descrição densa de um pequeno universo de interacções sociais, em que mais uma teoria da sociabilidade ou da determinação cultural, são submetidos à prova empírica do terreno. Muito pelo contrário, o que aqui se encontra foge [...] distende-se pela experiência transnacional, atravessa as fronteiras do local, introduz no centro da acção as conexões internacionais de longa distância, refere-se a comunidades imaginárias múltiplas e a interacções distantes das habitualmente esperadas nos mundos etnográficos do contacto face a face.” (Bastos, 2002: 1)

No âmbito destas novas metodologias lentamente aceites no seio da antropologia, as primeiras questões que surgiram para uma antropologia da Europa foram estas que ainda são actuais: o que é essa entidade chamada “Europa”, como se poderia conceptualizar? Como esta conceptualização pode ser objecto de pesquisa antropológica? (Goddard, Llobera e Shore, 1994: 24). Aqui, o espaço de análise é a *idéia* de Europa. Como o Estado-nação, a União Europeia e o continente podem ser vistos como criações literárias e mitológicas que passam por discursos de poder: a configuração do saber moldado por instituições políticas e económicas que são elas próprias inseridas em práticas de governação. O crescimento da União Europeia tornou ainda mais urgente a necessidade de encontrar as consequências e finalidades de uma

---

<sup>74</sup> Grillo, R. D (org.) 1980. ‘Nation’ and ‘State’ in Europe, *Anthropological Perspectives*. London: Academic Press (Goddard, Llobera e Shore, 1994: 22).

<sup>75</sup> Grillo, R., 1985, *Ideologies & Institutions in Urban France*, Cambridge, Cambridge University Press.

cultura continental proclamada de antemão por quadros de “especialistas da cultura”, como nos mostra o exemplo do livro de Jean-Baptiste Duroselle, patrocinado pela Comissão Europeia, onde lemos que:

“ [...] tudo o que sabemos é que os habitantes originais da Europa eram de pele branca, tocados pelas invasões mongóis ou pela imigração asiática e africana até o fim da IIª Guerra Mundial.” (Hansen, 2004: 53)

A advocacia, ideológica, de uma unidade cultural homogênea e com certos graus de “pureza” aponta invariavelmente para a herança clássica da civilização Greco-romana, os cristianismos, o iluminismo e os triunfos da Ciência, da Razão, do Progresso e da Democracia. Estas demarcações envolvem um subtexto de chauvinismos racial e culturais confrontados principalmente com um inimigo ancestral: o Islão<sup>76</sup>.

Progressivamente, com a união política e económica da União Europeia incrementando-se numa velocidade muito maior do que a de qualquer unidade cultural, identitária ou até mesmo democrática, os factores mais significativos, em antropologia, para aplicar-se ao termo de Europa são a integração política crescente por acordos e tratados, e o incremento de standardização legislativa e institucional. É por isso que às primeiras perguntas de uma Europa ainda sem muros, adicionou-se um segundo grau de complexidade problemática: quais são as consequências políticas, culturais e económicas da imigração massiva para a Europa? Como o corporativismo transnacional molda as políticas europeias? Quais são os efeitos sobre a identidade nacional e a soberania estatal?

### **A Fortaleza Europeia**

A “Europa-fortaleza” foi num primeiro momento um termo de denúncia, por parte de movimentos sociais, contra abusos policiais nas novas fronteiras europeias, e só mais tarde se estenderia às ciências sociais como conceito. Sua validade epistemológica se confirma quando nos debruçarmos sobre um tema como o dos muros de Ceuta e Melilla, e das suas funcionalidades políticas e económicas, mas não só. Além das barreiras materiais, os “muros” da fortaleza europeia são também invisíveis. Eles se diluem no através da complexidade dos aparelhos burocráticos, dos sistemas de

---

<sup>76</sup> Uma abordagem interessante sobre a relação entre Europa e Islão é dada em Goody, Jack. 2005. Os Taliban, Bamiyan e Nós: o Outro Islâmico. *Análise Social*, xxxix (173): 769-780.

vigilância, das reformas legislativas das identidades nacionais, na invisibilidade do trabalhador “sem papel”, na ilegalização destes últimos, na racialização dos problemas sociais<sup>77</sup>, na tecnologia crescente dos modos de identificação biométrica<sup>78</sup>, e na estigmatização activa, por parte de alguns sectores políticos, de certas pessoas como fazendo parte de uma horda de invasores que vieram corromper um corpo social antes intocado. Para por em perspectiva a construção dos muros de Ceuta e Melilla com toda uma lógica continental, e global, contextualizo alguns aspectos securitários da política de controlo de fluxos por parte de organizações estatais e supranacionais. A maior parte destes controles são efectuados nos “nós” críticos de trânsitos internacionais, como os portos, as estações ferroviárias, rodoviárias, e os aeroportos: a maioria dos campos de detenção situa-se nas proximidades de aeroportos de grandes cidades, para facilitar as repatriações. Numa abordagem antropológica de um estudo de caso entre Portugal e Brasil<sup>79</sup>, Bela Feldman-Bianco demonstra-nos o seguinte:

“A análise dos conflitos em torno da deportação de brasileiros considerados ‘indesejáveis’ numa conjuntura marcada pela emergência de leis europeias que tratam migrantes transnacionais enquanto questão de segurança nacional e supranacional, permite examinar criticamente as contradições existentes entre, de um lado, os processos de remodelação de Portugal de metrópole imperial em uma nação pós-colonial, subordinada às políticas da Comunidade Europeia que, após Schengen, favorecem o ‘direito às raízes’ e dificultam a entrada de cidadãos não comunitários na ‘fortaleza’ da Europa”<sup>80</sup>.

Existe portanto uma tendência comum, na Europa do sul e que é particular, de países que ao se alinharem nas políticas do espaço Shengen passaram por uma mudança estrutural em termos de gestão de fluxos: esses países, que até o final do século XX eram países de emigração, passaram rapidamente a ser acolhedores de imigrantes. Um segundo problema é que essas mesmas nações vêm-se a administrar um novo fluxo de migrantes oriundos de suas antigas colónias:

---

<sup>77</sup> Sobre processos de racialização na Europa do sul, ver Calavita, Kitty. 2005. *Immigrants at the margins: Law, Race and Exclusion in Southern Europe*. Cambridge University Press.

<sup>78</sup> Sobre estudos sociais e antropológicos dos novos métodos de vigilância, ver Frois, Catarina. 2008. *A Sociedade Vigilante: Ensaio Sobre Identificação, Vigilância e Privacidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

<sup>79</sup> Trata-se de conflitos e discriminações mútuas que aconteceram no começo de 1993, quando migrantes brasileiros pertencentes a uma camada pobre foram presos e depois deportados nos aeroportos de Porto e Lisboa. Os incidentes causaram desagradados diplomáticos, intelectuais e populares em torno do caso, tanto em Portugal como no Brasil.

<sup>80</sup> Feldman-Bianco, Bela. 2002. Entre a “fortaleza” da Europa e os laços afetivos da “irmandade” luso-brasileira: um drama familiar em um só ato. Em Bastos, Cristiana, Miguel Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco (org.), *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 385-415.

“a presença em antigas metrópoles imperiais de populações diaspóricas das outras colônias e que, juntamente com seus filhos e os filhos de seus filhos, funcionam como incômodos ‘lembretes do império’” (Feldman-Bianco, 2002: 386)

Deparamo-nos com um problema pós-colonial, que pode ser alargado ao conjunto Europeu, tendo em conta a relação intrínseca que teve a formação da União Europeia com a perda de seus respectivos impérios ultramarinos.

A própria reformulação territorial do continente europeu depois da IIª Guerra Mundial trouxe complicações para comunidades de migrantes no centro da União Europeia. Ruth Mandel também usou o termo de “Europa-fortaleza” como adjectivo para compreender a marginalização da comunidade turca na Alemanha. A antropóloga fez dois anos de trabalho de campo em Berlim ocidental nos anos 1980, e reparou na dificuldade para residentes de origem turca para conseguirem a nacionalidade alemã:

“descendentes de portadores do cartão do antigo partido Nazi, em muitos casos polacos monolíngues, têm ‘direito de sangue’ automático à cidadania europeia, mas não necessariamente descendentes turcos de segunda ou terceira geração de trabalhadores migrantes, nascidos e crescidos na Alemanha.”<sup>81</sup>

Não se pode, contudo, confundir precedentes mais longínquos de qualquer política de fronteira como estando directamente relacionada com o que podemos chamar de Europa-fortaleza. Esta se refere explicitamente ao fechamento das fronteiras exteriores do continente numa política securitária supranacional. Mais especificamente, duas características devem ser consideradas para a compreensão da Europa-fortaleza, e da função dos muros de Ceuta e Melilla enquanto dispositivos materiais de sua fortificação. Primeiramente, desde a implantação do espaço Schengen, os casos mais violentos de mortes por tentativa de chegada clandestina no continente europeu concentram-se sobretudo na região do Mediterrâneo, e o sul da Europa representa o caso mais radical na fortificação das fronteiras europeias. Em segundo lugar, com a política de vizinhança mais recente, as implicações dos controles de fluxos passaram geograficamente muito além das fronteiras imediatas do território europeu. Incapaz de controlar suas fronteiras contra fluxos não estatais, a União Europeia empreende a passagem de função de controlo de fluxos para países terceiros, de onde a maioria dos imigrantes são oriundos: há uma *externalização* das fronteiras, que alcança países subsaarianos. Ao assinarem acordos para o “co-desenvolvimento”, esses países vêm-se

---

<sup>81</sup> Mandel, Ruth. 1994. ‘Fortress Europe’ and the Foreigners Within: Germany’s Turks. In Goddard, Victoria and Joseph R. Llobera, *The Anthropology of Europe*. Oxford: Berg Publishers.

forçados a controlar uma imigração que é tratada como ilegal antes mesmo de existir<sup>82</sup>. Nesta mesma lógica, o “estatuto avançado” oferecido ao Estado marroquino em 2008 faz parte de uma recompensa dada pelo empenho de suas forças policiais nacionais no combate contra a imigração ilegal<sup>83</sup>. Se o primeiro-ministro espanhol José Luis Zapatero felicitou-se em 2009 pela redução de mais da metade de chegadas de “ilegais” pelo mar em Espanha, isto não significa que haja menos mortes no deserto ou maus tratos dispensados por agentes de outros estados. Com a remodelação constante das rotas de fluxos, que se adaptam a cada nova medida de segurança, é possível perguntar-nos em que medida os muros de Ceuta e Melilla não se tornam, no aspecto do controle migratório, cada vez mais obsoletos. Mudando as rotas, envolvendo polícias multinacionais, intervenções militares e terapêuticas, a externalização das fronteiras são constituintes de uma fortaleza europeia cujos muros são um elemento que se torna cada vez menos prático e mais simbólico. Uma outra dinâmica é encontrada no entanto numa série de campos de refugiados e de detenção de imigrantes ilegais, que vimos acima, lugares estes onde a distinção entre refúgio e detenção apaga-se nas práticas de confinamentos, legais ou ilegais. Contrariamente aos muros de Ceuta e Melilla, a função destes mesmos campos não só tem aumentado, como eles têm se multiplicado pelo mapa europeu e africano.

Dos estudos sociais da fronteira que separa os Estados-Unidos e México, passamos para a lenta construção, na antropologia europeia, do continente enquanto objecto de estudo. Este continente, mas recentemente, tem sido abordado enquanto fronteira, ou de modo mais abrangente, enquanto “fortaleza”. Na medida em que podemos dialogar com outras fronteiras para melhor compreender as que estão em questão nesta dissertação, não vimos somente a história da antropologia e dos estudos sociais dos dois lados do atlântico, mas estudamos também os contextos pragmáticos das construções destas fronteiras na América do norte, e no continente europeu.

---

<sup>82</sup> O pacto de “parceria global com os países de origem e de trânsito”, em nome da “sinergia entre migrações e desenvolvimento” foi assinado por todos os países membros da C. E. Em setembro de 2008, sob a presidência francesa da União Europeia. Ver *Le Monde Diplomatique*, Junho de 2010, *Comment l'Union Européenne enferme ses voisins*.

<sup>83</sup> A cimeira de chefes de Estado em Sevilha em 2002 declarou a luta contra a imigração ilegal como sendo prioridade da União nas suas negociações com os países vizinhos. Ver [http://www.publico.pt/Mundo/cimeira-europeia-de-sevilha-vai-tomar-medidas-para-combater-imigracao-ilegal\\_148490](http://www.publico.pt/Mundo/cimeira-europeia-de-sevilha-vai-tomar-medidas-para-combater-imigracao-ilegal_148490); Sobre estatuto avançado U. E. – Marrocos, ver [http://www.elmundo.es/elmundo/2009/03/17/union\\_europea/1237314709.html](http://www.elmundo.es/elmundo/2009/03/17/union_europea/1237314709.html).

No entanto, nos percursos de uma antropologia da Europa, entre a antropologia de uma “cultura do mediterrâneo” e uma antropologia continental, deparamo-nos com um outro tipo de fronteira, que é a *fronteira epistemológica* no seio da própria antropologia. A contradição sujeito/objecto (Sanches, 2005), debate caro à antropologia, desdobrou-se por muito tempo na dicotomia entre o observador anglo-saxão, e o observado do sul. Na medida em que a construção política e cultural de uma União Europeia foi se acentuando, esta mesma fronteira epistemológica fundamental foi se deslocando mais para o sul, alcançando a separação actual entre sujeitos europeus e objectos africanos, o que coincide com a contradição local observada nas fronteiras entre “dois mundos” que representam os enclaves de Ceuta e Melilla.

Tendo contextualizado o processo de construção desta fortaleza continental, temos dados suficientes para voltarmos ao local dos enclaves de Ceuta e Melilla, e abordar os aspectos que ainda estão por ser estudados: as questões fulcrais de soberania e identidade. Veremos em que medida o problema da soberania está no centro das construções de muros no mundo contemporâneo. Sendo o fluxo migratório a principal ameaça a ser contida por estes mesmos muros, abordaremos em última instância o problema das identidades, não somente localizadas nos enclaves de Ceuta e Melilla, mas também da construção actual do Outro ilegal ou estigmatizado por estas fronteiras, na Europa.



### CAPÍTULO III

#### Fronteiras da soberania

“O primeiro que tendo cerado um terreno, disse, *isto é meu*, e encontrou gente suficientemente simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.”  
(Rousseau, *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*)<sup>84</sup>

Os enclaves de Ceuta e Melilla têm suas soberanias contestadas. Como vimos, do lado espanhol, durante o período do protectorado em África, estas cidades eram oficialmente parte de Espanha, mas funcionavam como territórios integrais da presença espanhola em África. Nos últimos dez anos, o Estado marroquino tem erguido a voz contra a presença espanhola no território, como podemos ver nesta notícia de Maio de 2010:

“O primeiro ministro de Marrocos, Abbas el Fassi, fez um chamado instando Espanha a ‘abrir um diálogo’ [...] para por fim à ocupação das cidades marroquinas [Ceuta e Melilla] e das ilhas circundantes [...]”<sup>85</sup>

As acusações, nos dois lados de uma disputa diplomática, acusam-se de equivocarem-se quanto ao verdadeiro estatuto das cidades. Para Espanha, não se trata de uma ocupação, visto a ancestralidade da presença castelhana desde os períodos de conquista. Em Abril, uma primeira tensão diplomática ocorrera, quando a aduana marroquina pôs, num edifício oficial na fronteira com Melilla, um cartaz a classificar a cidade como sendo ocupada:

“Redigido em árabe e em castelhano, o cartaz adverte aos melillenses da necessidade de se renovar a licença de importação de seus veículos em Marrocos, sob pena de pagar uma multa. Mas a palavra ‘ocupada’ para descrever a situação de Melilla desatou as iras do Governo da cidade e do Partido Popular”<sup>86</sup>

Em ambos os casos, parece haver pouco “diálogo” entre administradores estatais. Há porém, através dos meios de comunicação social, discursos unilaterais em cada país, acusando o vizinho se estar equivocado quanto ao estatuto geopolítico das cidades. Estes discursos unilaterais ficam ainda mais patentes ao analisarmos duas versões

---

<sup>84</sup> Rousseau, J. 1985 [1755]. *Discours sur l’Origine et les Fondements de l’inégalité parmi les hommes*. Paris: Gallimard: 94.

<sup>85</sup> El País, 17 de Maio de 2010, “Marruecos pide a España negociar el fin de la ‘ocupación’ de Ceuta e Melilla” URL: [http://www.elpais.com/articulo/espana/Marruecos/pide/Espana/negociar/fin/ocupacion/Ceuta/Melilla/elpeusp/20100517elpepunac\\_27/Tes](http://www.elpais.com/articulo/espana/Marruecos/pide/Espana/negociar/fin/ocupacion/Ceuta/Melilla/elpeusp/20100517elpepunac_27/Tes)

<sup>86</sup> El País, 22 de Abril de 2010, “Protesta de España a Rabat por decir que Melilla está ‘ocupada’” URL: [http://www.elpais.com/articulo/espana/Protesta/Espana/Rabat/decir/Melilla/ocupada/elpepiesp/20100422elpepinac\\_16/Tes](http://www.elpais.com/articulo/espana/Protesta/Espana/Rabat/decir/Melilla/ocupada/elpepiesp/20100422elpepinac_16/Tes)

jornalísticas de um mesmo “facto”, também recente: a visita dos reis de Espanha aos enclaves em Novembro de 2007. Os administradores de Ceuta e Melilla há muito tempo pediam uma visita do rei de Espanha aos enclaves, para reafirmar a soberania nacional num acto simbólico cujo protagonista é a coroa:

“ [...] os presidentes das duas cidades autónomas manifestavam seus interesses pela visita dos monarcas em Ceuta e Melilla. Uma reclamação e um convite foram realizados cada vez que tiveram a oportunidade. Inclusive deixaram patente no encontro que tiveram com o Rei no palácio da Zarzuela, em Novembro de 2005, quando as avalanches de subsaarianos sobre as duas cidades revelaram a entidade do problema migratório [...]”<sup>87</sup>

Neste mesmo artigo, o jornal lembra que a visita prevista do rei espanhol aos enclaves poderia eventualmente provocar descontentamentos na sociedade marroquina. Mas lembra também que era por este motivo que a viagem tinha se mantido até então secreta. E assegura, citando o porta-voz da coroa, de que esta visita não causaria problemas na “boa relação de Marrocos com Espanha”. O tom não é o mesmo do lado de um jornal marroquino de grande circulação:

“Um ‘não’ franco e maciço à visita controversa iniciada ontem à Sebta, pelo rei de Espanha Juan Calros nos presídios marroquinos ocupados. Foi o que expressou, ontem, o Estado marroquino, governo, deputados, conselheiros e actores associativos inclusive. O tom foi dado, ontem, pelos eleitos do Parlamento, deputados e e conselheiros, que, no âmbito de um ‘sit-in’ em frente à embaixada de Espanha em Rabat [...], entregaram uma carta de protesto ao embaixador espanhol Luis Planas Puchades. ‘Enquanto parte do Estado marroquino, denunciámos esta visita provocadora do Rei de Espanha Juan Carlos às cidades marroquinas ocupadas de Sebta e Melilla’, podemos ler nesta carta. ‘Esta visita ofende os sentimentos marroquinos, e afecta gravemente as relações de boa vizinhança entre as duas coroas’, põem em guarda os deputados, que reafirmaram na mesma ocasião a ligação com todos os marroquinos das cidades ocupadas.”<sup>88</sup>

Temos portanto duas versões, discordantes, que giram em torno do que podemos chamar de questão de soberania. A ler apenas um dos jornais nacionais para saber quais foram as reacções frente à visita do rei de Espanha aos enclaves de Ceuta e Melilla, não poderíamos ter uma visão completa dos discursos gerados em cada território. Do lado marroquino, a oposição à presença espanhola nas cidades eleva o teor do problema de soberania, ao classificá-la de “incongruência colonial”, invocando o anacronismo de uma África espanhola. Esta não é a primeira vez que houve um incidente diplomático tornado público a nível internacional, como no caso de Perejil em 2002. Como Melilla, Ceuta, e algumas ilhas em águas marroquinas, Perejil (situada no estreito de Gibraltar, a

<sup>87</sup> El Mundo, 1 de Novembro de 2007, “Los Reyes irán el lunes por primera vez a Ceuta y Melilla”. URL: <http://www.elmundo.es/papel/2007/11/01/espana/2249388.html>

<sup>88</sup> Aujourd’hui Maroc, 6 de Novembro de 2010, “La provocation coloniale de Juan Carlos à Sebta et à Melillia suscite une vive colère et une large indignation chez les Marocains”. URL: <http://www.maghress.com/fr/aujourd'hui/57790>.

200 metros da costa marroquina), é outra possessão espanhola que escapou da descolonização. Assim como na crise das ilhas Falklands e Malvinas<sup>89</sup>, mas em miniatura, o problema aconteceu quando tropas de elite espanholas desembarcaram na ilha desmilitarizada de Perejil e capturaram uma dúzia de soldados marroquinos por terem estabelecido um posto de observação alguns dias antes (Hansen, 2004: 54). Com uma breve importância mediática, o caso de Perejil teve pouca importância diplomática. No entanto, é um caso significativo da persistência de desentendimentos clássicos em torno de territórios de fronteira. Para compreender as implicações da fronteira entre Marrocos e Espanha, não podemos portanto ignorar as implicações históricas da presença colonial da Espanha em Marrocos (1912-1956), que exploramos no primeiro capítulo.

Analisando o debate jornalístico desapassionadamente, é possível anotar alguns pontos para a compreensão da estrutura política na região. Os jornais têm tendência para se submeterem à actualidade de seus dados, mas não deixam de apontar alguns traços estruturantes de cada situação. Podemos notar, do Mediterrâneo ocidental até o saara, uma sequência em cadeia de problemas de jurisdição territorial que variam entre reivindicações independentistas de libertação nacional à disputa por cidades num contexto de reapropriação nacional. Do Saara ocidental, que já foi domínio espanhol<sup>90</sup>, aos enclaves de Ceuta, Melilla e Gibraltar, há uma série de conflitos diplomáticos que não são independentes uns dos outros. A hesitação por parte do governo espanhol em mediar uma solução para o exílio da activista saaraui Aminatu Haidar em 2010 deveu-se, por um lado, pelo facto de Espanha possuir territórios contestados no espaço marroquino, e por outro pela dependência crescente, por parte de Espanha e da União Europeia, das acções das autoridades marroquinas para a contenção dos fluxos migratórios em seu território<sup>91</sup>.

Daqui deriva a segunda grade de análise dessas matérias mediáticas, tão diferentes em tratar de um mesmo acontecimento, que foi a visita do rei de Espanha à Ceuta e Melilla.

---

<sup>89</sup> A guerra das Malvinas opôs os exércitos da Argentina e do Reino Unido em 1982, pela disputa de soberania destes arquipélagos que são domínios britânicos desde 1833.

<sup>90</sup> Marks, Thomas A. 1976. Spanish Sahara, Background to conflict. In *African Affairs*, 75 (298): 3-13. Esta antiga colónia espanhola foi anexada por Marrocos em 1975.

<sup>91</sup> Ver “i”, 31 de Maio de 2010, “Cimeira de Granada inaugurou novo capítulo nas relações entre Marroquinos e europeus”. URL: <http://www.ionline.pt/conteudo/62307-cimeira-granada-inaugurou-novo-capitulo-nas-relacoes-marroquinos-e-europeus>

Cada discurso nacional, espanhol e marroquino, apontam para problemas diferentes, como se não estivessem a tratar de uma mesma situação. Nos diversos textos temos como cenário um problema de soberania, legítimo ou contestado. Porém, se do lado marroquino o discurso baseia-se na disputa territorial entre dois Estados pelas mesmas cidades, do lado espanhol a questão da soberania não chega a tocar o mesmo problema. Antes, ressalta que o verdadeiro problema para a soberania espanhola é o problema da imigração ilegal, da tal “horda de subsaarianos”. Repare-se que o objecto de preocupação por parte das autoridades espanholas, e europeias, não menciona a ameaça de agressão por parte de um Estado terceiro, mas pelo contrário focaliza a atenção em fluxos não-estatais como sendo, estes, a verdadeira ameaça a conter. A semântica usada para ilustrar a amplitude do problema, a “horda”, designa explicitamente a conotação primitivista de grupos sem forma ou, que de maneira despropositada, estariam a invadir o continente: lembremos que a palavra “horda” significa tribo errante, ou bando indisciplinado, e nas ciências arqueológicas designa os primeiros tipos de organização que tiveram os humanos, por volta da idade paleolítica. Este desprezo historicista, ou evolucionista, pode encontrar um paralelo com o antigo desprezo que os Gregos clássicos, e por herança cultural, os antigos Romanos, tiveram pelos “bárbaros”, ou seja, todos aqueles que não partilhando sua cultura “superior” eram, tautologicamente, tidos como inferiores.

É portanto seguindo esta pista do Outro “tóxico”, e difuso, que poderemos melhor compreender as implicações dos muros de Ceuta e Melilla, do que se nos concentrassemos apenas na questão geopolítica de uma história “entre nações”. Por mais que esta “toxicidade” não seja um fenómeno isolado, partimos da hipótese de que a existência das barreiras acentua os traços de estigma de certos agentes sociais, estigma este que dá valor de pessoa “tóxica”, ou de quem não se pode *aproximar*: a construção radical de um “outro” distante contradiz a possibilidade de associação com um “próximo”.

No entanto, antes de discutir este imaginário constituinte de uma nova alteridade no continente europeu, podemos estudar um pouco mais a questão da soberania, perguntando-nos como pode, o discurso de defesa da soberania, passar da defesa de um estado contra outro, para a defesa de uma nação, pelo seu Estado, contra um inimigo que é um agente não estatal.

## Muros: um novo tipo de fronteira

Após termos abordado as dimensões locais e supranacionais das fronteiras de Ceuta e Melilla, nomeadamente as sobreposições entre as dimensões nacionais e supranacionais, podemos investigar a inserção global desses muros, ou seja, o carácter de um novo tipo de fronteira.

A função dos muros é a de impedir qualquer circulação ilegal, ou seja, a de proibir o tráfico em geral (de armas, de drogas e mercadorias contrabandeadas) e a entrada em certo território de pessoas indesejadas por conta de sua nacionalidade e consequentemente de uma suposta propensão ao crime e à vadiagem.

Face a este discurso, Wendy Brown contrapõe duas vertentes<sup>92</sup>: uma primeira vertente, é a de que os muros construídos em diversas fronteiras, nesta mesma função de impedir a circulação de agentes indesejáveis, são ineficientes. Os poderes reguladores fazem com que os muros sirvam de filtro com maior ou menor abertura, consoante for a necessidade da economia flutuante, seja ela formal ou informal.

Em segundo lugar, e mais importante, é que o aparecimento exponencial de muros no globo terrestre seria um sintoma do declínio da *soberania* dos Estados-nação. Neste sentido, os muros simbolizam uma virada histórica nas relações políticas, em que o modelo cultural hegemónico, o Estado-Nação, está a transformar-se: a soberania que antes lhe estava associada está lentamente a deslocar-se para se pôr na sujeição da economia política ou da religião. Estes fenómenos culturais e sociais não estatais posicionam-se acima de qualquer norma jurídica, pela qual têm desprezo.

Encontramos várias barricadas, e passagens, que separam homens de negócios de grandes voos, viajantes ordinários, e aspirantes à entrada julgados suspeitos por causa de sua origem ou aparência. Esta *estratificação dos fluxos* de viajantes articula-se numa abertura de geometria variável das barreiras: enquanto uns têm o benefício de um alargamento de uma espécie de cidadania transnacional, para outros há, pelo contrário, uma redução de sua condição de cidadão pelo mesmo processo conjunto de liberalização económica e incremento da segurança nacional (Sparke, 2006: 152).

---

<sup>92</sup> Brown, Wendy. 2009. *Murs: les murs de séparation et le déclin de la souveraineté étatique*. Paris: Les Prairies Ordinaires.

Temos portanto três paradoxos: abertura e bloqueio, universalização acompanhada de exclusão e estratificação, poder virtual em rede e barricadas físicas. Não entra em questão, como vimos, a defesa de soberania de um Estado frente a uma possível invasão de um Estado-Nação vizinho ou inimigo. Esses muros têm como alvo actores não estatais e transnacionais, como indivíduos, grupos, organizações, movimentos e indústrias. Como estes muros formam-se muito depois das convenções do tratado de Westphalia (Balibar, 2004), que foram precursores da futura formação do Estado-Nação enquanto modelo global, Wendy Brown classifica-os de sinais de um mundo *pós-westphaliano*. Devemos aqui ter em conta o prefixo “pós” que significa uma situação de posterioridade dentro da qual as condições passadas continuam a configurar o presente. Numa ordem pós-westphaliana não são os Estados soberanos que se encontram excluídos pelos muros, mas sim seus agentes não estatais. Neste sentido, seria o enfraquecimento da soberania estatal, e mais precisamente a *disjunção* entre a soberania e o Estado-Nação, que forçaria os Estados-Nações a construírem estes muros (Brown, 2009: 17). Num mundo contemporâneo em que aparecem cada vez mais reivindicações independentistas ou até formações de novos Estados-nação (como por exemplo, o Kosovo), não podemos enganar-nos e considerar que existiria uma crise ou queda dos Estados-nação. A própria construção de uma série de muros contradiz de forma pragmática e com o reforço das fronteiras, a ideia de um declínio do modelo de Estado moderno. O que está em causa, é um outro tipo de mudança: a soberania, que até então era prerrogativa do Estado, está lentamente a se deslocar para se por sob outras formas de poder. Esta soberania em deslocação foi inaugurada pela paz de Westphalia em 1648 (articulação de uma ordem baseada na soberania de Estados-Nação), e pela Revolução francesa (a soberania popular).

Os fluxos transnacionais (de pessoas, mercadorias, capitais, bens, ideias), a violência e as redes políticas e religiosas minam a soberania, pois as suas características são as de atravessarem fronteiras, mas não só. Uma vez atravessadas, essas forças tornam-se potências no interior do território novo. Não há deterritorialização sem uma reterritorialização posterior. A soberania do Estado-nação também é minada pelo neo-liberalismo, que só reconhece a soberania das decisões tomadas pelas empresas, substituindo critérios jurídicos e políticos por mercantis, e reduzindo o soberano político ou governante à função de gestor administrativo. Também o é, pelo aumento dos

poderes de instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional ou a Organização Mundial de Saúde ou do Comércio.

Esta hipótese envolve outras menores. Esses muros envolvem constelações pós-nacionais, e separam as zonas ricas das zonas pobres do planeta: o direito e a política são incapazes por si só de controlarem as múltiplas potencialidades liberada pela globalização. Esta separação de centros e periferias por muros dentro de cada conglomerado urbano é um problema exponencial tratado por uma nova antropologia social das *Gated Communities*:

“O desenvolvimento residencial cercado de muros [*gated*] é particularmente intrigante, espelhando mudanças nos valores sociais que acompanham a rápida globalização. Compreendendo esta forma espacial, seus contextos históricos e culturais, e porquê os residentes escolhem ali viver, fornece uma perspectiva importante na cidade que é muitas vezes subestimada” (Low, 2003: 387)

É na mesma perspectiva de distribuição do espaço social por muros que Teresa Caldeira abordou uma etnografia em bairros da cidade de São Paulo, paradigma da estratificação social na América Latina (Caldeira, 2000). Lembro a mesma questão levantada na introdução desta dissertação, de que existe “norte” no sul e “sul” no norte. As separações por barreiras materiais destes espaços são uma tendência global: o recurso ao controlo e à vigilância tende a querer remediar uma situação de *ingovernabilidade* (Foucault, 1976: 124). Considerando o incremento do aparato de vigilância das barreiras, há o desmoronamento da distinção entre controlo interno e controlo externo, entre polícia e exército, entre sujeito e pátria, vigilantes voluntários e Estado, e confusão entre criminosos internos e inimigos externos: o muro tem esta dimensão irónica de confundir a identidade local enquanto seu objectivo mais declarado seria o de maior delimitação entre o “nós” e o “eles”, entre o que é de dentro e o que está fora da nação. Apesar da sua presença física massiva, os novos muros funcionam frequentemente na forma de espectáculo, projectando a imagem de um poder jurídico soberano com sua nação assegurada por estas mesmas fronteiras. Esta encenação se deve ao facto de a própria nação, cujo Estado erige o muro em sua fronteira, depender em certa medida da manutenção destes fluxos que a ultrapassam, como por exemplo a mão-de-obra barata e o comércio informal. Esta performance teatralizada releva os aspectos teológicos sobre os quais são fundados os princípios de soberania: mudos, materiais e prosaicos, esses muros suscitam potencialmente o medo desconectado das funções cumpridas e das falhas quotidianas. O desejo dos muros pode se dever à angústia, ligada à falta de

soberania do poder, aspirando aos poderes prometidos pela soberania, como a protecção, a contenção e a integração.

Na Idade Média, os muros que separavam as cidades do campo produziam uma entidade jurídica, à qual era conferida um carácter sagrado. A barreira funda e liga a soberania a um espaço sagrado. Hoje, a soberania política tem um significado ambíguo em virtude de seu dualismo ocupado na democracia liberal. É difícil pensar a soberania num regime de democracia liberal. Esta questão é levantada pela evolução da União Europeia, que mistura formas políticas pós-nacionais e poderes económicos transnacionais, e põe em questão populações que se perguntam sobre os meios para garantir uma prática democrática. O problema reside na abstracção da soberania popular, que tem pouca relação com a realidade política.

Esta desassociação dos poderes soberanos em relação ao Estado-nação compromete não só a segurança dos sujeitos, mas também um imaginário de identidade individual e nacional que apoia-se nas noções de horizonte e limitação de um espaço cultural. O espaço delimitado pelas fronteiras deve ser um espaço de jurisdição independente: em relação ao exterior, a soberania é poder de autodeterminação, e em relação ao interior, um poder de decisão derivado do contrato social. Contrariamente á ideia aristotélica segundo a qual a vida política seria natural para o homem, e a *polis* a forma de vida “própria da humanidade”, para a teoria do contrato social o *político* nasceria de uma condição ontológica não-política, por meios artificiais. O contrato social constituiria o fim temporal e o limite espacial da soberania da natureza ou de Deus, e inauguraria uma forma humana no domínio político. As motivações que determinam a entrada num contrato social são portanto subjectivas. Para realizar sua autonomia, a soberania deve, no plano interno, sujeitar os poderes susceptíveis de rivalizar com ela, ou de aniquilá-la. A autonomia do político, expressa na soberania, implica uma pretensão à dominação política ou à contenção de outros poderes, principalmente económicos ou religiosos (Elias, 1978). Um exemplo da subordinação da economia ao político é a imposição do Euro como soberania europeia.

A soberania política não é o equivalente de Estado. Ao contrário, é uma formação teológica ou *ficção material*, sempre uma *aspiração*, mesmo se for irrealizável. Sobre os aspectos teológicos da soberania, para Carl Schmitt, “todos os conceitos geradores da



teoria moderna de Estado são conceitos teológicos secularizados” (Schmitt, 2008: 46-48). Esta tese já se encontra em Hobbes: a soberania é a alma da Republica. Ela imita o poder de Deus (Brown, 2009: 85). Com um declínio da soberania política, há uma *descontracção* das religiões e do capital. A soberania do Estado-Nação encontra-se por conseguinte enfraquecida por forças rivais, e para se defender, assume e afirma seu carácter teológico ou fetichista, de maneira aberta e agressiva, como é o caso dos muros nas fronteiras. Da mesma maneira, o espírito popular de defesa desta soberania acaba por vestir traços religiosos, como no anti-islamismo do continente europeu. Para ilustrar este aspecto teológico da soberania política na modernidade tardia, vejamos como George W. Bush explica sua política externa em 2004:

“Eu acredito que os Estados-Unidos sejam a fuga da liberdade no mundo. E que a nossa responsabilidade é a de promover esta liberdade. Mas a liberdade não é um presente oferecido ao mundo pela América. A liberdade é um presente que Deus deu a todos os habitantes do mundo. É o que eu creio. De facto, fui eu que escrevi isso, ou que disse. Eu não escrevi, eu apenas disse num discurso. E entrou no jargão. E é o que eu creio. E creio que o nosso dever é o de libertar as pessoas.”<sup>93</sup>

O tal “choque de civilizações” de Samuel Huntington, é menos um choque entre liberalismo e religião, do que um choque entre religiões. Porém, como estas religiões são transnacionais, seus respectivos reforços enfraquecem novamente a soberania do Estado-Nação<sup>94</sup>. Não nos distenciamos aqui do tema desta dissertação, pois estes aspectos que ameaçam a soberania no seu sentido clássico têm relação directa com as motivações que contextualizam as construções de muros nas fronteiras.

O Capital, por sua vez, aparece como soberano global<sup>95</sup>: é fonte primordial da organização social; é autónomo, pois não presta contas a ninguém; adapta-se a qualquer forma política ou cultural (Sahlins, 2000: 517); desconhece fronteiras ou territórios. Há uma ascendência do capital como soberano universal, contra qualquer outra forma de poder. Porém, sua acção soberana não toma uma forma decisinoista. Assim, na era pós-westphaliana, haveria uma disseminação dos elementos da soberania política. O aspecto decisionista só pode emanar de alguma pessoa que encarna a soberania política. Ora, o capital sendo impessoal, ele aproxima-se mais de um aspecto divino.

---

<sup>93</sup> Woodward, Bob. 2004. *Plan of Attack*. New York: Simon and Schuster: 88-89.

<sup>94</sup> O movimento das mesquitas no Egipto, a *Rapture Christians* e a *American Israel Public Affairs Committee*, o debate sobre os véus em França, a lei contra os minaretes na Suíça, a ascensão do Islão na Turquia laica, o militantismo dos *Falun Gong* em China e a ortodoxia dos colonos na Faixa de Gaza são alguns exemplos de posições religiosas e políticas que vulnerabilizam estas soberanias.

<sup>95</sup> Comaroff, Jean e John Comaroff. 2000. *Millennial Capitalism and the Culture of Neoliberalism*. Duke University Press.

Neste contexto, os Estados encarnam esta função administrativa da força de contenção, e de coerção. Eles não estão enfraquecidos, pelo contrário, reemergem enquanto forma pós-soberana de poder. Deste modo, os Estados não dominam, mas reagem. Os muros são reacções que correspondem ao aumento da *solidariedade mecânica* durkheimiana<sup>96</sup>. À isto correspondem igualmente as políticas de vigilância e de segurança nas fronteiras:

“São os Estados industrialmente avançados que constroem muros para protegerem-se de dois principais produtos de exportação do Terceiro Mundo: a droga e a mão-de-obra imigrante”<sup>97</sup>

Por estes mesmos dispositivos, assistimos à uma renacionalização da vida política. E entre todos os aspectos, não há nada que incite mais o nacionalismo e o proteccionismo estatal contra a globalização, do que a imagem fantasmagórica de hordas de imigrantes a violar as fronteiras nacionais. Esta violação também é super-representada nos casos de agressão sexual por parte de imigrantes ilegais, inflacionados nos meios de comunicação. Se as populações exigem a construção de muros em fronteiras, é porque elas têm medo: medo de perder a segurança física, material ou identitária. Um sujeito ameaçado é um sujeito reactivo: o muro encontra-se nesta intersecção entre o Estado e o sujeito.

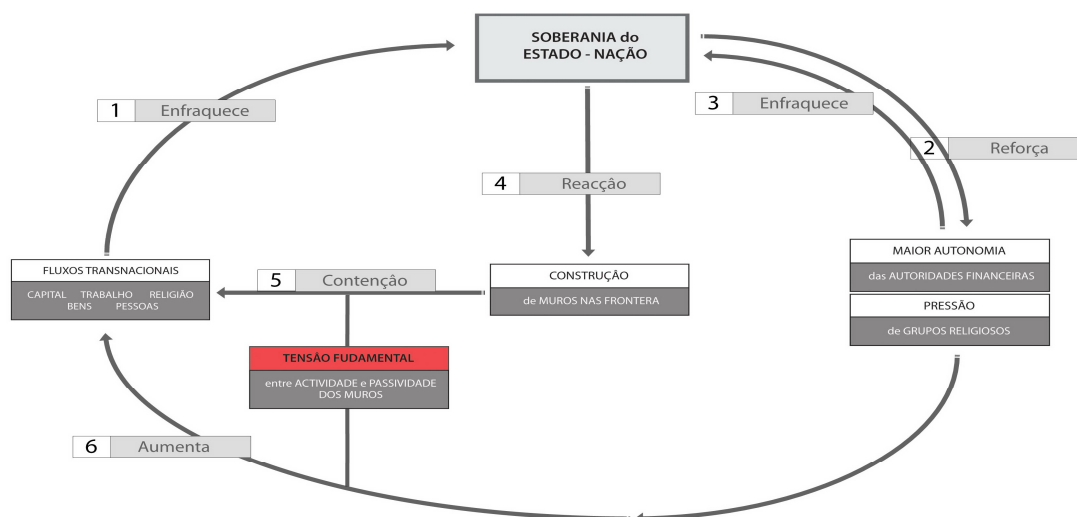


Fig. 3 – Tendências globais para a construção de muros nas fronteiras.

<sup>96</sup> Durkheim, Émile. 1960. *De la Division du Travail Social*. Paris : PUF.

<sup>97</sup> Andreas, Peter. 2000. *Broder Games. Polcing the U.S-México Divide*. Ithaca: Cornell University Press.

Contra-argumentos em relação a estes levantados por Wendy Brown podem ser encontrados em outros estudos sobre as transformações da soberania. John Angrew, por exemplo, demonstra que a mundialização não significa, de nenhuma maneira, o fim dos Estados, do território ou da soberania, e acusa estes alarmes de serem “pânicos milenaristas”<sup>98</sup>. À partir deste ponto de vista, nada teria mudado, senão que a “movimentos de população cada vez mais importantes têm simplesmente aumentado e tornado mais visíveis os níveis múltiplos de soberania que sempre existiram”<sup>99</sup>. Mas Agnew parece alinhar com a ideia de Brown segundo a qual há uma transformação significativa do paradigma, quando classifica o regime de soberania da União Europeia como sendo *integrador*:

“[...] este regime funciona sob uma base não-territorial, na medida em que a construção de um poder soberano implica uma reconfiguração constante destes limites e de sua própria configuração territorial. A ideia essencial desta análise do regime integrador é que um dia a forma territorial da soberania europeia não se parecerá mais àquela de um antigo Estado-nação do século XX, mas funcionará em vários níveis que serão espaciais, mas não necessariamente territoriais.” (Sawyer, 2010: 3)

Reencontramos aqui, apesar da argumentação de que não há declínio do Estado-Nação nem da soberania, a mesma ideia: sempre fortemente activos, a soberania e o Estado-Nação se separam lentamente, se desassociam, para exercerem novas funções. A instituição do Estado já não é o único aparelho de poder que exerce a produção soberana de um espaço territorial, perdendo um monopólio que durou três ou quatro séculos. A questão que separa Agnew e Brown não é tanto da nova forma de soberania, mas de saber se nossa época vive realmente uma mudança paradigmática maior, ou se as mesmas estruturas seculares apenas acentuaram-se.

É neste contexto que, como resposta às ameaças dos fluxos indesejáveis, mas em demanda<sup>100</sup>, os novos muros estatais, entre os quais de Ceuta e Melilla, militarizam os conflitos contra os quais querem responder, através de um *carácter permanente* e inultrapassável. Esse é um aspecto fundamental de todas as medidas de segurança oficiais, seja nos aeroportos, hospitais, escolas, ruas ou prisões: os novos complexos tecnológicos de controlo social, sejam eles de biometria ou vigilância termal ou visual, são objectos que, uma vez instalados, só muito dificilmente é que são retirados. Neste

---

<sup>98</sup> Agnew, John. 2009. *Globalization and Sovereignty*. New York: Roman and Littlefield.

<sup>99</sup> Sawyer, Stephen. 2010. La Fin de la Souveraineté? In *La Vie des Idées*. ISSN: 2105-3030. URL: <http://www.Laviedesidees.fr/La-fin-de-la-souverainete.html>

<sup>100</sup> Por exemplo, no caso irónico da Golden State Fence Company, que construiu parte significativa do muro na fronteira entre a Carolina do Sul e o México, e foi acusada três vezes, num período de dez anos, de ter empregado centenas de operários sem documentos: <http://www.npr.org/templates/story/story.php?storyId=6626823>

sentido é importante inserir, na teoria da vigilância, este aspecto de medida sem retorno, que é própria dos aparelhos de segurança. No caso de Ceuta e Melilla, os “conflitos” de segurança normalizados passam arbitrariamente para as margens de um território soberano. Há uma espécie de suspensão do direito, e de reconfiguração destas mesmas margens, como nos casos dos muros de Caxemira, nas terras avançadas da Cisjordânia ou na apropriação do Saara ocidental por Marrocos. Esta reconfiguração territorial é também uma performance política, que consiste em teatralizar a solução de problemas mais complexos. Incompetente nos seus objectivos, faz com que os fluxos se adaptem em novas rotas, mais perigosas. Este fenómeno é comum a todos os muros em fronteiras recentemente construídos, como demonstra o testemunho de Jadish Bhagwati sobre as barreiras construídas entre Índia e Bangladesh:

“Mesmo tendo sido ineficaz, a política imaginada pelo primeiro-ministro Indira Ghandi para construir uma barreira ao longo da fronteira entre a Índia e o Bangladesh era magnífica. Pois mesmo se era impossível fechar a fronteira herméticamente, seria politicamente explosivo passar por alguém que não fazia nada. [...] Construir a barreira, era a melhor maneira de não fazer nada dando a impressão de fazer alguma coisa”<sup>101</sup>

Esta mesma declaração encontra eco do outro lado, onde um proprietário de um rancho situado na fronteira entre o Arizona e o México, diz:

“o governo não controla a fronteira, ele controla o que os americanos *pensam* da fronteira”<sup>102</sup> (BROWN, 2009: 143)

Temos, de um lado, os imperativos de segurança e económicos que não se contradizem, mas se cruzam e se reforçam mutuamente, e de outro, a vontade popular da construção de muros que não se resume a imperativos de economia e segurança. Mas a afirmação de que imperativos de segurança incitam a fortificação é duvidosa. Hoje, a segurança não exige a restrição, mas pelo contrário, a circulação: o alarme e a vigilância são mais importantes do que muros blindados. Eis o sentido da *transparência* dos muros de Ceuta e Melilla, que afinal são grades para se poder ver o que passa do outro lado. É preciso distinguir esta particularidade dos muros de Ceuta e Melilla em relação a outros. No caso espanhol, o controlo de fluxos é exclusivo, enquanto em Índia, EUA, Israel, Coreia, entre outros, há uma teatralização guerreira de protecção contra agressões terroristas.

---

<sup>101</sup> Bhagwati, Jagdish N. 1986. U. S. Immigration Policy: What Next? In POZO, Susan (org.), *Essays on Legal and Illegal Immigration*. Kalamazoo: Upjohn Institute for Employment Research (ANDREAS, 2000: 148).

<sup>102</sup> Grifo da autora.

Entre tais fluxos não estatais contra os quais quer combater os muros de Ceuta e Melilla, um trabalho aprofundado sobre o contrabando mereceria mais atenção<sup>103</sup>. Escolhi no entanto focalizar um dos subprodutos deste fluxo, que é o migratório, porque no contexto local dos enclaves de Ceuta e Melilla, e na política global da União Europeia, este é o alvo preferencial da administração securitária. Não tratarei portanto esta imigração na sua perspectiva objectiva ou quantitativa. O que me interessa é traçar um panorama contemporâneo da construção de uma alteridade específica, que é a do agente ilegal, enquanto imaginário constituinte de uma identidade nacional ou europeia: como opera-se a alienação de um Outro colectivo, e para que? A construção de um Outro “tóxico” merece atenção na medida em que uma etnografia nas fronteiras de Ceuta e Melilla deveria inquirir sobre a influência da presença dos muros nesta construção psicológica e social. De forma mais directa, com o tema da “toxicidade” meu objecto teórico não é a imigração, mas a reacção contra ela nas mentalidades europeias.

### **A toxicidade do Outro**

Em Julho de 2008, o governo italiano declarou um estado de emergência em todo o país<sup>104</sup>. O objectivo era de encarar militarmente o problema paradigmático da entrada de imigrantes ilegais vindos do norte de África e do leste europeu. Em Agosto, cerca de quatro mil soldados guardavam os principais pontos de circulação, assim como as estações ferroviárias e os centros comerciais, instaurando a segurança pública pela suspensão dos direitos constitucionais. Criaram-se milícias civis para ajudar os militares, e proteger as mulheres contra eventuais violadores estrangeiros. Estas milícias ainda circulam em cidades como Milão ou Roma, e nos jornais abundam denúncias

---

<sup>103</sup> Sobre os fluxos materiais nestas fronteiras, ver Ferrer-Gallardo, Xavier. 2008. The Spanish-Moroccan border complex: Processes of geopolitical, functional and symbolic rebordering. In *Political Geography*, 27: 301-321; Ferrer-Gallardo, Xavier. 2009. Territorial (Dis)continuity, Dynamics Between Ceuta and Morocco: Conflictual Fortification Vis-à-vis Co-operative interaction at the Eu Border in Africa. In *Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie*, 2010. Para uma comparação com a história do contrabando na fronteira entre Portugal e Espanha, ver Godinho, Paula. 2009. ‘Desde a Idade de Seis Anos, Fui Muito Contrabandista’ – O Conselho de Chaves e a Comarca de Verín, entre Velhos Quotidianos de Fronteira e Novas Modalidades Emblematizantes. Em Freire, Dulce, Eduarda Rovisco e Inês Fonseca (org), *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola, práticas, memórias e patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.

<sup>104</sup> La Repubblica, 25 de Julho de 2008, “Il governo sugli extracomunitari ‘Stato di emergenza nazionale’”.

URL: <http://www.repubblica.it/2008/07/sezioni/politica/emergenza-extracomunitari/emergenza-extracomunitari/emergenza-extracomunitari.html>

sobre violadores e outros criminosos que teriam chegado ilegalmente no país. O estado de exceção fora instaurado sem grandes remorsos, considerado como medida necessária para garantir a ordem social. Entre os incidentes que constituem os contextos desta medida, é notório um caso ocorrido na ilha italiana de Lampedusa em 2007<sup>105</sup>. Sete pescadores tunisinos foram julgados pelo crime de terem salvado quarenta e quatro migrantes africanos da morte por afogamento, arriscando quinze anos de prisão cada um:

“Dia 7 de Agosto, estes pescadores tinham jogado âncora a trinta milhas ao sul da ilha de Lampedusa, perto da Sicília, e adormeceram. Acordados por gritos, viram uma embarcação inflável cheia de gente esfomeada, inclusive mulheres e crianças, furada por lâminas e ao ponto de sucumbir. Após prestar socorro, o capitão decidiu levá-los até o porto mais próximo de Lampedusa, onde ele e toda a sua equipa foram presos. Todos os observadores estão de acordo para dizer que o verdadeiro objectivo deste processo era de dissuadir outras equipagens de fazer o mesmo: nenhuma acção na justiça fora lançada contra outros pescadores que, numa em situações similares, viram-se a empurrarem com golpes os migrantes antes de deixá-los se afogarem”<sup>106</sup>

Em França, país onde foi criado um ministério da imigração e da identidade nacional, houve em um ano um aumento de 85% das deportações sem julgamento, e em centros de acolhimento urbano de imigrantes clandestinos, houve casos de protestos, revoltas e suicídios. Dois cidadãos franceses foram condenados pelo que movimentos sociais chamam de “delito de solidariedade”, que pune o crime de colaborar com a entrada ou permanência de um imigrante ilegal no território francês com cinco anos de prisão e uma coima de trinta mil euros<sup>107</sup>. Em pleno “ano europeu do diálogo intercultural”, foi votado em 18 de Junho de 2008, no parlamento europeu, a “directiva do retorno” que estabelece as regras comuns para a expulsão de imigrantes não regularizados do solo europeu: detenção de até 6 meses e possibilidade de extradição sem julgamento até 72 horas dos imigrantes não regularizados, detenção de menores de dezoito anos acompanhados ou não por maiores responsáveis e proibição dos imigrantes expulsos de regressarem à Europa, num prazo de cinco anos<sup>108</sup>. Uma série de políticas estatais, que não caberia aqui enumerar, também remetem para esta mesma questão que associa a

---

<sup>105</sup> The Independent, 20 de Setembro de 2007, “Tunisian fishermen face 15 years’ jail in Italy for saving migrants from rough seas” URL: <http://www.independent.co.uk/news/world/europe/tunisian-fishermen-face-15-years-jail-in-italy-for-saving-migrants-from-rough-seas-402907.html>

<sup>106</sup> Žizek, Slavoj. 2009. *Après la Tragédie, la Farce! Ou comment l'Histoire se répète*. Paris: Flammarion.

<sup>107</sup> Le Monde, 8 de Março de 2009, “Le délit de solidarité aux sans-papiers existe-t-il?” URL: [http://www.lemonde.fr/societe/article/2009/04/08/le-delit-de-solidarite-aux-sans-papiers-existe-t-il\\_1178134\\_3224.html](http://www.lemonde.fr/societe/article/2009/04/08/le-delit-de-solidarite-aux-sans-papiers-existe-t-il_1178134_3224.html)

<sup>108</sup> Sessão Plenária do Parlamento Europeu, 18 de Junho de 2008. URL: <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?type=IM-PRESS&reference=20080616IPR31785&language=PT>

construção de uma identidade nacional e supranacional pela rejeição dos agentes indesejáveis que são os imigrantes ilegais. Estas políticas agem dentro de uma ordem simbólica específica, que condiciona e reafirma as definições daqueles que devem fazer parte do “nós” e daqueles que, conseqüentemente, fazem parte do “eles”.

É conhecido nas ciências sociais, o facto de que o etnocentrismo ou, de modo mais radical, o racismo, não é nem nunca foi monopólio exclusivo das sociedades de escrita, ocidentais ou brancas. Com efeito, a simples designação de um Outro, muitas vezes inferior, é constituída e constituinte de toda unidade cultural, nomeadamente nas de pequena escala:

“ A humanidade cessa nas fronteiras da tribo, do grupo linguístico, talvez até da aldeia; de tal maneira que um grande numero de populações ditas primitivas designam-se de um nome que significa “homens” (ou as vezes - diríamos, com maior discrição – os “bons”, os “excelentes”, os “completos”), implicando assim que as outras tribos, grupos ou aldeias não participem das virtudes – ou mesmo da natureza – humanas [...] ” (Levi-Strauss, 1961: 21)

Do lado europeu, a herança clássica daqueles que não participavam da cultura greco-romana como sendo bárbaros, e mais tarde, a civilização ocidental imporia o termo de selvagem ao grande Outro, inclusive através dos primeiros estudos antropológicos. Na contemporaneidade, temos um exemplo semelhante do outro lado do atlântico, nos Estado-Unidos da América, onde espalha-se como lugar-comum a denominação de *Illegal Alien* para designar o estrangeiro indesejado:

“O ser em causa [Illegal Alien] tem rosto fugidio, raramente tem nome, mas sempre faz parte de grandes números que promovem o efeito de ameaça [...] O que se retrata é o acto físico da travessia, o seu carácter ilegal, e automaticamente, o seu estatuto criminoso. E assim se misturam, na propaganda anti-*aliens*, todas as ameaças num ser compósito – os criminosos, os bandidos, os traficantes, os terroristas, os ladrões, os assassinos.” (Bastos, 2009: 129)

A monstruosidade referida na metáfora fantasmagórica de um *alien* ou alienígena, confere ao sujeito tratado um esvaziamento de sua substância humana, ou de qualquer condição que possa fazer dele outra coisa além de um ser estranho. Ao lado, a noção de ilegal traz uma classificação jurídica ao estigma cultural, fechando o ciclo simbólico da exclusão num “todo social”, que envolve o direito e a cultura, o Estado e a nação. Do mesmo modo, de maneira menos explícita, se opera no continente europeu uma despersonalização do *sem papel*, não somente pelo exercício metonímico de tomar a parte pelo todo, como pela falta de completar o seguinte: o sujeito não está “sem papel”, ele apenas não tem o papel correcto.

Sectores políticos minoritários, como partidos de extrema-direita, mobilizam este vocabulário no âmbito de uma economia do medo, insistindo na ideia de invasão sofrida por uma cultura supostamente genuína. É assim que a propaganda da Lega Nord, no norte de Itália, inverte os valores históricos que separam colonizadores e colonizados: nas últimas eleições legislativas, pede um cartaz deste partido para que os italianos tomem cuidado, para não acabarem em reservas como sucedeu com os indígenas da América do norte<sup>109</sup>. Independentemente de qualquer método cínico que possa haver estes apelos, é preciso notar para um dado importante na história europeia, que tem mostrado sobressaltos discursivos especialmente em períodos de crise económica, ou seja, a invasão. Uma versão historiográfica e ideológica das “invasões bárbaras” aparece até hoje nos livros escolares como uma “horda” germânica invadindo a saúde do Império Romano até a sua agonia pelo ferro e fogo dos hunos, ostrogodos e outros indo-europeus. Silencia-se a componente migratória e de miscigenação, étnica e cultural, que foi a inserção de um leque cultural diversificado, e que não ocorreu somente por movimentos militares, mas por convivências e trocas materiais que duraram séculos no continente europeu. Tais grupos étnicos chegaram à Europa por volta do século IV D.C, tendo passado por outros confins, entrando em contacto com outros povos, que também tinham suas histórias e contactos, e inseriram-se então em um império de cultura greco-latina, que por sua vez também fez, dos usos culturais germânicos, os seus.

Os discursos criam barreiras e compõem hegemonias. Por isso, a atenção aos parâmetros linguísticos, às denominações, classificações e definições simbólicas (pela construção de fronteiras cognitivas e epistemológicas), não devem ter na análise antropológica nenhum lugar anedótico: a cultura como sistema simbólico de representações e estrutura de linguagem é um campo privilegiado de análise social. Neste sentido, a consideração da condição de imigrante como um problema faz parte do sistema simbólico, e revela muito do funcionamento das instituições numa certa sociedade. Os grandes meios de comunicação social europeus apresentam muitas vezes a questão migratória interpelando a “Imigração ilegal, o novo problema”<sup>110</sup>. Pergunto o que aconteceria se no *Figaro* aparecesse em primeira página algo como “homossexualidade, o novo problema”. Proponho esta hipótese para melhor ilustrar como funciona a parcialidade das representações de problemas, alguns sendo mais

---

<sup>109</sup> <http://notizie.interfree.it/cgi-bin/desc.cgi?id=168256>

<sup>110</sup> Le Figaro, 26 de Março de 2007, “Une action volontariste contre l’immigration illegale”.



facilmente aceites do que outros pela sociedade civil. Assim como uma pessoa não pode se resumir ou ser reduzida à sua opção sexual, suas aptidões desportivas, sua cor da pele, ou qualquer outro atributo que seja acessório da sua subjectividade integral, ela também não poderia ser resumida à condição de imigrante ilegal. Esta desumanização da pessoa na representação social não é caso isolado em qualquer situação de fronteira<sup>111</sup>. Através da marginalização simbólica do sujeito que espera qualquer regularização administrativa, a institucionalização da incerteza gera uma violência simbólica. O imigrante ilegal encontra-se numa espécie de margem constante, o que podemos também chamar de fronteira ambulante. Há sempre o espectro da informalidade, da marginalidade, da anomia e da consequente delinquência. Os discursos, tanto da direita como da esquerda identificam a condição do imigrante como sendo intrínseca de uma condição problemática: é preciso resolver, de alguma forma, é preciso assimilá-los ou integrá-los, assim por diante. Este tipo de produção simbólica do imigrante ilegal como problema acaba por determinar uma subpopulação flutuante, e os próprios imigrantes reproduzem estes discursos a que estão sujeitos pela incorporação de seus estigmas. A construção do imigrante-problema é portanto similar à construção, pela prática do discurso, da figura do delinquente através da punição (Foucault, 1975: 292). No nível de uma economia política nacional, a classificação pejorativa de uma categoria social específica – o imigrante/problema, o jovem, a mulher trabalhadora – serve para conter a possível alta dos salários quando há uma diminuição macroeconómica do desemprego. Assim, com um aumento da concorrência no mercado laboral, são os trabalhadores nacionais que entram nas primeiras filas de contestação contra os agentes “invasores”. Neste contexto, os discursos de valorização do multiculturalismo correcto, ao insistir na particularidade ou diferença de uma reivindicação como sendo cultural, quando na realidade ela é política, acaba por neutralizar um certo grupo social - no caso, o de imigrantes - que sendo *a priori* visto como problema a ser resolvido, entra num círculo vicioso de estigmatização.

Numa perspectiva antropológica, o trabalho de Ervin Goffman<sup>112</sup> esclarece as implicações sociais desta estigmatização:

---

<sup>111</sup> Mountz, A., *et al* (2000), “Lives in Limbo: temporary protected status and migrant identities”, in *Global Networks*, vol. 2, nº4, pp. 335-356.

<sup>112</sup> Goffman, Ervin. 1963. *Stigma, Les Usages Sociaux des Handicaps*. Paris: Les Éditions de Minuit.

“A palavra estigma servirá para designar um atributo que lança um descrédito profundo, mas é preciso ver que na realidade é em termos de relações e não de atributos que convém falar” (Goffman, 1963: 13)

Da ordem do discurso para a relacional, passamos para as implicações sociais das atitudes políticas e culturais acima mencionadas. Tocamos nas práticas sociais de construção de uma alteridade específica, no quotidiano de cidades de fronteira como Ceuta e Melilla, onde certos tipos de atributos visuais de uma pessoa podem remetê-la, no imaginário de quem a encontra, ao conjunto difuso que envolve a imigração ilegal como um todo. Lembremos que esta pessoa que a encontra é a pessoa tida como “normal”, ou politicamente majoritária (Deleuze, 1990): mesmo que em termos numéricos os atributos de uma pessoa “normal” possam ser inferiores, eles são majoritários na medida em que são politicamente e culturalmente dominantes. Na Europa e em grande parte do Ocidente, este “normal” é habitualmente associado a uma pessoa de sexo masculino, pele branca, heterossexual, de profissão liberal, pai de família e economicamente bem sucedido. Por mais que uma pessoa com todos esses atributos possa provar ser uma pessoa desonesta ou má, esta conclusão se fará *a posteriori* de um encontro, contrariando as expectativas derivadas de sua apresentação estatutária. A distinção das categorias sociais de pessoa normal e pessoa estigmatizada se processa nos encontros intersubjectivos, onde se geram expectativas, e as subsequentes frustrações, ou confirmações:

“A rotina das relações sociais nos quadros estabelecidos permite-nos o envolvimento com os outros, habitualmente presentes, sem dar-lhes uma atenção ou pensamentos particulares. Segue-se que, quando um indivíduo se nos apresenta, suas primeiras aparições têm todas as chances de colocarmo-nos na medida de prever a categoria à qual ele pertence e os atributos que ele possui, sua “identidade social” [...] Seria melhor dizer que as exigências que nós formulamos são “potenciais”, e que, o carácter atribuído a um indivíduo, imputamo-lo de modo potencialmente retrospectivo, ou seja por uma caracterização “em potencial”, que compõe uma *identidade social virtual*. Quanto à categoria e aos atributos que poderíamos provar que ele possui são *identidades sociais reais*.” (Goffman, 1963: 12)

O imaginário do *Illegal Alien* e do “sem papel”, associado ao crime e gerador de medo, alimenta o primeiro tipo de identidade social apontado por Goffman, ou seja, a identidade social virtual. Dentro deste espaço, nasce o estigma da relação entre o atributo e o estereótipo que tiram créditos à pessoa. Dentro dos três tipos de estigma relacionados por Goffman, podemos assegurar-nos de que o imigrante ilegal carrega o terceiro tipo, o tribal:

“[...] podemos distinguir três tipos de estigmas. Em primeiro lugar, há as monstruosidades do corpo – as diversas deformidades. Depois, encontramos as taras do carácter que, aos olhos de outrem, tomam o aspecto de uma falta de vontade, de paixões irrepreensíveis ou antinaturais, de crenças erróneas e rígidas, de desonestidade, e que inferimos a existencia num indivíduo porque sabemos que ele é ou foi, por exemplo, mentalmente perturbado, prisioneiro, drogado, alcohólico, homossexual, desempregado, suicida ou de extrema-esquerda. Enfim, há os estigmas tribais que são a raça, a nacionalidade e a religião, que podem transmitir-se por gerações e contaminar igualmente todos os membros de uma família [...] por definição, pensamos que uma pessoa não é totalmente humana.” (Goffman 1963, 15)

Eis que para tratar do problema do estigma do imigrante ilegal, devemos considerar que o termos de nação, religião e raça voltam à tona para podermos compreender a estratificação social. O último termo, transformado em tabu na antropologia e outras ciências sociais pela postura ética necessária para corrigir qualquer postura etnocêntrica, pode ressurgir como um instrumento de análise, de forma diferente da que fora tanto usada desde as incursões monopolizadas pelo darwinismo social<sup>113</sup>. Destituída de qualquer essencialização, a *racialização* deve ser considerada como processo inerente em sociedades complexas de estratificação étnica e social<sup>114</sup>. A condição do migrante negro é portanto específica, assim como pode ser a do eslavo em outros contextos europeus. Voltando ao incidente de Ceuta e Melilla em 2005, ou às séries de afogamentos de migrantes subsaarianos no Mediterrâneo, não podemos deixar de evocar uma continuidade histórica entre estes deslocamentos contemporâneos e os deslocamentos forçados durante séculos pelo tráfico negreiro<sup>115</sup>. O fenótipo e a cor da pele tornam-se por estes processos em estigmas, alvos de denúncia, suspeição, e controlo.

Entre os outros problemas deste tipo de estigma, o da nacionalidade é tão automático quanto os próprios processos jurídicos de construção de fronteiras soberanas que impõem as distinções entre as nacionalidades bem-vindas e as indesejadas. Este aspecto alarga-se além da condição daqueles que não têm os documentos legais, abarcando uma série de nacionalidades que entram no estereótipo do trabalhador pobre<sup>116</sup>. Mas no contexto europeu, e especificamente nas fronteiras de Ceuta e Melilla com o resto do território marroquino, ressalta-se outro aspecto que é o religioso. Por mais que se tenha demonstrado o quanto as culturas árabes e muçulmanas são constituintes da identidade europeia (Goody, 2005), nomeadamente na península

---

<sup>113</sup> West, Cornel. 2001. *Race Matters*. Boston: Beacon Press.

<sup>114</sup> Harrison, Faye V. 1995. The Persistent Power of “Race” in the Cultural and Political Economy of Racism. In *Annual Review of Anthropology*, 24: 47-74.

<sup>115</sup> Gilroy, Paul. 1999. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. London: Verso.

<sup>116</sup> Machado, Igor José de Reno. 2009. *Cárcere Público: processos de exotização entre brasileiros no Porto*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

ibérica, o Islão é crescentemente tratado como ameaça a conter pelo bem de uma Europa que se associa exclusivamente ao cristianismo. Se os conflitos entre as duas religiões têm âncoras históricas muito profundas, eles se agravaram desde os ataques de 11 de Setembro de 2001, com discursos políticos e populares que associam muçulmanos a potenciais terroristas. Não proponho me envolver numa questão demasiado vasta para esta dissertação, mas vale sublinhar o aspecto agudo de conflitos e estigmatizações que podemos encontrar em fronteiras como as de Ceuta e Melilla: há escalas de estratificações culturais que se entrelaçam nas sociais, indo do europeu branco ao subsaariano negro, passando pelo magrebino árabe, muçulmano, judeu e berbere. Um exercício etnográfico na fronteira deve ter em consideração esses factores de estigmas em escala, como representações sociais em cascata. Na escala local da sociedade melillense, as múltiplas dimensões de estratificação foram demonstradas por etnografias recentes, como a de Josep Lluís Dieste, para quem, neste espaço-fronteira de longa duração não há mestiçagens étnicas ou culturais reais, apesar dos discursos correntes em torno de multiculturalismo exemplar:

“os termos usados pela população melillense para referir os diferentes grupos da cidade (*crístãos*, *muçulmanos*, *judeus*, etc) reflectem notáveis ambiguidades e resultam incómodos para um observador externo. Uma categoria religiosa (*crístãos*) designaria pessoas de uma origem geográfica determinada (*peninsulares*) e até 1984<sup>117</sup> equivalia a uma etiqueta nacional exclusivista (*espanhóis*); em contraparte, a categoria religiosa *muçulmanos* se referia aos *rifenhos* como categoria étnica, e trazia também uma conflictiva colocação nacional (*marroquinos*, e portanto, não espanhóis), que justificava a exclusão dos rifenhos nascidos em Melilla [...] as eventuais relações mistas, fruto destes intercâmbios não geraram figuras “mestiças” no sentido que adquire o término desde meados do século XVI. As uniões mistas e os fenómenos fronteiriços têm lugar em duas sociedades que negam a mescla, tal como reza a frase popular ‘ou todos mouros ou todos crístãos’.” (Dieste, 2010: 72)

Assim, esta estigmatização em cascata decorre menos de categorias substanciais do que de categorias relacionais, que não podem ser esquivadas, mas se fecham em atitudes que tendem a evitar qualquer contaminação cultural. Podemos a partir daqui pensar em outro aspecto da definição do estigma que nos propõe Goffman, que é o de risco de contaminação. Como vimos, as metáforas médicas que relacionam o corpo do estrangeiro como sendo portador de doenças são abundantes, e influenciam o carácter de confinamento nos tratamentos sanitários para imigrantes, e não somente nas zonas de fronteira. Num segundo momento, influenciam também o comportamento do próprio

---

<sup>117</sup> O autor refere-se à uma data importante na história recente de Melilla, em que com uma nova lei sobre a nacionalidade, o Estado espanhol barrara a obtenção de cidadania para os rifenhos nascidos na cidade. Ao acontecimento sucederam-se protestos políticos mais ou menos violentos, até que o governo teve de concertar a situação por uma negociação com as minorias locais (Dieste, 2010: 77).

migrante que por uma série de sofrimentos derivados do estigma pode vir a desenvolver desordens psíquicas abordadas na terapêutica etnopsiquiátrica<sup>118</sup>.

A noção de risco de contaminação não pode existir se não houver uma outra concomitante, que é a de *pureza*, associada à ordem. O medo de impureza deriva do medo do desconhecido, tratado por Mary Douglas logo no início de seu trabalho sobre pureza e perigo:

“No século XIX distinguiam-se as religiões primitivas das grandes religiões do mundo sob dois aspectos: em primeiro lugar, as religiões primitivas seriam inspiradas pelo medo; em segundo lugar, seriam inextrincavelmente misturadas com as noções de impureza e de higiene.” (DOUGLAS 1978, 13)

Se por ironia invertêssemos a alteridade nesta frase, e substituíssemos os primitivos pelos europeus, objectos deste estudo, encontraríamos para a contemporaneidade o caso paradigmático que temos até aqui tratado: “no século XXI [...] as culturas europeias seriam inspiradas pelo medo [...] em segundo lugar, seriam inextrincavelmente misturadas com as noções de impureza e de higiene...”. Deste modo, ao revertermos os dados fornecidos por uma antropologia do Outro, reencontramos estes mesmos aspectos na cultura de onde o próprio discurso antropológico é oriundo. Em outras palavras, muito conhecidas, encontramos o Outro em nós.

É portanto nesta miríade de identidades produtoras de estigmas, e de estigmas que produzem identidades, que se deve investigar quais são os efeitos simbólicos que os muros produzem em excesso sobre suas materialidades. Enquanto performance de uma certa soberania em transformação, é provável que os muros de Ceuta e de Melilla, assim como outros no mundo contemporâneo, acentuem os dispositivos de exclusão cognitiva do Outro ilegal, que se torna ainda mais perigoso por ter ousado ultrapassar aquelas cercas, tão difíceis de serem escaladas.

Numa ordem global (europeia) e local (nos enclaves), deparamo-nos com problemas sucessivos que passam pela ordem do discurso, que têm relações dialécticas com a ordem relacional, sintetizada nas construções de estigmas. Nestes estigmas *tribais* encontramos aquilo que proponho classificar de “toxicidade”, que por sua vez seria um tipo de identidade social virtual, seguindo o conceito apresentado por Goffman. Se isto é certo para a construção do Outro mais radical, que é o migrante ilegal vindo de grandes distâncias, isso é menos evidente, porém não menos plausível,

---

<sup>118</sup> Lechner, Elsa (org.) 2009. *Migração, Saúde e Diversidade Cultural*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

para a estigmatização de um “extracomunitário” nativo, que é o marroquino. Uma etnografia destas fronteiras específicas deveria portanto ter por pergunta a seguinte: em que medida a presença dos muros exacerba a racialização de cidadãos também locais, mas que não compartilham o estatuto europeu, branco e cristão? Tomar esta medida é observar a vida local, e a sua dispersão no espaço: os movimentos e as reterritorializações quotidianas, e os discursos dentro dos quais eles se envolvem. Mas é também investigar uma dimensão temporal que deve ser decisiva: estudando histórias locais, escritas e orais, poder-se-ia indagar qual é a diferença qualitativa da racialização e da estratificação social antes e depois da construção dos muros. Deixarei esta questão aberta como sendo a proposta que traz esta investigação.

Eis que temos encontrado, apesar de uma aparente desconexão, uma ligação directa entre o problema da soberania e o de identidades locais e continentais. A soberania, de modo mais directo, é uma questão essencial para compreender a situação conflituosa em que se encontram os enclaves de Ceuta e Melilla, cujo status não é reconhecido pelo Estado marroquino. Uma sucessão de territórios contestados (Gibraltar, *Plazas de Soberania*, Saara Ocidental), complexifica as negociações em termos geopolíticos. Na ordem de uma filosofia política, a deslocação actual da soberania, que num contexto global foge das rédeas do controlo de Estado, está no centro das motivações da construção de muros em diversas fronteiras internacionais. Contrariamente a muitos discursos, os muros não são a reemergência da soberania do Estado-nação, mas ícones de sua erosão: eles revelam, como toda hipótese, algo hesitante e vulnerável. Nestas construções reactivas, o policiamento é uma reacção contra fluxos indesejáveis, não estatais, e enquanto atitude de segurança, esvazia o campo do político para substituí-lo pela gestão administrativa e coercitiva de conflitos sociais. No caso de Ceuta e Melilla, como vimos, as principais ameaças a serem contidas são o contrabando e a imigração ilegal. Visto que estas barreiras constituem, além de suas construções locais, uma nova fronteira europeia, neste continente que se constitui enquanto “fortaleza”, o problema da migração é fulcral, e neste sentido a percepção da alteridade deve ser investigada com maior atenção. Mesmo não sendo o tema principal na teoria dos muros, esta construção do Outro é objecto incontornável para a apreensão dos impactos da construção destes muros. Ceuta e Melilla, com todas as suas complexidades, podem ser apresentadas como paradigmas das fronteiras contemporâneas, e da construção de uma comunidade europeia particular.

## Conclusão

Após termos abordado aspectos que transitaram do local para o global, e das fronteiras materiais para as fronteiras epistemológicas que constituem estas barreiras multidimensionais, é possível traçar um balanço desta investigação.

As várias dimensões das fronteiras de Ceuta e Melilla, ou seja, nacionais, continentais e culturais, não são frutos da construção recente de suas barreiras, mas têm uma longa história que inicia com o período da *reconquista* e da expansão de poderes a partir da península ibérica. A cidade de Ceuta, por se situar no estreito de Gilbraltar, traz consigo uma amálgama de significados de fronteira que, nas suas formas mais radicais, apresentam-se como bastião avançado de um bloco ocidental supostamente homogéneo, frente a um vizinho com quem as relações variaram ao longo dos anos entre guerra, paz, boa convivência e relações coloniais. A presença espanhola no período colonial não veio substituir esses antigos valores. Pelo contrário, eles acentuaram-se e se compatibilizaram, em detrimento dos valores de uma maioria de trabalhadores oriundos de Marrocos. Actualmente, numa conjuntura em que o protectorado não existe mais, e o franquismo fora oficialmente ultrapassado, a exaltação destes valores dão um tom de anacronismo nesta “África espanhola”. A patrimonialização pelas casernas militares confere às tensões culturais um carácter belicoso que contradiz o discurso de uma Europa construída pela paz e para a paz. O facto das questões destas fronteiras específicas não serem debatidas na esfera pública europeia não nos deve enganar sobre a gravidade do problema, pois do lado marroquino os discursos de indignação quanto ao estatuto das duas cidades são quotidianos<sup>119</sup>.

Esta Europa, cuja união política se constrói vertiginosamente, conjuga atitudes de abertura e de fechamento de suas fronteiras que podem parecer contraditórias. É dentro desta dinâmica entre encerramento e abertura que uma fortaleza burocrática e cultural foi rapidamente construída com o uso de discursos ancestrais, e métodos modernos de vigilância. O mesmo aconteceu na fundação das primeiras barreiras entre os Estados-unidos e o México no começo do século XX: os discursos eugenistas de urgência sanitária precederam e determinaram a construção de muros, directamente ligados ao confinamento de estrangeiros em quarentenas. Assim, longe das metrópoles, os corpos são disciplinados, e conjuntos de pessoas são seleccionados através de uma

---

<sup>119</sup> Ver Maroc Hebdo International, n° 888, semaine du 28 Mai au 03 Juin 2010: “Le député de Nador, Yahia Yahia, ‘Je crains une action séparatiste à Sebta et Melilla’”.

rede montada por aparelhos de Estado com sobressaltos ideológicos conjunturais. Eis que os “muros” construídos nas fronteiras de Ceuta e Melilla não constituem uma situação idêntica, mas numa política de coerção dos movimentos por uma multiplicidade de métodos podemos encontrar uma série de semelhanças estruturais. A existência dessas barreiras em Ceuta e Melilla não contradizem a economia política contemporânea, no sentido em que não está essencialmente contra uma certa lógica de circulação controlada, onde certos fluxos têm privilégio de passagem e permanência por fronteiras, em detrimento de outros. A construção de muros nas fronteiras por parte de blocos liberais hegemónicos como a União Europeia é um dos exemplos que mostram que o liberalismo, económico, não tem compromisso *a priori* com a democracia política.

Dentro dos percursos analíticos, vimos como a lentidão da antropologia para alcançar a fronteira e aceitá-la como objecto de estudo deve-se sobretudo a uma certa postura que, por sua vez, revela uma outra fronteira, que é a fronteira epistemológica. Esta fronteira epistemológica deslocou-se mais para o sul, conforme a União Europeia foi se construindo, ultrapassando certo “primitivismo” cultural que antes era visto no Mediterraneo europeu. Outros factores destabilizadores para uma antropologia da fronteira são os caracteres multinacionais destas, visto que a prática etnográfica é geralmente concebida para ser exercida em pequena escala. Alguns limites são óbvios e intransponíveis, como o facto de cada trabalho de campo não poder se exercer fora de um pequeno espaço geográfico onde o investigador possa criar laços de convivência, afinidade e mútua aceitação do seu trabalho de observação. No entanto, ultimamente a antropologia tem valorizado o trabalho de campo multi-situado (Sunder Rajan, 2006), assim como tem aumentado o diálogo com outras ciências sociais. O trabalho de campo em pelo menos dois lados de uma fronteira, e a leitura crítica de trabalhos que não se restringem aos que são produzidos nos departamentos de antropologia são passos de abertura necessários para uma disciplina que possa abordar todos os campos da vida social.

Foi voltando a dialogar com outras disciplinas que encontramos o problema imediato das soberanias contestadas de Ceuta e Melilla, e sobretudo os traços comuns que envolvem uma transformação política do espaço da soberania no mundo contemporâneo. Nos casos dos enclaves espanhóis em Marrocos, os “muros” também correspondem a uma reacção sentida como necessária, contra fluxos não desejados. Mas nestes enclaves os “muros” têm a particularidade de excluir, ou deixar em segundo



plano o aspecto de defesa nacional contra a ameaça de “terrorismo”, o que diferencia esse objecto de estudo de outros como os muros entre Israel e Cisjordânia, ou Estados Unidos e México. Contudo, a deslocação da soberania, que passa progressivamente de uma prerrogativa do Estado para uma prerrogativa de poderes da esfera privada, económicos ou religiosos, exige dos aparelhos de Estado uma reacção contra fluxos não estatais que não consegue controlar, nomeadamente o contrabando (de mercadorias, armas e drogas), e a imigração ilegal.

Entre esses fluxos, a imigração é, no âmbito continental, o elemento mais problemático na medida em que é o objecto de construções fantasmagóricas de um corpo estranho, ameaçador e invasor. A construção de uma alteridade específica acompanha os novos aparatos de segurança em dois sentidos. Num primeiro, o sentimento de insegurança pode ser apreendido, por responsáveis políticos, como uma demanda pela reacção coerciva por parte do Estado, como a construção de barreiras nas fronteiras terrestres. Num segundo sentido, o ciclo volta quando estes mesmos aparatos de segurança sofisticados geram sentimentos de insegurança, que por sua vez moldam as estruturas sociais para a construção de uma alteridade estigmatizada. Os muros criam assim, productos sociais em excesso sobre suas primeiras funções. É por isso que, com esta tese, além de métodos traçados para uma antropologia da fronteira, distinguimos também um dos sub-productos a serem estudados, ou seja, o impacto de uma certa construção da fronteira nas identidades locais, nacionais e globais. Estes aspectos suscitados devem no entanto ficar na qualidade de propostas para uma relavância antropológica.

Finalmente, o paradoxo central dos muros é entre aquilo que eles representam enquanto sintoma político, e os discursos sobre a sua função e utilidade. Enquanto sintoma político, que abordamos na questão da transformação da soberania, a ficção da soberania estatal constitui uma secularização da ficção do poder divino: por isso é possível fazer um paralelo deste estudo de caso com histórias de cidades-fortalezas do período medieval. A construção de muros no mundo contemporâneo é uma espécie de “canto do cisne” da relação duradoura entre Estado e soberania.

Por outro lado, essas barreiras têm uma função pragmática distinta da que é contida nos discursos que legitimam as suas construções. Além de evitar que pessoas e objectos passem, elas servem sobretudo de *filtro* para a economia local. Para que este filtro resulte, a materialidade das barreiras não podem funcionar sem uma exceção

burocrática que concede vistos provisórios para trabalhadores que circulam dos dois lados da fronteira.

Um problema que não caberia nesta investigação, mas que pode ser colocado nesta altura, é o de saber até que ponto a eficácia das barreiras, como filtro económico e como coerção dos movimentos de pessoas, poderá aguentar as pressões que contestam as suas presenças. A primeira pressão, política e discursiva, surge do lado da elite política marroquina, para quem não somente as barreiras, mas a própria existência destes enclaves, é ilegítima. A segunda pressão é económica. A abertura de portos-livres que poderiam concorrer com a utilidade das cidades de Ceuta e Melilla para os trabalhadores marroquinos e os capitais estrangeiros, poderia eventualmente “sufocar” estes enclaves, não deixando outra possibilidade senão a abertura das fronteiras. A última pressão, que não é negociável, é a dos próprios fluxos, que dependem de conjuncturas sociais, políticas, económicas e culturais que estão fora do alcance de qualquer política intervencionista, apesar dos esforços europeus de alargamento do controlo dos fluxos através da “externalização” das fronteiras.

A partir do estudo de casos como os das fronteiras de Ceuta e Melilla, abrimos uma série de propostas de reflexão para uma antropologia de um novo tipo de fronteira. O alcance que pode suscitar as discussões subsequentes é vasto. Os estudos sociais das fronteiras políticas e epistemológicas, das linhas de demarcação e das relações de poderes que as determinam, podem se aventurar na antropologia e na história dos Estados-nação, na exportação de seus modelos durante o período colonial e nas suas reconfigurações contemporâneas. Pode-se também investigar, por estas induções, o papel social de ciências como a cartografia, a geodesia, a geologia e a geografia nestas construções de fronteiras, e as implicações de suas imposições para populações locais, ou em movimento. Guardemos portanto as possibilidades de abertura como postura constructiva no exercício das ciências sociais.

## Referências bibliográficas

- Agnew, John. 2009. *Globalization and Sovereignty*. New York: Roman and Littlefield.
- Alvarez, R. 1995. The Mexican-US border - the making of an anthropology of borderlands. In *Annual Review of Anthropology*, 24: 447-470.
- Anderson, 1991. *Comunidades Imagonadas, reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.
- Arenseberg, C. M. 1963. The Old World Peoples: The Place of European Cultures in World Ethnography. In *Anthropological Quarterly*, 36 (3): 75-99.
- Balfour, Sebastian e Pablo La Porte. 2000. Spanish Military Cultures and the Moroccan Wars (1909-1936). In *European History Quarterly*, 30 (3): 307-332.
- Balibar, Etienne. 2004. *We, The People of Europe: Reflections on transnational citizenship*. Princeton: Princeton University Press.
- Barnes, J. A. 1972. *Networks in Social Anthropology*, New York: Reading.
- Barth, F. 1966. *Ethnic Groups and Boundaries: The Social Organization of Cultural Difference*. London: Allen and Unwin
- Bastos, 2002. *Ciência, Poder, acção: as respostas à Sida*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bastos, Cristiana, Miguel Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco (org.). 2002. *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais: 385-415.
- Bastos, Cristiana. 2008. Migrants, Settlers and Colonists: The Biopolitics of Displaced Bodies. In *International Migration*, 46 (5): 27-54.
- Bastos, Cristiana. 2009. O Medo dos Imigrantes. Em Lechner, Elsa (org.) *Migração, Saúde e Diversidade Cultural*. Lisboa: imprensa de Ciências Sociais.
- Benjamin, Walter. 2000 [1935]. Paris, Capitale du XIX<sup>e</sup> siècle. In *Oeuvres III*. Paris: Gllimard: 44-66.
- Berend, Nora. 1999. Medievalists and the Notion of the Frontier. In *The Medieval History Journal*, 2 (55): 55-72.

Berg, Eiki e Piret Ehin. 2006. What Kind of Border Regime is in the Making? Towards a differentiated and Uneven Border Strategy. In *Cooperation and Conflict*. 41 (1): 53-71.

Bhagwati, Jagdish N. 1986. U. S. Immigration Policy: What Next? In Pozo, Susan (org.), *Essays on Legal and Illegal Immigration*. Kalamazoo: Upjohn Institute for Employment Research.

Boissevain, J. 1977. Towards a Social Anthropology of Europe. In Boissevain, J. e J. Friedl (org.), *Beyond the Community: Social Processes in Europe*. The Hague: Departement of Education and Science: 9-17.

Brohm, Jean-Marie. 2010. *Anthropologie de l'Étrange: Énigmes, Mystères, Réalités Insolites*. Paris: Sulliver.

Brown, Wendy. 2009. *Murs: les murs de séparation et le déclin de la souveraineté étatique*. Paris: Les Prairies Ordinaires.

Buenrostro Ceballos, A. F, ed. 1990. *Fronteras em Iberoamerica*, Tomo I. Memorias del 1er Congresso Internacional Sobre Fronteras em Iberoamerica. Mexicali: UABC.

Bustamante, J. 1992. Preface: a conceptual and operative vision of the political problems on the border. In JR Weeks, R. Hamchande, Demographic Dynamics of the US-Mexico Border. El Paso: Texas Western.

Caldeira, Teresa Pires do Rio. 2000. *City of Walls: crime, segregation and citizenship in São Paulo*. Berkeley: University of California Press.

Calavita, Kitty. 2005. *Immigrants at the margins: Law, Race and Exclusion in Southern Europe*. Cambridge University Press.

Clifford, James. 1994. Diasporas In *Cultural Anthropology*, 9 (3): 302-338.

Comaroff, Jean e John Comaroff. 2000. *Millenial Capitalism and the Culture of Neoliberalism*. Duke University Press.

Cuisinier, J. e M. Segalen. 1989. *Ethnologie de la France*. Paris: PUF.

Davis, J. 1977. *People of the Mediterranean: Essay in Comparative Social Anthropology*. London: RKP.

Deleuze, Gilles. 1990. *Pourparlers*. Paris: Editions de Minuit.

Delumeau, Jean. 1973. *La Peur en Occident*. Paris: Hachette.

Dieste, Josep Lluís Mateo. 2010. Melilla. Paradojas de la identidad en un espacio de frontera. In Ventura, Montserrat (org.) *Fronteras y Mestizajes, sistemas de clasificación social en Europa, América y África*. Barcelona: Publicacions d'Antropologia Social: 71-84.

Driessen, Henk. 1992. On the Spanish-Moroccan Frontier: A Study in Ritual, Power and Ethnicity. In Barbara Bender, John Glendhill e Bruce Kapferer (eds), *Explorations in Anthropology Series*. Oxford: Berg.

Driessen, H. 1998. The New Immigration and the Transformation of the European-African Frontier. In T. Wilson and D. Donnan (eds.) *Border Identities: Nation State at International Frontiers*. Cambridge: Cambridge University Press: 96-116.

Drumond Braga, Paulo. 1998. A Expansão no Norte de África. Em Oliveira Marques, A. H. e Joel Serrão, *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa: 237-256.

Ducoulomier, Romain. 2009. La Guerre Coloniale Oubliée: le Rif, 1921-1926. Reviewed: Courcelle-Labrousse, Vincent, Nicolas Marmié. 2008. La Guerre du Rif. Maroc 1921-1926. In *La vie des Idées*. URL <http://www.laviedesidees.fr>.

Durkheim, Émile. 1960. *De la Division du Travail Social*. Paris : PUF.

Elias, Norbert. 1978. *The Civilizing Process*. Oxford: Blackwell.

Feldman-Bianco, Bela, e Gustavo Lins Ribeiro (org.). 2003. *Antropologia e Poder, Contribuições de Erick Wolf*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Fernandez-Kelly, M. P. *For We Are Sold, I and My People: Women and Industry in Mexico's Frontier*. Albany: S. Univ. N. Y.

Ferrer-Gallardo, Xavier. 2008. The Spanish-Moroccan border complex: Processes of geopolitical, functional and symbolic rebordering. In *Political Geography*, 27: 301-321.

Ferrer-Gallardo, Xavier. 2009. *Territorial (Dis)continuity, Dynamics Between Ceuta and Morocco: Conflictual Fortification Vis-à-vis Co-operative interaction at the European Border in Africa*. Royal Dutch Geographical Society: Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie, Blackwell.

Foucault, Michel. 1975. *Surveiller et Punir*. Paris: Gallimard.

Foucault, Michel. 1976. *Histoire de la sexualité t. 1, La volonté de Savoir*. Paris: Gallimard.

Foucault, Michel. 2008 [1977]. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes.

Freeman, S. 1973. Introduction to European Social Organization. In *American Anthropologist*, 75: 743-50.

Friedl, E. 1962. *Vasilika*. Ew York: Holt, Rinehart and Wilson.

Franco, Francisco. 1939. *Palavras del Caudillo 19 abril 1937 – 31 diciembre 1938*. Barcelona.

Frois, Catarina. 2008. *A Sociedade Vigilante: Ensaio Sobre Identificação, Vigilância e Privacidade*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Gaimo, M. 1930. *Mexican Immigration to United States*. Chicago: Univ. of Chicago Press.

Gilroy, Paul. 1999. *The Black Atlantic: modernity and double consciousness*. London: Verso.

Goddard, Joseph R. Llobera and Cris Shore, *The Anthropology of Europe: Identities and Boundaries in Conflict*. Oxford: Berg Publishers.

Godinho, Paula. 2009. 'Desde a Idade de Seis Anos, Fui Muito Contrabandista' – O Conselho de Chaves e a Comarca de Verín, entre Velhos Quotidianos de Fronteira e Novas Modalidades Emblematizantes. Em Freire, Dulce, Eduarda Rovisco e Inês Fonseca (org), *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola, práticas, memórias e patrimónios*. Lisboa: Edições Nelson de Matos.

Goffman, E. 1959. *The Presentation of Self in Everyday Life*. New York: Doubleday

Goffman, Ervin. 1963. *Stigmaté, Les Usages Sociaux des Handicaps*. Paris: Les Éditions de Minuit.

Goody, Jack. 2005. Os Taliban, Bamiyan e Nós: o Outro Islâmico. In *Análise Social*, xxxix (173): 769-780.

Grillo, R. D (org.) 1980. *'Nation' and 'State' in Europe, Anthropological Perspectives*. London: Academic Press.

Grillo, R.. 1985. *Ideologies & Institutions in Urban France*, Cambridge, Cambridge University Press.

Hajjaji, T. 1986. *Le phénomène de la contrebande au Maroc*. Rabat: École Nationale de l'Administration Publique.

Hansen, Peo. 2004. In the Name of Europe. In *Race and Class*, 45 (3): 49-62.

Harrison, Faye V. 1995. The Persistent Power of "Race" in the Cultural and Political Economy of Racism. In *Annual Review of Anthropology*, 24: 47-74.

Hills, G. 1991. *Rock of Contention*. London: Hale.

Jensen, e Richardson T. 2001. *Making European Space: Mobility, Power and Territorial Identity*. London: Routledge.

Kivisto, Peter e Thomas Faist. 2010. *Beyond a Border, the causes and consequences of contemporary immigration*. London: Sage.

Lechner, Elsa (org.) 2009. *Migração, Saúde e Diversidade Cultural*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Levi-Strauss. 1961. *Race et Histoire*. Paris: Éditions Gonthier.

Low, Setha M. 2003. The Edge and the Center: Gated Communities and the Discourse of Urban Fear. In Low, Setha M. E Denise Lawrence-Zúñiga, *The Anthropology of Space and Place: locating culture*. Oxford: Blackwell Publishing: 387-407.

Lubkeman, Stephen. 2008. *Culture in Chaos: an anthropology of the social condition in war*. Chicago: Univ. of Chicago Press.

Machado, Igor José de Reno. 2009. *Cárcere Público: processos de exotização entre brasileiros no Porto*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Macias, Santiago. 2005. Islamização no território de Beja – reflexões para um debate. In *Análise Social*, xxxix (173): 807-826.

Mandel, Ruth. 1994. 'Fortress Europe' and the Foreigners Within: Germany's Turks. In Goddard, Victoria and Joseph R. Llobera, *The Anthropology of Europe*. Oxford: Berg Publishers.

Marks, Thomas A. 1976. Spanish Sahara, Background to conflict. In *African Affairs*, 75 (298): 3-13.

Mauss, Marcel. *La Nation*. 1969 [1920]. In *Oeuvres*. Paris: Minuit, III: 573-625.

Mauss, Marcel. 2003 [1924]. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.

Mignolo, Walter D. e Madina V. Tlostanova. 2006. Theorizing from the Borders, Shifting to Geo- and Body-Politics of Knowledge. In *European Journal of Social Theory*, 9 (2): 205-221.

Minna Stern, Alexandra. 1999. Buildings, Boundaries, and Blood: Medicalization and Nation-Building on the U.S.-Mexico Border, 1910-1930. In *The Hispanic American Historical Review*, 79 (1): 41-81.

Mountz, A., *et al* .2000. Lives in Limbo: temporary protected status and imigrant identities. In *Global Networks*, 2 (4): 335-356.

Oliveira Marques, A. H. 1998. A Expansão Quatrocentista. Em Serrão, Joel e A. H. de Oliveira Marques, *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa.

Peristiny, J. G. 1974 [1966]. *Honour and Shame. The Values of Mediterranean Society*. Chicago: Chicago Univ. Press.

Pina-Cabral, João. 1989. The Mediterranean as a category of regional comparison: a critical view. *Current Anthropology*, 30 (1): 399-406.

Pina Cabral, J. 2000. A difusão do limiar: margens, hegemonias e contradições. In *Análise social*, 153: 865-892.

Pitt-Rivers, J. 1963. *Mediterranean Countrymen: Essays in the Social Anthropology of the Mediterranean*. Paris: Mouton.

Redfield, R. 1956. *Peasant Society and Culture*. Chicago: Chicago Univ. Press.

Reed, John. 2004 [1914] *Mexico Insurgente*. Mexico DF: editorial Oceano.

Riegelhaupt, Joyce Firstenberg. 1979. Os camponeses e a política no Portugal de Salazar : o Estado corporativo e o apoliticismo nas aldeias. In *Análise Social*, 15 (59): 505-523.



Roeder, Philip G. Clash of civilizations and escalation of domestic ethno-political conflicts In: *Comparative political studies*, 36 (5): 509-540.

Rousseau, J. 1985 [1755]. *Discours sur l'Origine et les Fondements de l'inégalité parmi les hommes*. Paris: Gallimard.

Rumford, Chris. 2006. Theorizing Borders. In *European Journal of Social Theory*, 9 (2): 155-169.

Sanches, Manuela Ribeiro (Org.). 2005. *Deslocalizar a Europa, Antropologia, Arte, Literatura e História na Pós-Colonialidade*. Lisboa: Cotovia.

Salhins, Marshall. 2000. *Culture in Practice, selected essays*. New York: Zone Books.

Sawyer, Stephen. 2010. La Fin de la Souveraineté? In *La Vie des Idées*. ISSN: 2105-3030. URL: <http://www.Laviedesidees.fr/La-fin-de-la-souverainete.html>

Schmitt, Carl. 2008. *Political Theology*. Cambridge: Polity Press.

Schneider, Jane. 1998. *Italy's 'Southern Question': orientalism in one country*. Oxford: Berg.

SPARKE, Matthew. 2006. A Neoliberal Nexus: Economic Security and the Biopolitics of citizenship of the Border. In *Political Geography*, 25 (2): 151-180.

Stanton, Gareth. 1994. The Play of Identity: Gibraltar and Its Migrants. In Goddard, Joseph R. Llobera and Cris Shore, *The Anthropology of Europe: Identities and Boundaries in Conflict*. Oxford: Berg Publishers: 173-190.

Sunder Rajan, Kaushik. 2006. *Biocapital: the Constitution of Post-genomic Life*. Durham: Duke Univ. Press.

Tozy, Mohamed. 1999. *Monarchie et Islam Politique au Maroc*. Paris: Presses de Sciences Po.

Vacchiano, Francesco. 2007. *"Bruciare di desiderio": realtà sociale e soggettività dei giovani 'harrâga' marochini. Tesi presentata nel Dottorato di ricerca in Scienze Antropologiche*. Turin: Università Degli Studi di Torino.

Van Gennep, A. 1921. L'action du sol sur la formation des nationalités. In *Le Nouveau Monde*, 3<sup>e</sup> année, III: 1659-72.

Van Gennep, A. 1922. *Traité Comparatif des Nationalités. Les éléments Extérieurs de la Nationalité*. Paris: Payot.

Wesseling, Henri. 2003. *Les Empires Coloniaux Européens, 1815-1919*. Paris: Gallimard.

West, Cornel. 2001. *Race Matters*. Boston: Beacon Press.

Woodward, Bob. 2004. *Plan of Attack*. New York: Simon and Schuster: 88-89.

Zizek, Slavoj. 2009. *Après la Tragédie, la Farce! Ou comment l'Histoire se répète*. Paris: Flammarion.

## **Jornais**

Association des travailleurs Maghrébins de France

Aujourd'hui Maroc

BBC News Africa

El Mundo

El Pais

El Pueblo de Ceuta

“i”

La Repubblica

Le Devoir

Le Figaro

Le Monde

Le Monde Diplomatique

Publico

The Independent

## **Referências eletrônicas**

Association for Borderlands Studies: <http://www.absborderlands.org/>

Border Watch: <http://www.blueservo.net/>

Estudios Fronterizos: <http://www.uabc.mx/iis/ref/>

Harvey, David. 2008. *The Right to the City*:  
[http://abahlali.org/files/Harvery\\_right\\_to\\_the\\_city.pdf](http://abahlali.org/files/Harvery_right_to_the_city.pdf)

La Vie des Idées: <http://www.laviedesidees.fr/>

Migreurop: <http://www.migreurop.org/>

Minuteman Project: <http://www.minutemanproject.com/>

National Public Radio: <http://www.npr.org/>

Seminário *Anthropological Perspectives in a Changing Europe*:  
[ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/fp7/ssh/docs/ssh\\_seminar\\_anthropological\\_perspective\\_en.pdf](ftp://ftp.cordis.europa.eu/pub/fp7/ssh/docs/ssh_seminar_anthropological_perspective_en.pdf)

Parlamento Europeu: <http://www.europarl.europa.eu/>

U.S Border Patrol: <http://www.usborderpatrol.com/>

## **Referência audiovisual**

Lobo, Frederico e Pedro Pinho. *Bab Septa*. Lisboa: Terratrema.